

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA – CCSST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – MESTRADO**

VERÔNICA VIANA DA FONSECA

**“ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ”: repertórios dos movimentos
sociais do campo na ocupação da Fazenda Cipó Cortado**

IMPERATRIZ-MA

2023

VERÔNICA VIANA DA FONSECA

**ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ: repertórios dos movimentos
sociais do campo na ocupação da Fazenda Cipó Cortado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) - Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus Imperatriz, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Drº Maciel Cover.

Coorientador: Drº Marcelo Domingos Sampaio Carneiro.

IMPERATRIZ-MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Viana da Fonseca, Verônica.

ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ: repertórios dos movimentos sociais do campo na ocupação da Fazenda Cipó Cortado / Verônica Viana da Fonseca. - 2023.

171 f.

Coorientador(a): Marcelo Domingos Sampaio Carneiro.

Orientador(a): Maciel Cover.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Assentamentos Rurais. 2. Conflitos Agrários. 3. Lutas Sociais. 4. Movimentos Sociais. I. Cover, Maciel. II. Sampaio Carneiro, Marcelo Domingos. III. Título.

VERÔNICA VIANA DA FONSECA

**ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ: repertórios dos movimentos
sociais do campo na ocupação da Fazenda Cipó Cortado**

Dissertação apresentada como requisito para
conclusão do Mestrado Acadêmico do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
(PPGS) na Universidade Federal do
Maranhão, Campus Imperatriz.

Orientador: Profº Drº Maciel Cover

Coorientador: Profº Drº Marcelo Domingos
Sampaio Carneiro

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Maciel Cover (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/UFMA

Profº Drº. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (Coorientador)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/UFMA

Profº Drº . Rogério de Carvalho Veras (Examinador interno)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/UFMA

Profª. Drª. Helciane de Fátima Abreu Araújo (Examinadora Externa)
– PPGCSPA/UEMA

Profª. Drª. Rejane Cleide Medeiros de Almeida (Examinadora Externa)
PPGCULT/UFNT

Dedico este trabalho aos meus amigos Nice Rejane (in memorian) e Jailson Macedo (in memorian), ambos vítimas da Covid-19, por termos partilhado parte da nossa juventude, acreditando que poderíamos mudar o mundo.

Aos meus pais, José Ferreira da Fonseca (in memorian) e Elba Maria Viana da Fonseca, pequenos agricultores, por acreditarem que a educação transforma vidas, que desde cedo ensinaram a seus filhos que conhecimento é algo que ninguém pode tirar de você.

AGRADECIMENTOS

“O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível”. Max Weber. Com esta frase comemorei a aprovação neste mestrado, visto que depois de 15 anos afastada da vida acadêmica, me desafiei a aprender mais. E isso só foi possível graças a um coletivo que contribuiu direta e indiretamente para isso. Portanto, manifesto gratidão:

Ao Grande Arquiteto do Universo que permitiu alcançar mais um objetivo na minha trajetória de vida.

Aos meus pais, José (in memoriam) e Elba por acreditarem que a educação transforma vidas e não pouparam esforços neste sentido.

Aos meus queridos irmãos e sobrinhos pelo acolhimento.

Um agradecimento especial ao meu orientador, prof. Dr. Maciel Cover e coorientador, prof. Dr. Marcelo Carneiro, por me auxiliar na árdua tarefa de produzir esta dissertação.

Aos professores do PPGS-UFMA pelo grande aprendizado, em especial aqueles que tive a oportunidade de ter disciplinas ministradas por eles: Gamaliel Carreiro, Rogério Veras, Wheriston Neris, Karina Sousa, Wellington Conceição e Jesus Pereira.

Aos professores Rogério Veras, Helciane Araújo e Rejane Medeiros que aceitaram compor a minha banca de defesa do mestrado, pela enorme contribuição na construção desta dissertação, a vocês meus sinceros agradecimentos.

Aos estimados colegas da terceira turma do mestrado PPGS-UFMA, Bianca, Clayton, Edineia, Isabelle, Isabela Sasha, Luziane, Mércia, Rafael, Tamires e Wellisson, por todo o companheirismo e amizade construído por nós, “ninguém solta a mão de ninguém”, foi nosso lema praticado neste percurso. E em especial, aos meus amigos, Isabela Sasha e Clayton, que de forma mais próxima, confidenciamos aflições e alegrias, o apoio de vocês foi fundamental para a realização deste mestrado.

Aos meus interlocutores que “abriram seus corações” e me receberam de braços abertos, durante a pesquisa de campo. Em especial, a Vânia do MST, Zezinho Baiano e Cosmo Araújo. Graças a suas colaborações este trabalho foi possível.

Aos meus auxiliares, na transcrição das entrevistas, Alberto Carlos Fonseca e na produção dos mapas, Marcos Melo.

Ao INCRA, instituição na qual trabalho, pela licença concedida para me qualificar, assim como a disponibilização de arquivos e sistemas para a utilização na pesquisa.

E por fim, agradeço e enalteço a UFMA, a Universidade Pública, a Educação Pública, tenho o orgulho de ter estudado nessas instituições, que passaram por todo tipo de ataques durante o Governo Bolsonaro, como o corte de verbas para financiamento de pesquisa e tentativas de manchar suas imagens, mas resistiram, e que bons ventos anunciem boas novas nos próximos quatro anos.

“Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis”.

Bertolt Brecht

RESUMO

Os movimentos sociais do campo apresentam-se como protagonistas na luta pela terra e cidadania na Região Tocantina. O caso da ocupação da Fazenda Cipó Cortado é emblemático, um conflito fundiário que se estende por décadas, ganhando repercussão nacional e até mesmo internacional. Esta pesquisa que tem como título: “Anos de Luta, Dias de Glória – Repertórios dos Movimentos Sociais do Campo na Ocupação da Fazenda Cipó Cortado”, utiliza-se da teoria do processo político, desenvolvida por Charles Tilly, Sidney Tarrow, e suas reverberações no Brasil nos estudos de Angela Alonso e Breno Bringel, buscando revelar as categorias, repertórios, táticas, performances e representações simbólicas dos movimentos sociais do campo, sendo eles o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de João Lisboa - MA e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra, no processo de ocupação e conquistas daquelas terras. Trata-se de uma análise multidisciplinar sócio-histórica, uma imbricação entre a sociologia e a história, com elementos da antropologia e geografia. Utilizou-se a metodologia qualitativa, ancorada na bibliografia correlata, no levantamento de dados em arquivos e a pesquisa de campo valendo-se da História Oral, focada nas trajetórias daqueles sujeitos, elaborada por meio da observação participante, com rodas de conversas e entrevistas, suas histórias de vida, memórias, discursos, hábitos, práticas, buscando reconstituir o mosaico da luta pelas terras da Cipó Cortado.

PALAVRAS-CHAVES: Movimentos Sociais; Assentamentos Rurais; Conflitos Agrários; Lutas Sociais.

SUMMARY

The rural social movements present themselves as protagonists in the struggle for land and citizenship in the Região Tocantina. The case of the occupation of the Cipó Cortado Farm is emblematic, a land conflict that lasted for decades, gaining national and even international repercussions. This research, which has the title: “Anos de Luta, Dias de Glória – Repertórios dos Movimentos Sociais do Campo na Ocupação da Fazenda Cipó Cortado”, uses the theory of the political process, developed by Charles Tilly, Sidney Tarrow, and its reverberations in Brazil in the studies of Angela Alonso and Breno Bringel, seeking to reveal the categories, repertoires, tactics, performances and symbolic representations of the rural social movements, namely the Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de João Lisboa - MA and the Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra, in the process of occupation and conquest of those lands. It is a multidisciplinary socio-historical analysis, an overlap between sociology and history, with elements from anthropology and geography. A qualitative methodology was used, anchored in the related bibliography, in the collection of data in archives and field research using Oral History, focused on the trajectories of those subjects, rescued through participant observation, with rounds of conversations and interviews, their life stories, memories, speeches, habits, practices, seeking to reconstitute the mosaic of the struggle for the lands of Cipó Cortado.

KEYWORDS: Social Movements; Rural Settlements; Agrarian Conflicts; Social Struggles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGENS

Imagem 1 - Srº. Cosmo Rodrigues de Araújo no STTR de João Lisboa	38
Imagem 2 - O Sr. Cosmo com Lula	39
Imagem 3 - A Vânia do MST no dia da entrevista, na sede da secretaria do MST em Imperatriz	40
Imagem 4 - Zezinho Baiano	41
Imagem 5 - Card da Jornada de Abril 2022	43
Imagem 6 - Notícia sobre a Marcha do movimento sem-terra	92
Imagem 7 - Fotografia da placa do MST na entrada do Assentamento Cipó Cortado	99
Imagem 8 - Fotografia do acampamento do MST, Rosely Nunes, na beira do Rio Pindaré	104
Imagem 9 - Vista do alto da Vila do PA Cipó Cortado	115
Imagem 10 - Planta da Fazenda Cipó Cortado	118
Imagem 11 - Vila do acampamento do Sindicato	120
Imagem 12 - Documento - Reintegratória de Posse	127
Imagem 13 - Documento - Mandado de Intimação	128
Imagem 14 - Documento - Mandado de Reintegração de posse e Intimação e Citação	129
Imagem 15 - Documento – Carta de Despacho	131
Imagem 16 - Mística em comemoração à criação do Assentamento Cipó Cortado	133
Imagem 17 - Escola do Projeto de Assentamento Cipó Cortado	136
Imagem 18 - Reunião no Acampamento Cipó Cortado	137
Imagem 19 - Atividade de comemoração da criação do Projeto de Assentamento Cipó Cortado	138
Imagem 20 - Mística em comemoração à criação do Assentamento Cipó Cortado ..	139
Imagem 21 - Mulheres do Assentamento Cipó Cortado preparando a decoração da festa junina	140
Imagem 22 - Mulheres do Assentamento Cipó Cortado participando de atividade de formação	143

Imagem 23 - Apresentação de quadrilha na festa junina do Assentamento Cipó Cortado	144
Imagem 24 - Apresentação na Escola do Assentamento Cipó Cortado, os alunos do ensino fundamental cantaram três hinos	145
Imagem 25 - Hino da Cipó Cortado	146
Imagem 26 - Igreja Católica do Assentamento Cipó Cortado	148
Imagem 27 - Atividade de formação de juventude no Assentamento Cipó Cortado	150

MAPAS

Mapa 1 - Fazenda Cipó Cortado	18
Mapa 2 - Microrregião de Imperatriz destacando a Gleba Boca da Mata/Barreirão, em laranja, o Projeto de Assentamento Cipó Cortado em amarelo e o acampamento do STTR de João Lisboa em azul	19
Mapa 3 - Trajeto Imperatriz – Igreja Comadesma Cipó Cortado	20
Mapa 4 - Gleba Boca da Mata/Barreirão	21
Mapa 5 - Projeto Grande Carajás	81
Mapa 6 - : MATOPIBA	82
Mapa 7 - Mapa 7: Microrregião de Imperatriz	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOC - Bloco Operário Camponês
CEB - Comunidade Eclesial de Base
CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
ETA - Escola Técnica Agroextrativista
FETAEMA - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão.
GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB- Movimento de Educação de Base
MIQCB- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MIRAD - Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento da Reforma Agrária
MST- Movimento Sem Terra
MLST - Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OMS - Organização Mundial da Saúde
PC do B- Partido Comunista do Brasil
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SAF – Sistema agroflorestal
STTR- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Apresentando o objeto	15
Quem sou eu na pesquisa? Diálogo entre pesquisador e sujeitos de pesquisa	24
Percursos Metodológicos: Construindo o objeto	27
Percursos Metodológicos: “Construindo laços”	32
Estrutura da Dissertação	42
CAPÍTULO I – MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: fundamentos teóricos	43
1.1 Balanço de Teorias	43
1.1.1 Abordagem Marxista, Teoria Crítica e Neomarxista	46
1.1.2 Novos Movimentos Sociais	49
1.1.3 Teoria da Mobilização de Recursos	52
1.2 A Teoria do confronto político	53
1.2.1 Repertórios, oportunidades políticas, ciclo de protestos, táticas, performances e construções simbólicas	55
CAPÍTULO II – A LUTA PELA TERRA E CIDADANIA NO MARANHÃO E FRONTEIRA AMAZÔNICA	63
2.1 O surgimento do Sindicalismo no Brasil: as Ligas Camponesas	63
2.1.1 Movimentos Sociais do campo	66
2.1.2 A Lei de Terras: influências no Maranhão	69
2.2 A Fronteira Amazônica: conflitos e violência no campo	71
2.2.1 A Fronteira nos clássicos	73
2.2.2 A Fronteira no Brasil: uma visita às teses de Otávio Guilherme Velho e José de Souza Martins	75
2.2.3 Indígenas, Mestiços e Vaqueiros	77
2.2.4 Grandes Projetos Governamentais	80
2.2.5 A fronteira como conflito	84
2.3 Movimentos Sociais do Campo na Microrregião de Imperatriz	86
CAPÍTULO III – ERGUER A BANDEIRA: o repertório de ocupação da Fazenda Cipó Cortado	99
3.1 Disputa pelas terras da Fazenda Cipó Cortado: antecedentes históricos	99

3.2 A ocupação da Fazenda na Década de 2000: “Se for para conversar a gente conversa, mas se for para brigar, a gente briga”	104
3.3 A Organização dos Acampamentos	112
3.4 A Desafetação da Área: oportunidade política	115
CAPÍTULO IV – TÁTICAS, PERFORMANCES E CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS NA OCUPAÇÃO DA FAZENDA CIPÓ CORTADO	122
4.1 “Trazia a sua Trainha, Traia Sem-Terra”: chegada e resistência no acampamento Cipó Cortado	123
4.2 A permanência e os conflitos no acampamento	133
4.3 Mulheres, Música e Foguetes: performances na luta pela terra	139
4.3.1 “Nunca nem pensei que eu tinha coragem de lutar o tanto que eu lutei”: mulheres	140
4.3.2 “A banda peleja mais não vai”: músicas	145
4.3.3 Foguetes	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	154
ANEXO	161

INTRODUÇÃO

Eu queria uma terra pra mim trabalhar, porque onde eu trabalhava, nos arredores da cidade de Buritirana não tinha mais como plantar, a gente dava parte da renda para o fazendeiro e as fazendas que aceitavam arrendamento estavam cada vez mais longe da cidade, cerca de uns 60 km. Então, comecei a participar das reuniões de base, onde estavam organizando o povo para ir partir uma terra. Assim, fomos inicialmente ocupar a fazenda do Dr. Israel, lá, 20 homens, ficavam na cancela, 2 ficavam à vista na cancela, dizendo da ocupação e que ninguém poderia entrar, os outros, todos camuflados. Nós dizíamos: - “nós negociamos, mas se quiser conflito nós temos”. Um mês depois fomos despejados. Quando a polícia militar chegou, foi separado, os homens, das mulheres, pensamos logo que iríamos apanhar, mas não. Aí já descemos do caminhão na beira da estrada, próximo ao Projeto de Assentamento Saramandaia. O povo passava de carro e nos xingava: “Vão trabalhar bando de vagabundos”. Então, tivemos mais reuniões com o movimento, foi organizado 25 homens para uma nova terra, nós não éramos informados para onde estávamos indo com antecedência, sempre íamos à noite, então chegamos na Cipó Cortado, com muito medo, mas não podíamos dizer. Medo porque “sabíamos que o Mineiro era pedra dura”. (Relato do Sr. Buriti, Cipó Cortado, 18 de maio de 2022).

O esforço de apreender o espírito de uma época e de um local, buscando construir um mosaico de memórias, formadas por narrativas como essa do relato acima é o que move a construção desta dissertação, intitulada “*ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ¹*”: *repertórios dos movimentos sociais do campo na ocupação da Fazenda Cipó Cortado*. “A sociologia é um esporte de combate²”, acredito nessa premissa, portanto, busco reconstituir a história da Cipó Cortado, através das trajetórias de trabalhadores rurais, marcadas por lutas, medo, violência, mas também por glórias, solidariedade e organização coletiva, adjetivos que caracterizam os movimentos sociais desta região tocantina. Utilizando-se da sociologia como ferramenta de análise, é o que me proponho a fazer, numa relação de alteridade com os sujeitos pesquisados.

Apresentando o Objeto

Os movimentos sociais do campo na região tocantina apresentam-se ativos e mobilizadores, desempenhando papel crucial na luta por direitos sociais e

¹ “Arroz deu cacho e o Feijão floriô” verso retirada da música “Floriô” do cantor Zé Pinto.

² Frase do sociólogo francês, Pierre Bourdieu: “Eu digo frequentemente que a sociologia é um esporte de combate, um meio de defesa pessoal. Basicamente, você pode usá-la para se defender, sem ter o direito de utilizá-la para ataques covardes.” que deu título ao documentário “A Sociologia é um esporte de combate” produzido de 1998 a 2001 (Documentário dirigido por Pierre Carles, França, 2001).

consequente conquista de justiça social. A sua atuação polariza opiniões na sociedade, assim como na política. A presente pesquisa pretende mapear e analisar os repertórios, enquanto categoria analítica utilizada no estudo de ações coletivas, observando as oportunidades políticas para sua utilização e a eficiência destas estratégias. Portanto, esta pesquisa está ancorada no conceito de movimento social enquanto confronto político, desenvolvido por Charles Tilly e Sidney Tarrow, conforme a seguir:

As pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores — especificamente, em movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 38).

Quanto à problemática proposta neste trabalho, coloco como questão central: quais os repertórios, táticas e performances presentes nas lutas dos movimentos sociais do campo na ocupação e disputa pelas terras da Fazenda Cipó Cortado? E busco também atender aos objetivos específicos: caracterizar identidades, opositores e finalidade nos movimentos sociais do campo na ocupação da Fazenda Cipó Cortado; Investigar as relações, oportunidades políticas e ameaças entre os movimentos sociais do campo, o contramovimento dos pretensos proprietários de terra e o papel desempenhado pelo Estado e identificar a dimensão simbólica presentes nas ações dos camponeses.

O movimento social do campo se caracteriza por ter uma pauta voltada a questões como o acesso à terra, condições para produção e escoamento de alimentos, a demanda por condições dignas de saúde e educação, acesso a políticas públicas de qualidade, entre outras. Suas formas de organização e lutas permitem intervenções na sociedade buscando alcançar esses direitos, que podem ser englobados como uma luta por acesso à cidadania.

As pessoas não “agem coletivamente” apenas. Elas pedem, se reúnem, fazem greves e passeatas, ocupam recintos, interrompem o trânsito, põem fogo e atacam os outros com intenção de ferir. Não menos do que no caso dos rituais religiosos e celebrações civis, o confronto político não nasce da cabeça dos organizadores, mas está culturalmente inscrito e é socialmente comunicado. As convenções aprendidas do confronto fazem parte de uma cultura pública da sociedade. Os movimentos sociais são repositórios de conhecimento de rotinas particulares numa história da sociedade, o que os

ajuda a superar a carência de recursos e de comunicação que é típica entre os pobres e desorganizados (KERTZER, 1988: 104-108) apud (TARROW, 2009, p. 39-40) .

Os movimentos sociais buscam o atendimento de reivindicações, no caso da Reforma Agrária no Brasil, a mesma não se completou até o momento, na verdade, apresenta uma das mais elevadas concentração da propriedade da terra do mundo, segundo o índice de Gini³.

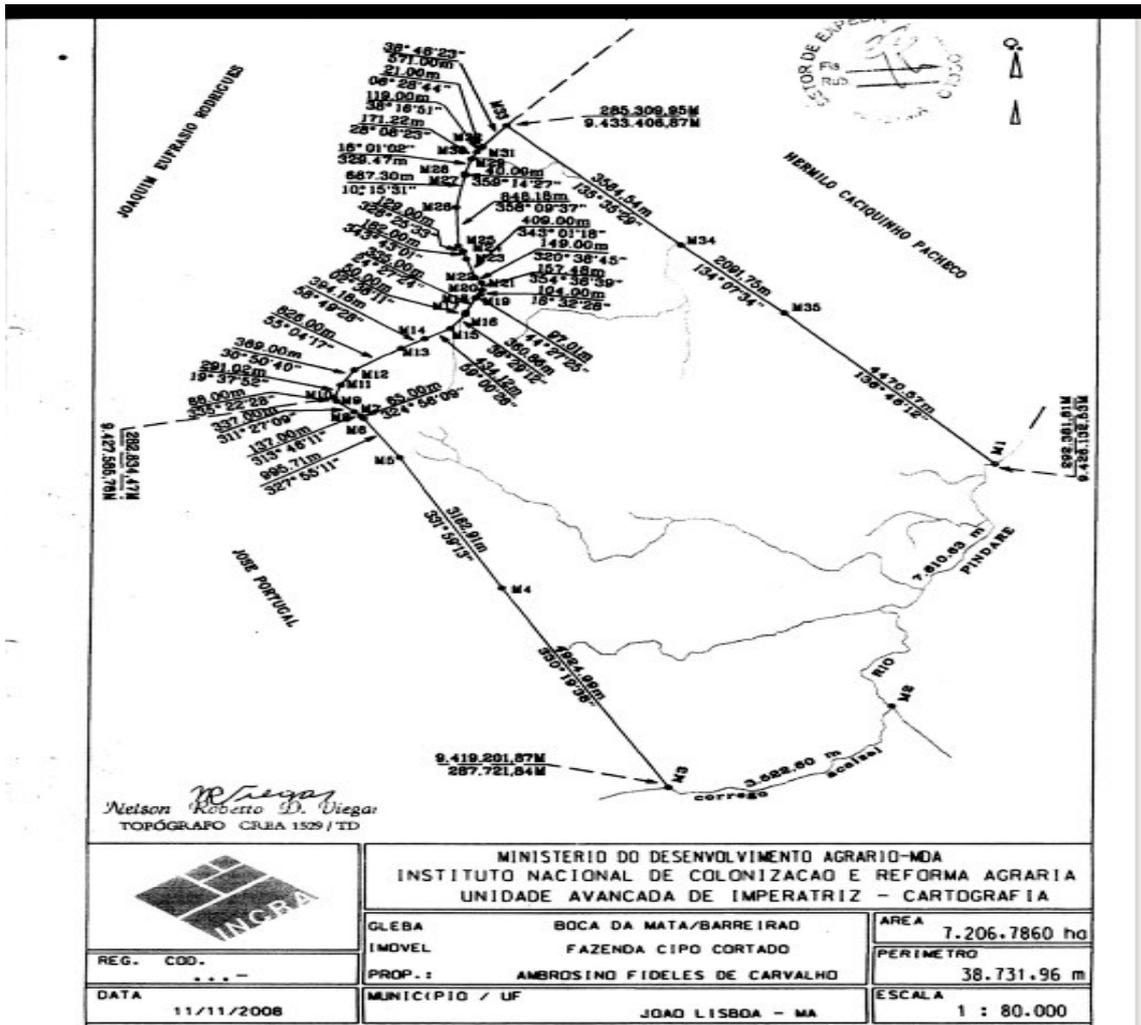
O imóvel Cipó Cortado é uma fazenda ocupada por famílias de trabalhadores rurais sem-terra, ligadas a dois movimentos sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e o Sindicato Rural dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de João Lisboa, portanto, sua ocupação foi organizada a partir de processos distintos, realizados sob a coordenação do MST e do Sindicato. Então, as histórias dessa luta pela terra apresentam pontos em comum, e também muitos outros que se diferenciam, que dizem respeito à forma como cada movimento social utiliza-se de táticas diferentes na luta pela terra. Na parte ocupada pelo MST, já foi criado o Projeto de Assentamento Cipó Cortado, e a maioria das famílias já foram regularizadas pelo INCRA. Na parte do Sindicato as famílias estão ocupando e produzindo nos lotes, no entanto, ainda não foram regularizadas e não foi criado o Projeto de Assentamento.

Quanto à origem do nome Cipó Cortado dado ao imóvel, conforme informado por um dos meus entrevistados, o Sr. Cosmo, presidente do STTR de João Lisboa-MA, foi por conta do assassinato de 12 famílias de pequenos agricultores, que residiam no local, em 1975, que teriam apanhado muito de cipó, antes da execução.

Quanto à localização geográfica, a Fazenda Cipó Cortado fica situada no município de João Lisboa-MA, com uma área de 7.206,7860 hectares, encravada na Gleba da União Federal, Boca da Mata Barreirão. Com a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins, GETAT, em 1980, parte dessa Gleba foi titulada, porém, a Fazenda Cipó Cortado não teve a titulação concluída. Visto que, não ocorreu uma ação eficiente do Estado na destinação das terras desta região, restando assim uma série de conflitos, inclusive na disputa pelas terras daquela fazenda.

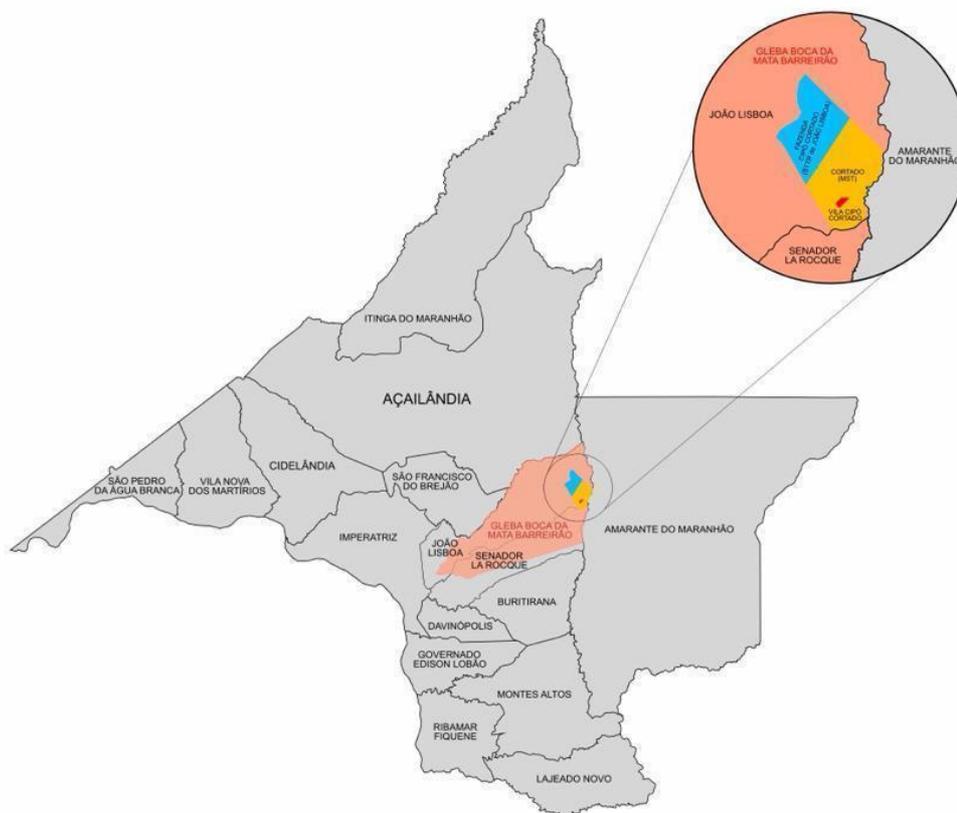
³ O índice de Gini atribui indicadores de 0 a 1 para a concentração de terras, no censo agropecuário de 2006, o Brasil apresentava 0,854, bem próximo de 1, portanto elevado.

Mapa 1: Fazenda Cipó Cortado.



Fonte: Acervo do INCRA (2008).

Mapa 2: Microrregião de Imperatriz destacando a Gleba Boca da Mata/Barreirão, em laranja, o Projeto de Assentamento Cipó Cortado em amarelo e o acampamento do STTR de João Lisboa em azul.



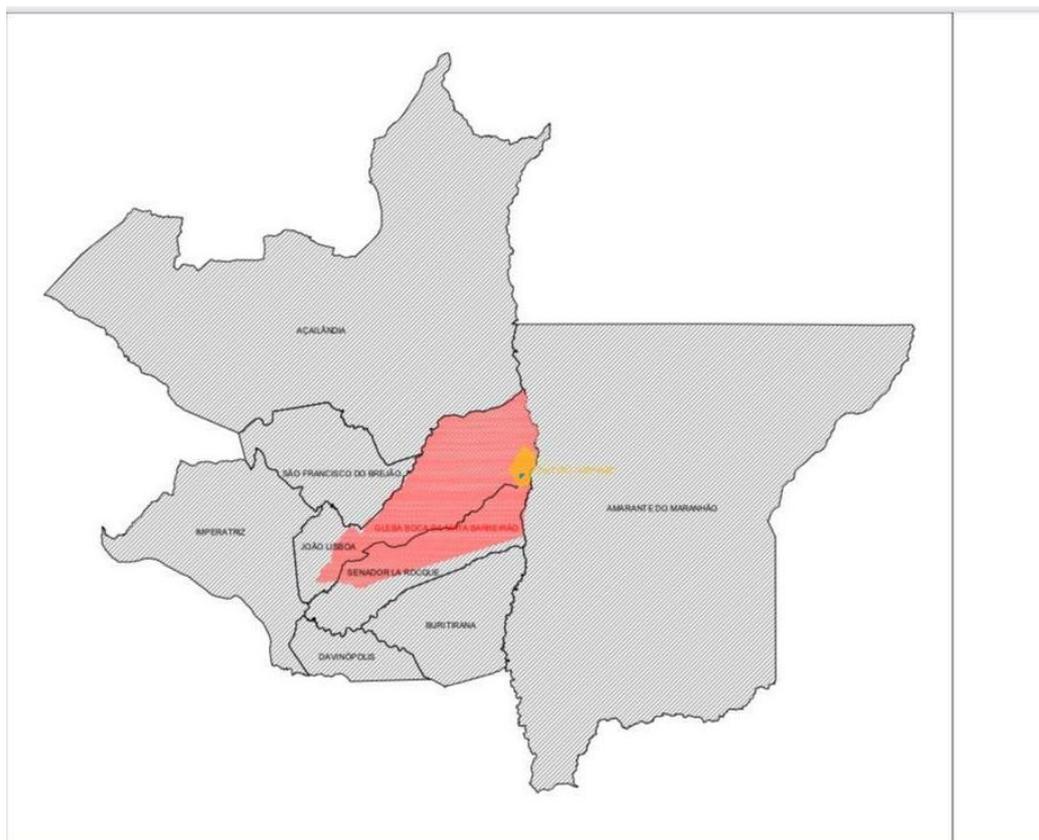
Fonte: Produzido pela autora (2022).

O imóvel Cipó Cortado está inserido nos limites físicos do município de João Lisboa, nas proximidades da divisa com o município de Amarante do Maranhão. O acesso à localidade é pela sede do município de Senador La Rocque, parte-se da sede do município pela rota de acesso ao povoado “batedor”, percorrendo, no sentido do Centro do Toinho, cerca de 60 km de estrada de chão, localiza-se nas proximidades do rio Pindaré. A distância da capital do estado, São Luís, é de cerca de 650 km e da cidade de Imperatriz para o Projeto de Assentamento Cipó Cortado é de cerca de 84 km. A imagem a seguir mostra a rota do percurso, Imperatriz - Cipó Cortado, retirada do Site Google Maps em julho de 2022.

Mapa 3: Trajeto Imperatriz – Igreja Comadesma Cipó Cortado.

Fonte: Google Maps (2022).

Analisar a ocupação da fazenda Cipó Cortado, na década de 2000, requer um retorno no tempo, para compreender o processo de ocupação por trabalhadores sem-terra organizados em movimentos sociais, e a posterior desafetação de parte da área pelo Programa Terra Legal e a destinação para reforma agrária, através do INCRA. A ocupação das terras da Gleba Boca da Mata Barreirão, uma gleba pública pertencente à União Federal, com 114.470,0000 mil hectares, localizada no município de João Lisboa-MA, onde fica localizada a fazenda Cipó Cortado, remonta a década de 1980.

Mapa 4: Gleba Boca da Mata/Barreirão.

Fonte: Produzido pela autora (2022).

Em consulta aos arquivos do INCRA, pertencentes a Unidade Avançada do INCRA de Imperatriz, foi possível resgatar parte do histórico de ocupação da Fazenda Cipó Cortado. A área da Fazenda Cipó Cortado, é de 7.206,7860 hectares, localizada na Gleba Boca da Mata / Barreirão. A gleba está matriculada sob o n.º 355, no Livro 2-A, folha 141, em nome da União, cujo título aquisitivo foi um processo de arrecadação do extinto GETAT.

A origem da Fazenda Cipó cortado vem de uma posse do fazendeiro José Paes Leme Martins, ele foi o que primeiro quis se apropriar daquelas terras, fez em 1981 uma proposta de permuta ao GETAT com uma área que ele possuía no imóvel denominado loteamento Itaipava, lote 159, localizado em Xinguara-PA. Pleito negado pela direção do GETAT. Mesmo assim, de maneira arbitrária, o Sr. José Paes Leme Martins continuou adquirindo posses na área em questão, chegando a dominar aproximadamente 8.000,0000 hectares, e assim expropriando famílias que viviam sobre as terras, que foram expulsas e jogadas à própria sorte.

Na década de 2000, as disputas se acirraram, ocorreram ocupações daquelas terras por cerca de 300 famílias de trabalhadores rurais sem-terra da região, ligados

a dois movimentos sociais do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e o Sindicato Rural dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de João Lisboa. Tarrow (2009) revela que as organizações sociais fazem suas lutas conforme, suas memórias, cada grupo social tem sua identidade, senão vejamos:

Grupos particulares têm uma história particular — e memória — de formas de confronto. Os trabalhadores sabem como fazer greves porque gerações de trabalhadores as fizeram antes deles; os parisienses erguem barricadas porque as barricadas estão inscritas na história do confronto parisiense; os camponeses tomam terras portando símbolos que seus pais e avós usaram no passado (TARROW, 2009, p. 40).

Desde então, é possível verificar uma série de performances destes movimentos sociais, em uma verdadeira batalha pela conquista daquelas terras. São repertórios de ações coletivas que ora se apresentam na zona rural, ora nos centros urbanos como nas cidades de João Lisboa-MA, Imperatriz-MA e mesmo na capital do estado do Maranhão, São Luís. Dentre os repertórios, podemos citar: o acampamento, a ocupação da fazenda, a ocupação de prédios públicos, as passeatas, as marchas, a interdição de vias de acesso, a panfletagem, as palavras de ordem, as vestimentas, as músicas, as místicas, as assembleias.

As lutas pela ocupação das terras na região sudoeste do Maranhão, comumente chamada de Região Tocantina, caracterizada como uma região de fronteira de expansão agrícola, composta pelos municípios de: Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edson Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene, têm gerado inúmeros conflitos, são disputas acirradas entre trabalhadores rurais sem terras, fazendeiros, grileiros, latifundiários, empresários, indígenas, extrativistas, entre outros.

O caso da Fazenda Cipó Cortado é bastante emblemático nesta região, pelo conflito que perdura por anos. Os movimentos sociais do campo, especificamente, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa-MA, apresentam-se como protagonistas nas lutas e conquistas da terra e consequente sustentabilidade dos trabalhadores rurais.

Os movimentos sociais do campo que atuam na Região Tocantina são focos de resistência ao poder instituído, seja pelo aspecto econômico, estatal e ideológico, que se utilizam de sistemas simbólicos para a legitimação da dominação, e em última

instância visam como na expressão de Weber, a domesticação dos dominados, (BOURDIEU, 2007). Então, existe um confronto político explícito entre movimentos sociais e opositores na ocupação da Fazenda Cipó Cortado, podemos dizer até mesmo uma guerra de mentalidades, de discursos, que além dos grupos e entidades envolvidas, reverbera na sociedade, impactando a representação do imaginário coletivo do que seja justiça social no campo.

Portanto, neste trabalho busco realizar uma análise multidisciplinar sócio-histórica, uma imbricação entre a sociologia e a história, assim como fez o próprio Charles Tilly em seus trabalhos e também utilizar elementos da geografia e antropologia. E assim, desvelar os diversos repertórios, performances e táticas utilizados por estes movimentos sociais e fazer um mapeamento das suas táticas e performances, tanto na conquista dos direitos sociais, sejam enquanto bens materiais, em especial a terra, seja no campo político, na organização dos movimentos, na interação entre os participantes, na relação com os opositores, partidários e o Estado.

Dessa forma, apresentar as lutas coletivas locais que marcam a Região Tocantina, e assim demonstrar que mesmo em tempos de globalização, de mercantilização, inclusive dos bens simbólicos, coexistem territórios de resistência. Pois, “os indivíduos, baseados em períodos passados de conflito com um grupo particular ou com o governo, constroem um protótipo de protesto e tumulto que descreve o que fazer em circunstâncias particulares e também oferece uma base lógica para esta ação” (TARROW, 2009, p. 40).

Como já posto, nesta pesquisa será utilizada a teoria do processo político sobre movimentos sociais, de Charles Tilly e Sidney Tarrow (2009), já difundida no Brasil por estudiosos do tema, como Maria da Glória Gohn (2011), Angela Alonso (2009) e Breno Bringel (2012).

No Estado do Maranhão destaca-se o livro do pesquisador Marcelo Sampaio Carneiro, “Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo” (2013), como também o trabalho da pesquisadora Helciane de Fátima Abreu Araújo, na tese “Estado/Movimentos Sociais no Campo – a trama da construção conjunta de uma política no Maranhão” (2010).

Quanto às produções da região tocantina sobre movimentos sociais do campo, destacam-se os trabalhos dos pesquisadores: Rejane Medeiros Almeida, na tese: “Práxis Política Do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) TO -

trajetória de organização e formação política” (2017); Jonatha Farias Carneiro, na tese: “Inserção Camponesa na Cadeia Produtiva do Leite na Microrregião de Imperatriz-MA: entre a autonomia e a subordinação” (2022); Mariana Leal Conceição Nóbrega, na tese: “Geografias Das Resistências: batalhas camponesas do século XXI nas regiões do bico do papagaio e cerrados sul maranhenses” (2020).

Quanto aos estudos sobre a Gleba Boca da Mata Barreirão e Cipó Cortado, serão utilizadas as seguintes pesquisas como referência: Edmilson Rosa Bezerra na Tese: “A Territorialidade Camponesa: Os centros agrícolas como um lugar de integração ao capital, gleba boca da mata / barreirão no município de João Lisboa (1950-1987)” (2018); Gilvânia Ferreira, na Dissertação: “O Caráter Político-Pedagógico Da Luta Pela Terra: a experiência do acampamento cipó cortado – Senador La Rocque (MA)” (2014); João Paulo Vieira Alvim, na monografia “Conflitos Sociais Contemporâneos no Campo Maranhense: formação territorial e organização do espaço no assentamento cipó cortado em João Lisboa” (2017).

Portanto, a pesquisa buscará dialogar, em certa medida, com os estudos já realizados sobre os movimentos sociais do campo sob a ótica dos repertórios. E o propósito central é contribuir, através da academia, com a caracterização dos repertórios presentes nos movimentos sociais do campo da região tocantina, na ocupação da Fazenda Cipó Cortado, evidenciando o protagonismo dos atores sociais que localmente fazem a luta coletiva articuladas com o global. E desta forma, permitir que sejam sistematizadas e publicadas o arcabouço das memórias, vivências e representações dos conflitos sociais que marcam a disputa pela justiça social nesta região da fronteira maranhense.

Quem sou eu na pesquisa? Diálogo entre Pesquisador e Sujeitos de Pesquisa.

Agora venho responder, o que me levou a pesquisar movimentos sociais do campo na região tocantina. Para isso, recorro a minha trajetória de vida, acadêmica e profissional. Durante a minha graduação no curso de História na Universidade Estadual do Maranhão, participei ativamente do movimento estudantil, e sempre me questionava o porquê de muitos estudantes não participarem das ações do movimento estudantil, embora considerasse importante, e inspirada a responder este

questionamento, fiz minha monografia sobre o papel dos movimentos sociais na década de 1990 no Brasil.

Desde 2008, sou Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. E, em 2014 comecei a exercer as atividades na Unidade do INCRA em Imperatriz. Inclusive, como chefe da Unidade Avançada de 2014 a 2018, período que me oportunizou a aproximação com a comunidade da Cipó Cortado, tanto com idas àquela fazenda, quanto a vinda deles ao Incra em busca de atendimento e mesmo de algumas ocupações do prédio visando atendimento de suas demandas.

Portanto, essas experiências possibilitaram-me acompanhar e vivenciar diversos momentos de tensão e conflitos, desses movimentos sociais do campo, na disputa pelas terras dessa região. E também por ser servidora do INCRA, facilitou o acesso a documentos e sistemas do órgão, por já conhecer o funcionamento.

Além das justificativas já citadas, para pesquisar a ocupação da Fazenda Cipó Cortado, pesou bastante a relação de proximidade que já possuía com aquela comunidade, mesmo sabendo dos possíveis riscos de ser tratada como servidora do INCRA e não como pesquisadora da UFMA. Então, antecipadamente, me preocupei em treinar o olhar, para estranhar o conhecido e conhecer o estranho, o novo. Isso num esforço contínuo, porque mesmo com isso claro, ainda me senti insegura na entrada em campo, por não saber o que exatamente encontraria, e o que realmente seria substancial para responder a problemática proposta nesta pesquisa. A primeira roda de conversa com aquela comunidade me revelou uma série de dados que subsidiam esta dissertação, então me senti mais tranquila e segura na condução da pesquisa.

Outro fato que merece ser mencionado, é que em 2020, surgiu a doença COVID-19, caracterizada pela Organização Mundial da Saúde-OMS como uma Pandemia, pois atingiu todos os continentes do planeta. A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, altamente contagiosa e mortal. Inicialmente, não possuindo cura conhecida e nem vacina, foi exigido que todos se mantivessem isolados.

No Brasil, o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, iniciado em 2019, não tratou a COVID-19 como uma doença de alto risco, menosprezou a sua alta letalidade e desacreditou nas vacinas e na ciência, inclusive incentivando as pessoas

a descumprirem com os protocolos de prevenção e apostando em medicamentos de eficácia não comprovada, como a cloroquina. Então, chegou-se ao absurdo número de mais de 680 mil mortos, com recorde de morte diária de 4.211 pessoas, em abril de 2021.

Este acontecimento provocou mudança de hábitos e adaptações para a vida em sociedade mundialmente, inclusive no Mestrado. Desde a seleção do programa em janeiro de 2021, que foi pela plataforma virtual "google meet" até o oferecimento das disciplinas. Então, por conta da pandemia fomos privados do contato pessoal, da interação corpo a corpo na universidade, durante as aulas.

E, um acontecimento marcou a nossa turma, que era composta inicialmente por 12 discentes, mas uma aluna desistiu por problemas de saúde mental, isso nos afetou muito enquanto grupo, por estarmos distantes, cada um na sua residência, ficamos com a sensação de não termos percebido o sofrimento da colega, e de não termos feito nada para ajudá-la. Além das diversas perdas, de amigos próximos e até mesmo familiares.

Após o início das aulas fomos nos adaptando a modalidade remota, enfrentando alguns problemas, além da questão da socialização, principalmente a "queda" de internet, que em alguns momentos impedia o regular funcionamento das aulas. Mas, por outro lado, facilitou o acesso ao Mestrado, por colegas que não residiam em Imperatriz-MA, pois não precisaram se deslocar das suas cidades. Além das diversas palestras, que tivemos a oportunidade de assistir, com sociólogos renomados de todo o país, através do canal no Youtube do PPGS.

Então, mesmo amedrontados com a Covid-19, com a sensação de luto coletivo, conseguimos cumprir com as disciplinas teóricas, até porque a nossa turma sempre foi muito solidária e unida, nos ajudávamos nas apresentações dos seminários, cuidávamos para que ninguém se sentisse sozinho e inseguro, além da parceria e sensibilidade dos nossos professores.

No entanto, as nossas pesquisas de campo nos preocupavam, inclusive eu, porque ocorreu atraso na aquisição das vacinas e conseqüentemente na vacinação, e eu só poderia ir a campo de forma segura. Então, a minha pesquisa de campo foi afetada diretamente, atrasou bastante do meu planejamento inicial, que seria para começar no segundo semestre de 2021, mas só foi possível iniciar em maio de 2022, pois tive que esperar a vacinação massiva, e assim ter segurança para realizar o

trabalho de campo, sem colocar a comunidade pesquisada, assim como eu em risco de contaminação.

Inclusive, a proposta inicial da minha pesquisa era fazer uma etnografia, contudo por conta dos poucos encontros possíveis e após sugestão da banca de qualificação, segui a metodologia da História Oral. Clareando que não ocorreram prejuízos na consolidação do trabalho de campo, visto que tinha utilizado entrevistas semiestruturadas com os meus interlocutores.

Percursos Metodológicos: construindo o objeto

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz”. (Ferreira Gullar, 1999, Corpo a corpo com a linguagem, grifo do autor)

Quanto à metodologia, a presente pesquisa seguiu as premissas da validade científica, que segundo Eco (2008) são quatro as condições básicas, para tal: 1. O objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros. 2. Deve dizer algo que ainda não foi dito ou rever algo que já se disse. 3. Deve ser útil aos demais. 4. Fornecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas.

Na investigação do tema foi utilizada a pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações, artigos), visto que é essencial fazer inicialmente o dever de casa, ou seja, revisão da literatura e planejamento minucioso da pesquisa de campo. A pesquisa descritiva documental (jornais, cartórios, arquivos, fotografias) seguindo as orientações de Castro (2008) sobre o papel do pesquisador, que deve buscar compreender o mundo entre aproximação e distanciamento e ainda observar o contexto, o mundo social e simbólico das fontes. E a pesquisa qualitativa da história oral no trabalho de campo, visto que é uma metodologia que possibilita a coleta de depoimentos de “pessoas comuns”, o que coaduna com a minha opção de pesquisar movimento social do campo. Para Thompson (2002, p. 17) “É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem.

A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos”.

A introdução da história oral como método de pesquisa é atribuída ao sociólogo inglês Paul Thompson, porém ele observa que o uso de aparatos tecnológicos para registros dessas falas pode ser considerado novidade, mas a história oral é tão antiga quanto a própria história (THOMPSON, 2000). O italiano Alessandro Portelli (1977, p. 26), renomado historiador oral, afirmou, que “um espectro está assombrando os muros da academia: o espectro da história oral”, se referindo ao início da utilização da história oral na Itália, pois colocou em choque a história positivista e a pretendida objetividade que se baseia em documentos escritos. Portelli, no entanto, argumenta que as fontes orais e escritas se complementam, conforme abaixo:

[...] Na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra). Desta forma, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos (PORTELLI, 1977, p. 26).

As fontes orais se diferenciam das fontes escritas, “a condição para a fonte escrita é a emissão; para as fontes orais é a transmissão” (PORTELLI, 1997, p. 35). O conteúdo das fontes orais “depende largamente do que os entrevistadores põem em termos das questões, diálogos e relações pessoais”. Já “o conteúdo da fonte escrita é independente das necessidades e hipóteses do pesquisador; é um texto estável, que não pode ser apenas interpretado” (PORTELLI, 1997, p. 35).

No Brasil, segundo Castelo Branco (2020), a história oral passou a ser utilizada na década de 1970, na Universidade de São Paulo - USP, no Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

A história oral foi a escolha metodológica para pesquisar os repertórios dos movimentos sociais na ocupação da Cipó Cortado, porque possibilita que seja contada a história de pessoas simples, com suas vidas permeadas pela oralidade, que guardam na memória suas trajetórias, sem colocar no papel. Ou seja, “as fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (Portelli, 1997, p. 31). As elites têm suas histórias documentadas, escritas, então, os registros da história oral são uma ferramenta democrática que preservam memórias, percepções e vozes de indivíduos

e grupos em todos os níveis e em todas as atividades, inclusive dos humildes, dos “sem - história”, dos “sem-terra”.

Assim, os lugares sociais que os interlocutores ocupam estão impregnados de relações sociais num campo de forças determinado. Na relação de troca sincera, é preciso estar atento ao lugar de onde cada pessoa fala, para quem fala, como fala, com que intenções. Falar com classes excluídas implica a consciência de que o direito de falar, em particular sobre si mesmo, não é automático. Implica também reconhecer que, em sua autoconsciência e autoridade, nosso interlocutor pode levantar aspectos de sua experiência, e da nossa também, sobre os quais nunca havíamos pensado seriamente. Se nos colocarmos inteira e verdadeiramente na troca, mesmo com perspectivas opostas, abrimos caminho para superar desconfianças e construir solidariedades (KOURY, 2021, p. 34).

Na realização da pesquisa de campo, conforme Beaud e Weber apud Oliveira (2013, p. 203), “um dos desafios que perpassa todo o processo de definição e realização do trabalho de investigação consiste na constante vigilância em relação às condições sociais, políticas e culturais através das quais os dados etnográficos são produzidos”. Iniciando pelo próprio pesquisador que é um ser social, como afirma Bourdieu (1998), e a partir disso vai se desdobrando uma série de pressupostos, desde uma “dúvida radical” até uma “revolução do olhar” do pesquisador, e assim possibilitar construir o objeto, “deixando o sujeito falar”, numa relação simétrica.

A oralidade e a escrita são linguagens constitutivas e constituintes da realidade social; elas se entrecetem no e com o social e nele intervêm. No entanto, cada uma delas tem peculiaridades. Diferente da escrita, a fala oral se faz no calor das interações entre o pessoal e o social, marcadas pelo convívio e confronto nas relações sociais vividas. As narrativas emergem no entrecruzar de subjetividades e memórias, impregnadas de emoções, crenças, interpretações, imaginações, sonhos, expectativas, desconfianças, frustrações e, mesmo, mentiras. Tudo isso se verbaliza de maneiras, por vezes, entrecortadas, num vai-e-vem no tempo. Modos de relatar expressam o próprio movimento da memória e do diálogo. Com nossas afirmações, contestações e posicionamentos, encorajamos nosso interlocutor a avançar em sua narrativa, ou recuperar fatos não mencionados, por cautela ou esquecimento. Repetições ou alterações de fatos, expressos por um mesmo narrador, são as maneiras pelas quais ele vive e interpreta os acontecimentos e o próprio diálogo, que precisamos compreender, levando em conta que suas narrativas são mediadas por memórias, lembranças, esquecimentos, sentimentos e emoções (KOURY, 2021, p. 35).

Na história oral ocorre um processo dialógico, de interação, de troca e principalmente de partilha por parte dos entrevistados. Thompson, no livro: A Voz do Passado (1998), elenca qualidades essenciais do entrevistador bem sucedido, tais como: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas relações em relação ao informante; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar.

Podemos ter status, estudo, conhecimento, mas, na situação de diálogo, são nossos entrevistados que têm as informações e compartilham-nas conosco. Nossa postura se torna mais proveitosa quando percebemos que estamos aprendendo com as pessoas com quem conversamos. Quando nos colocamos inteira e sinceramente no diálogo, criamos condições para que ambas as partes se desarmem, adquiram confiança entre si, exerçam o direito de explicitar suas diferenças e dialogar sobre elas (KOURY, 2021, p. 33-34).

Na organização prévia da pesquisa de campo, antes das entrevistas, são necessários alguns cuidados por parte do entrevistador, como: verificar qual equipamento deve ser utilizado na gravação; poderá levar consigo auxílios para memória do informante, ex: foice, panfleto; marcar o local da entrevista, escolher o lugar onde o entrevistado se sinta à vontade, normalmente, o melhor lugar é sua própria casa; no geral, é melhor ficar sozinho com o informante, embora em alguns casos, de irmãos, casais, um pode estimular a memória do outro; manter o sigilo da fonte, pois a mesma confiará em você para não vincularem seus nomes sem seu consentimento; já no primeiro encontro perguntar se a entrevista pode ser gravada; prezar pela qualidade da gravação (THOMPSON, 2002).

No começo da entrevista, “[...] já é preciso estabelecer um contexto inicial, o objetivo deve ser explicado, e pelo menos uma pergunta inicial precisa ser feita” (THOMPSON, 2002, p. 258), e assim permitir que o relato se desenvolva. Na elaboração das perguntas, deve seguir o princípio de que “as perguntas devem ser sempre tão simples e diretas quanto possível, em linguagem comum” (THOMPSON, 2002, p. 260).

Uma entrevista é uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias cuja violação pode destruí-la. Fundamentalmente, espera-se que o entrevistador demonstre interesse pelo informante, permitindo-lhe falar o que tem a dizer sem interrupções constantes e que, se necessário, proporcione ao mesmo tempo alguma orientação sobre o que discorrer. Por baixo disso tudo está uma ideia de cooperação, confiança e respeito mútuos. (THOMPSON, 2002, p. 271).

Castelo Branco (2020), alerta para o fato de a oralidade depender da memória dos indivíduos ouvidos, portanto precisa de atenção do pesquisador. E cita alguns procedimentos necessários para o antes, o durante e após as entrevistas, conforme a seguir: a) elaboração de um roteiro flexível que permita modificações durante a entrevista; b) evitar postura de superioridade face ao entrevistado; c) buscar estabelecer uma relação de confiança e respeito mútuo com a fonte; d) transcrição

fidedigna dos áudios gravados; e) consciência do pesquisador das implicações decorrentes da metodologia, ter sensibilidade primando pelo papel dialógico, a fim de conferir riqueza e profundidade na produção do conhecimento.

Conforme já discutido acima, "os documentos de história oral são sempre o resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente" (PORTELLI, 1997, p. 35). E o pesquisador precisa ter uma atitude reflexiva diante desta metodologia, inclusive, verificando, que a transcrição não é completamente objetiva, porque não transcreve a emoção da fala, as pausas, a entonação e o volume da voz, e isso se comprova mais em sociedades que não tem o discurso condicionado pelas normas da escrita.

Na transcrição da própria entrevista, que faz o discurso oral passar por uma transformação decisiva, o título e os subtítulos (sempre tomados das palavras dos entrevistados) e sobretudo o texto que fazemos preceder ao diálogo, estão lá para direcionar o olhar do leitor para os traços pertinentes que a percepção distraída e desarmada deixa escapar. Eles têm a função de lembrar as condições sociais e os condicionamentos, dos quais o autor do discurso é o produto, sua trajetória, sua formação, suas experiências profissionais, tudo o que se dissimula e se passa ao mesmo tempo no discurso transcrito, mas também na pronúncia e na entonação, apagadas pela transcrição, como toda a linguagem do corpo, gestos, postura, mímicas, olhares, e também nos silêncios, nos subentendidos e nos lapsos. (BOURDIEU, 1997, p.10).

Quanto aos materiais para utilização na pesquisa, foram utilizados: caderno de campo, aparelho celular para gravação das entrevistas e registro de fotografias e computador para arquivamento, produção dos dados e análise dos resultados.

Percursos Metodológicos: “construindo laços”

Bourdieu (1997) inicia o prefácio do livro “A miséria do Mundo”, dizendo: “entregamos aqui os depoimentos que homens e mulheres nos confiaram a propósito de sua existência e de sua dificuldade de viver”, assim também coincide o propósito desta dissertação, considerando a tamanha responsabilidade de contar a história de outros, buscando principalmente “compreender” seus pontos de vistas.

Como, de fato, não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tomar públicas conversas privadas, confidências recolhidas numa relação de confiança que só se pode estabelecer na relação entre duas pessoas?

Sem dúvida, todos os nossos interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus depoimentos. Mas jamais houve um contrato tão carregado de exigências tácitas como um contrato de confiança. Devíamos, pois, cuidar primeiramente de proteger aqueles que em nós confiaram (especialmente mudando, muitas vezes, as indicações, tais como nomes de lugares ou de pessoas que pudessem permitir sua identificação); mas convinha também, e acima de tudo, procurar colocá-los ao abrigo dos perigos aos quais nós exporíamos suas palavras, abandonando-as, sem proteção, aos desvios de sentido. (BOURDIEU, 1997, p.09).

Então, terminada as disciplinas do mestrado e superada a fase crítica da pandemia COVID-19, após a vacinação massiva da população brasileira, iniciou-se a pesquisa de campo. E, inspirada em Geertz (2008) de se fazer uma descrição densa, objetivando uma interpretação reflexiva, me desloco para o Projeto de Assentamento Cipó Cortado. Anteriormente, havia combinado com o presidente da associação, por já nos conhecermos há cerca de 10 anos, e possuir com ele uma relação de proximidade e de respeito mútuo. De antemão, já o imaginei ser meu “Doc⁴”, ou seja, meu informante principal que poderia me abrir portas, possibilitando interação com outros informantes.

Planejei a primeira visita, com bastante antecedência, que ocorreu no período de 18 a 21 de maio de 2022. Já conhecia o assentamento e neste primeiro momento, pensei em não realizar entrevistas semiestruturadas, mas realizar rodas de conversas, onde eu pudesse me apresentar como pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão, e não como funcionária do INCRA, sabendo da presença simbólica do INCRA no assentamento. Refletindo sobre a minha condição de servidora do órgão que faz a gestão agrária do país e executa atividades naquele assentamento, o que poderia me colocar numa posição hierárquica privilegiada quanto ao capital simbólico, como alerta Bourdieu.

Portanto, a todo momento me preocupava com a minha posição, principalmente, se eles se sentiriam à vontade para narrar suas trajetórias, no entanto, eles tinham as informações, neste contexto, eu que precisava deles. E os assentados foram bastante receptivos, fui muito bem recebida, fui inserida nas suas atividades, fui com eles de ônibus para outras comunidades celebrar o festejo de São João, assim como se disponibilizaram a “abrir seus corações”, ou seja, me contaram como foi a

⁴ “Doc” foi o principal informante de William Foote Whyte, no livro “Sociedade de Esquina” 2005 (1943), clássico da etnografia urbana. O termo hoje é utilizado para definir um informante-chave, simboliza o mediador entre o pesquisador e os pesquisados.

ocupação e a permanência na Cipó Cortado, inclusive com muitas informações adicionais de suas vidas, que não é o objetivo desta pesquisa.

Lá realizei a roda de conversa com cerca de 20 pessoas, fiz observação participante tanto nas duas vilas do assentamento, quanto na escola, e também gravei uma entrevista, por considerar que poderia não ter mais a oportunidade de fazê-la com aquela informante. Durante a roda de conversa, ouvindo as histórias de vida de cada um relacionadas a Cipó Cortado, fui pré-selecionando possíveis entrevistados, considerando a narrativa que mais fornecia elementos relacionados aos objetivos da minha pesquisa.

No início da roda de conversa, observei logo que duas senhoras se retiraram, não sei exatamente qual o motivo, mas fiz algumas conjecturas a respeito, primeiro, achavam que eu iria falar enquanto servidora do INCRA, pois diversas vezes já tinha ido trabalhar naquela comunidade, inclusive aplicando o crédito Fomento Mulher, voltado às mulheres assentadas e como deixei claro, não se tratava de um trabalho do INCRA. Segundo, embora haja um esforço dos movimentos sociais do campo quanto a incentivar o protagonismo das mulheres, ainda prevalece o machismo estrutural presente na nossa sociedade, que impõe às mulheres a condição de coadjuvantes, portanto não se sentiram autorizadas a falar, contar suas histórias de vida. E, por último, a ocupação da fazenda Cipó Cortado, os anos de luta, resistência, conflito, tensão, geraram traumas, medos, e relembrar este passado traria memórias negativas, que as mesmas não gostariam de vivenciar novamente.

Os demais presentes ficaram à vontade para relatar sobre sua história de vida relacionada à ocupação e vivência na Cipó Cortado. Não teve uma indicação prévia de ordem de fala, porém um a um foram contando suas histórias, lembrando memórias, de forma descontraída e, ao mesmo tempo, emocionada. Naquele momento já observei elementos que se entrecruzam nas trajetórias daqueles sujeitos e naquele amontoado de falas foi possível ir juntando pedaços da ocupação e vivência naquele local, como uma colcha de retalhos.

Quanto às minhas impressões da nossa roda de conversa, foi muito proveitosa e descontraída, começamos as 19:00h e conversamos até as 21:30h, foram 2:30h de bate-papo, eles foram rememorando a história da ocupação, as dificuldades, os medos, a violência sofrida, a fome, a insegurança. E também sorrimos muito com algumas histórias. Então, mais uma vez meu coração se acalmou, pois a meu ver, deu

tudo certo. Nessa visita, já combinamos o meu retorno para o mês de junho, no período das festas juninas do assentamento.

Então, assim como combinado, retornei no dia 23 de junho de 2022 e permaneci até o dia 26 do mesmo mês. Nesta segunda visita realizei sete entrevistas semiestruturadas, com as pessoas selecionadas como interlocutoras, durante a roda de conversa. Para resguardar a identidade dos meus informantes, por questões éticas e por considerar inseguro para eles, a divulgação de seus nomes e apelidos, seus verdadeiros nomes foram substituídos por nomes de árvores frutíferas comuns na região. Na escolha de cada codinome busquei fazer associação com alguma característica de sua personalidade ou trajetória. Na parte dos MST, as entrevistas seguiram a seguinte ordem: comecei com a Sra. Cocuri, seguindo foi o Sr. Macaúba, Sra. Cajazeira, o Sr. Buriti, a Sra. Murici e por último o Sr. Anajá. E da parte do Sindicato entrevistei o Sr. Jatobá. Foram entrevistas cheias de emoção, choro, risos e descontração.

Assim como na primeira visita, realizei uma série de fotografias. Ressalto que todas as entrevistas e fotografias foram autorizadas e utilizei meu próprio celular para gravar e fotografar. Algumas fotografias fazem parte do acervo da associação e me foram cedidas para utilização nesta dissertação.

Os entrevistados são seis homens: Sr. Jatobá, Sr. Buriti, Sr. Anajá, Sr. Macaúba, Sr. Mucuíba, Sr. Tucum. E cinco mulheres: Sra. Murici, Sra. Cajazeira, Sra. Cocuri, Sra. Vassourinha e Sra. Aroeira. A Sra. Aroeira e o Sr. Jatobá residem no lote, no acampamento do sindicato, os demais residem na vila do Projeto de Assentamento da Cipó Cortado.

No meu primeiro deslocamento para a Cipó Cortado, no dia 18 de maio de 2022, tive meu primeiro contato com o Sr. Tucum, pardo, casado, porque o mesmo era o proprietário do veículo que me levou da cidade de Senador La Rocque até o Projeto de Assentamento, um rapaz comunicativo, engraçado, mas com uma certa “marra”, já foi logo me contando sua história de vida, como chegou até o acampamento, dos anos de peleja e resistência, se assemelhando as características da árvore escolhida para lhe nomear, um coqueiro cheio de espinhos no caule, mas com uma linda copa, e que dar cachos de frutos, vermelhos e doces quando maduros. Na mesma ocasião conheci a Sra. Vassourinha, uma mulher parda, casada, com muitos filhos, que falava do seu “jogo de cintura”, na luta pela sobrevivência com sua

família, era marcante a sua dinamicidade, coincidindo com a vassourinha, planta que nasce e permanece mesmo nos lugares mais improváveis e áridos.

A Sra. Aroeira, uma idosa, parda, casada, residente na parte da Cipó Cortado ocupada pelo sindicato de João Lisboa, foi a minha primeira entrevistada, narrou sua história com muita altivez, lembrando cada detalhe, desde as reuniões na cidade de João Lisboa, até a chegada na fazenda, apesar das adversidades enfrentadas, se manteve como uma Aroeira, dura como uma rocha, intacta no propósito de ter uma terra.

O Sr. Jatobá é o presidente do acampamento do sindicato, inicialmente atuou como coordenador de um grupo de famílias. Ele tem 50 anos, pardo, casado, tem 2 filhos e é natural de Montes Altos. Assim como muitas famílias sem terras da região, foram desintrusadas da Terra Indígena Krikati em 1993, seus pais perderam as terras, então ele saiu em busca de recomeçar a vida, e foi para João Lisboa, onde começou a trabalhar no sindicato. Então, liderou a ocupação da Cipó Cortado na parte ocupada pelo Sindicato. É uma pessoa perseverante, são 13 anos de ocupação sem a regularização das famílias, mesmo assim continua firme em seu propósito de conseguir um pedaço de terra, seu sonho.

Meu informante principal, ocupa um lugar de liderança no assentamento, nomeei-o de Anajá, pardo, casado, por ser uma pessoa carismática, assim como a árvore do Anajá que permite que se crie uma espécie de escada no seu caule, quando as palhas vão caindo, ele com aquela comunidade foi construindo degraus, na construção do Assentamento, muitos percalços, perseguições foram enfrentados e ainda por enfrentar, mas se manteve firme na luta.

O Sr. Buriti, casado e pardo, é outra liderança do assentamento, juntamente com o Sr. Anajá tomam a frente da coordenação das tarefas daquela comunidade, sempre sorridente, disponível e gentil, me acompanhou e me auxiliou durante toda a minha pesquisa. Assim como a árvore do Buriti, que fornece matéria-prima para vários objetos, além do fruto para consumo, o Sr. Buriti é versátil, colabora com várias ações na comunidade, inclusive nas atividades culturais, fez parte da banda de animação do acampamento.

A Sra. Murici, uma mulher branca na faixa etária dos 40 anos, com personalidade forte, movimenta o assentamento, dando todo tipo de apoio às outras mulheres, também é liderança no assentamento, é esposa do presidente da

associação. Alguns me falaram sobre ela é ser “paciência zero”, no linguajar sertanejo “espoletada”, mas também muito solidária, é o que percebi ficando hospedada em sua casa, é uma mistura de doce / azedo assim como a fruta do murici.

O Sr. Macaúba, um homem branco de meia-idade, muito gentil, polido, narrou sua trajetória de muitas dificuldades, medos na conquista da terra, associei-o à árvore da macaúba, que doa seus frutos para quem quiser consumir.

O Sr^o. Mucuiba, tive contato com ele na roda de conversa, já idoso, casado, pardo, contou sua trajetória na Cipó Cortado de forma engraçada, embora tenha enfrentado uma doença neste período, uma depressão, desencadeada por conta da tensão vivenciada no acampamento. Associei-o à árvore da mucuiba, uma árvore que fica enorme e ultrapassa séculos de existência, por sua fortaleza.

A Sr^a, Cocuri, uma mulher parda, reside em uma casa vizinha, a que eu fico hospedada, sempre muito simpática, quando me avistava pela calçada vinha conversar um pouquinho. Ela tem muito orgulho em ser uma das primeiras acampadas e em acreditar que era possível conquistar a terra, chegou na Cipó Cortado com os filhos ainda pequenos e enfrentou muitas dificuldades, inclusive a doença da malária nos filhos. A associei ao cocuri por ser um coqueiro que dá uns cachinhos de coco baixinhos que qualquer pessoa pode colher, assim como ela gosta de dividir as “farturas” que tem.

A Sr^a Cajazeira, natural do Ceará, veio de lá ainda menina, fugindo da seca, uma senhora parda já idosa, mas com muita energia, é a cozinheira oficial dos eventos, das ocupações, por ter uma mão muito boa para cozinhar, possui uma grande família, agora já cuidando dos netos, narrou com muita emoção sua extraordinária história de vida, que daria uma novela. Assim como a cajazeira que cresce num caule cheio de ondulações, mas que dá muitos frutos, sua vida foi cheia de batalhas, nem por isso deixou de ajudar ao próximo com amor, ingrediente essencial para um prato saboroso.

Portanto, assim como nomeei meus interlocutores com nomes de árvores, algumas frutíferas, construí uma metáfora, meu projeto de pesquisa era um cesto vazio, e eu precisava enchê-lo, precisava de uma colheita farta, então, fui colhendo, o que me ofereciam no caminho, tucum, vassourinha, anajá, buriti, murici, cajazeira, cocuri, aroeira, jatobá, macaúba, mucuiba, foram recheando meu cesto, embora esteja ciente, que como qualquer cesto, sempre haverá frestas, que outros precisarão

preencher. Assim se faz a ciência, sempre a completar frestas, que abrirão outras, assim como a célebre afirmação de Max Weber, renovar a eterna novidade da ciência.

A partir desta singela amostra, foi possível elaborar alguns pontos acerca dos critérios de gênero, classe, raça, faixa etária, profissão. Todos são trabalhadores rurais, em suas origens trabalhavam em terras de outras pessoas para sobrevivência, visto que não possuíam um pedaço de terra. Nas suas narrativas fica claro que vieram da classe social menos favorecida. Todas as quatro mulheres são casadas e mães, dos 6 homens, 5 são casados e pais e 1 é solteiro. Todos os informantes estão acima de 40 anos e menos de 80. Dos 10 interlocutores, 8 são pardos e 2 brancos.

Além dos meus informantes descritos acima, também realizei três entrevistas semiestruturadas, que considero fundamentais para a construção do meu trabalho, são lideranças da região Tocantina, que atuam a mais de 30 anos na militância dos movimentos sociais do campo, seus relatos trouxeram muitas informações para historicização e compreensão dos movimentos sociais desta região. Os entrevistados foram: o Sr. Cosmo Rodrigues de Araújo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de João Lisboa, a Srta. Gilvânia Ferreira da Silva, conhecida como Vânia do MST, coordenadora regional do MST Maranhão que atua na região Tocantina e o Sr. José Gusmão Pereira Junior, conhecido pelo apelido de “Zezinho Bahiano”, liderança que atua no município de Amarante do Maranhão e na região Tocantina.

Apesar das suas trajetórias singulares, em todas as lideranças encontrei algo em comum, o motivo que os levou a participarem dos movimentos sociais, e o início de suas militâncias se dão com a participação nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, ainda na década de 1980, as reuniões ajudaram a formar, a construir suas mentalidades. A seguir, apresento a biografia sucinta de cada um, dado o espaço limitado desta dissertação, considerando que parte de suas vidas se confundem com os acontecimentos ligados aos movimentos sociais do campo desta região.

Imagem 1: Sr. Cosmo Rodrigues de Araújo no STTR de João Lisboa.



Fonte: Acervo da autora (2022).

O Sr. Cosmo Rodrigues de Araújo, nasceu no município de Tuntum em 1949, seus pais eram agricultores e migraram em busca de terras para trabalhar, passando uma temporada no município de Monção, ainda na década de 1960. Ele conta que em 1965, a Sudene chegou na região para fazer loteamento das terras, e o pai não gostou dessa situação, então, em 1966 vieram embora para cá, para uma comunidade chamada Nova Brasília, localizada na época no município de João Lisboa, mas com a emancipação de Senador La Rocque, ficou dentro deste município.

Imagem 2: O Sr. Cosmo com Lula.

Fonte: Acervo do STTR de João Lisboa (2022).

O Sr^o. Cosmo não teve a oportunidade de frequentar a escola, mas sempre gostou de ler o evangelho, a bíblia, se envolveu com as CEBs, se tornando o dirigente da comunidade Nova Brasília. Em uma passagem do Bispo de Imperatriz, Dom Marcelino, o mesmo instigou o Sr. Cosmo a participar do sindicato rural e se candidatar como presidente, em 1978 foi eleito, desde então participa ativamente do movimento sindical rural. Ajudou a fundar a CUT e o PT na década de 1980, foi delegado regional e presidente da FETAEMA. E desde a década de 1970 participou diretamente das lutas por terra na região, contribuindo para a criação de vários Projetos de Assentamentos, inclusive da ocupação da Fazenda Cipó Cortado.

Vânia do MST, tem 52 anos, nasceu na Paraíba, em um povoado chamado Canaficho, município de Lagoa Grande, terra de Margarida Maria Alves. Ela é mestre em geografia, e doutoranda em estudos sociais agrários, é militante do MST desde os 17 anos, na época o MST era pequeno, era mais forte no sul, então, ela ajudou a fundar o MST no nordeste, porque o intuito era ter o MST em todo o país. Então, em 1992 ela veio para Imperatriz, atuar no MST do Maranhão.

Imagem 3: A Vânia do MST no dia da entrevista, na sede da secretaria do MST em Imperatriz.



Fonte: Acervo da autora (2022).

A família de Vânia também era de camponeses sem-terra, moravam em uma comunidade da cana-de-açúcar, as terras eram de usineiros, trabalhavam com o corte de cana e produziam culturas rápidas, porque era em terras de outras pessoas. Seu pai era muito revoltado com esta situação, e isso marcou bastante a sua memória. Ela começou a participar aos 14 anos da Pastoral da Juventude e das CEBs, e dois padres italianos daquela comunidade, os padres Luís e Cristiano, foram duas pessoas que a motivaram muito, porque eles eram identificados com a teologia da libertação, a participar da luta pela terra. Vânia considera estes dois acontecimentos como responsáveis pela militância que exerce desde a juventude. As CEBs atuavam nas comunidades rurais, a educação popular era muito presente, tinha vários estudos e tudo era muito voltado para a educação popular, a questão sindical, o sindicato era combativo.

Zeinho Baiano, nasceu na Guanabara, Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo. Filho de uma família de classe média, a mãe pedagoga, o pai agrônomo. Ainda na adolescência migrou com a família para a região de Itabuna na Bahia, lá foi estudar em Salvador, estudou até o primeiro ano do ensino médio. Eram os anos da Ditadura Militar no Brasil e Zeinho participou dos movimentos estudantis contra esse regime,

presenciando torturas e perseguições. Zezinho perdeu a mãe precocemente e teve que cuidar dos irmãos mais novos. O avô como recompensa deu uma fazenda, de 4 mil hectares, de presente para ele no município de Amarante do Maranhão, na localidade Campo Formoso, no ano de 1973.

Imagem 4: Zezinho Baiano.



Fonte: Imagem cedida por Zezinho Baiano (2022).

Em Amarante, Zezinho começou a participar das atividades da igreja, das CEBs e foi se envolvendo com os movimentos sociais, com o sindicato dos trabalhadores rurais, onde foi presidente, contribuiu com Manoel da Conceição e Luís Vila Nova da primeira ocupação de terras da região, a ocupação da fazenda Capoema. Participou ativamente do CENTRU como diretor. Em determinado momento, doou a sua fazenda para trabalhadores rurais sem terras da região. Foi vereador, ajudou na construção da Lei Orgânica do Município de Amarante, foi secretário de agricultura daquele município. Participou das ocupações de terras nesta região tocantina, inclusive se utilizando da sua aparência de homem branco e classe média, para auxiliar os trabalhadores rurais sem terras em suas lutas.

Estrutura da Dissertação

A dissertação está estruturada da seguinte forma, é composta por esta introdução, mais quatro capítulos e as considerações finais, assim distribuídos:

No primeiro capítulo, que tem como título: Movimentos Sociais do Campo: Fundamentos Teóricos, faço um balanço das teorias dos movimentos sociais, focalizando na teoria do processo político, conhecida como “teoria dos repertórios”, utilizando as ideias de Charles Tilly e Sidney Tarrow, difundida no Brasil pelos estudiosos, Angela Alonso e Breno Bringel. Abordo ainda as categorias: Repertórios, Oportunidades Políticas, Ciclo de Protestos, Táticas, Performances e Construções Simbólicas que serão analisadas durante a pesquisa de campo.

O segundo capítulo, A Luta pela Terra e Cidadania no Maranhão e Fronteira Amazônica, apresento um quadro dos movimentos sociais do campo no Maranhão, na Fronteira Amazônica e na Microrregião de Imperatriz.

No terceiro capítulo, com o título: Erguer a Bandeira: O Repertório de Ocupação da Fazenda Cipó Cortado, demonstro como foi utilizado o repertório de ocupação da Fazenda Cipó Cortado pelo MST e STTR de João Lisboa-MA, na década de 2000.

No último capítulo, identifico as Táticas, Performances e Construções Simbólicas na Ocupação da Fazenda Cipó Cortado, destacando o papel das mulheres, das músicas e dos foguetes no processo de resistência nos acampamentos.

CAPÍTULO I – MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: fundamentos teóricos

1.1 Balanço de Teorias

*“Que nunca se diga: isso é natural, para que nada passe por imutável...”
Bertold Brecht*

Imagem 5: Card do MST e Card da Jornada de Abril Verde e Amarelo 2022.



Fonte: MST (2022).

Fonte: INCRA (2022).

Brasil, mês de abril de 2022, circulam nas mídias sociais estes dois cartões, “cards” em inglês, que numa primeira vista não parecem antagônicos, o primeiro, um card do MST sobre Reforma Agrária Popular e o segundo, um card do INCRA de uma campanha de titulação de propriedades rurais. Contudo, o olhar e o fazer sociológico trazem como premissas fundamentais o estranhamento e a desnaturalização dos acontecimentos, então a partir disso surgem os questionamentos: O que existe por trás de dois simples cards? Qual o contexto histórico e político das imagens? Qual a relação com esta pesquisa sobre movimento social do campo?

O primeiro cartaz trata-se da campanha Abril Vermelho, que desde 1997, o MST faz no mês de abril, em referência ao massacre de 21 trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado dos Carajás-PA, e que é desde então, um mês de intensa mobilização e luta do MST. Em contraponto, o segundo cartão que tem como lema Abril Verde e Amarelo é uma campanha de titulação massiva do INCRA, criada no

ano de 2022 e que de forma subliminar e simbólica se coloca em oposição ao Abril Vermelho, inclusive reportando a meta do atual governo de instalação da “Paz no Campo”⁵.

O card do governo em verde e amarelo, remete ao controle da natureza e das riquezas do país. A “paz no campo” traduz o desejo dos grandes agropecuaristas do país em manter o controle das terras, mesmo não cumpindo a com a função social, como os latifúndios improdutivos, paz produzida através do medo e da opressão dos pequenos agricultores, inclusive os sem-terras.

O card do MST em vermelho, representa a luta por mudanças sociais, por Reforma Agrária no país, por reconhecimento da sociedade, contra a violência, para que nunca mais ocorra o derramamento de sangue que ocorreu em Eldorado dos Carajás.

Nesta pesquisa, recorro ao arcabouço da Teoria do Confronto Político, criada e desenvolvida pelos norte-americanos Charles Tilly e Sidney Tarrow. Que assim como na campanha acima, identificaram que na ação dos movimentos sociais é possível verificar três elementos: aliados, opositores e o estado. No caso citado acima o governo é também o opositor, por direcionar as políticas agrárias aos grandes proprietários, inclusive, praticamente zerando o orçamento para execução da reforma agrária.

Após esta introdução didática, agora apresento um balanço das teorias sobre movimentos sociais desde o século XVIII, observando que os movimentos sociais acompanham o surgimento do estado moderno. Para os primeiros sociólogos, como Émile Durkheim, os movimentos sociais são vistos como fenômenos de desordens, conforme abaixo:

Com a emergência do movimento social nacional no século XVIII, os primeiros teóricos se concentraram em três facetas dos movimentos que eles mais temiam: extremismo, privação e violência. Tanto a Revolução Francesa como o industrialismo do início do século XIX deram força a esta reação. Liderados pelo sociólogo Émile Durkheim (1951), os sociólogos do século XIX viam os movimentos sociais como um resultado da anomia e da desorganização social — uma imagem que fica bem clara na frase “a multidão

⁵ O governo do presidente Jair Bolsonaro se voltou a conceder benefícios ao agronegócio, então, a paralisação dos processo de Reforma Agrária, assim como a flexibilização do porte de armas e suspensão de demarcação de terras indígenas foram algumas dessas medidas, argumentando que isso faz parte de um pacote para instalação da “paz no campo”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2019/01/funrural-reforma-agraria-e-seguranca-no-campo-olhar-do-governo-se-volta-para-o-agro-cjr0zcxm301v601ukca6yddau.html>.

enlouquecida” (cf. a resenha em McPhail 1991) apud (TARROW, 2009, p. 20).

Contudo, no final do século XIX e início XX ocorreu um “processo civilizatório” (Tarrow, 2009), dessas tendências, houve uma substituição da definição de movimentos sociais relacionadas à extremismo, privação e violência para desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade.

Em seguida busco aprofundar conceitos fundamentais da Teoria do Confronto Político em articulação com os movimentos sociais do campo. Dando relevo aos teóricos da tradição marxista, embora não se possa enquadrar Charles Tilly dentro de uma corrente teórica, ou mesmo de um dos lados da dualidade, que permeia a história da sociologia: ação versus estrutura, conforme esclarece a socióloga Angela Alonso (2009, p. 53-54):

A Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) nasceram dos debates sobre a revolução, ou melhor, da exaustão dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução. Ambas se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal. As duas constroem explicações macro-históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Contudo, a TPP investe numa teoria da mobilização política enquanto a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural.

Assim como Charles Tilly em seus trabalhos, nesta dissertação será realizada uma análise multidisciplinar sócio-histórica e também utilizará elementos da antropologia e geografia. Pois, assim como afirma Milton Santos (apud BRINGEL e ECKART, 2008, p. 460), “hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar, é a consciência do mundo, obtida através do lugar”. E os movimentos sociais do campo articulam o local com o global em redes de ação e solidariedade.

A partir do século XIX os movimentos sociais foram objeto de diversos estudos nas ciências sociais e foram desenvolvidas algumas teorias, a marxista, a neomarxista, dos novos movimentos sociais, do enquadramento, da mobilização de recursos, do confronto político, entre outras. Teorias essas fundadas na Europa e nos Estados Unidos e utilizadas para interpretação de casos concretos no sul, ou seja, do centro para as periferias, inclusive no Brasil.

A socióloga Ângela Alonso divide as Teorias dos Movimentos Sociais em três grandes correntes: dos Novos Movimentos Sociais, da Mobilização de Recursos e da Teoria do Processo Político. Contudo, considero importante incluir na construção deste quadro teórico, além daquelas, conceitos da Teoria do Enquadramento, que inclusive Sidney Tarrow articula com a Teoria do Confronto Político.

Na elaboração deste balanço de teorias dos movimentos sociais, serão utilizados os trabalhos de Charles Tilly e Sidney Tarrow (2009), J.M. Jasper (2016), Maria da Glória Gohn (2011), Angela Alonso (2009) e Breno Bringel (2012).

1.1.1 Abordagem Marxista, Teoria Crítica e Neomarxista

Nesta seção, serão abordados os principais autores e conceitos da teoria marxista sobre movimentos sociais, desde a interpretação ortodoxa, a não ortodoxa, a teoria crítica e algumas releituras, seguindo uma ordem histórica e cronológica, e dessa forma busca-se apresentar o grande impacto que o marxismo deu a ação e teoria dos movimentos sociais.

Karl Marx e Friedrich Engels, inspiradores da teoria do conflito e também dos movimentos sociais, não investigaram os motivos que levam “os indivíduos a se engajarem em ações coletivas. Ou melhor, eles teriam colocado o problema como um resultado do desenvolvimento estrutural da sociedade e não como uma escolha individual” (TARROW, 2009, p. 28). Marx lidou com uma das questões que preocupam ativistas desde então: porque membros de um grupo que deveriam se revoltar, se manifestar, não o fazem. Marx respondeu à questão com a teoria da “falsa consciência” dos trabalhadores, ou seja, a ideologia imposta pela classe dominante.

Na teoria marxista, a explicação sobre os movimentos sociais, prevalece a categoria luta de classes, dentro de um processo de lutas históricas invocando a transformação social. Nesse processo, a organização da classe trabalhadora é explicada pelo papel que ela ocupa na dinâmica de produção. É a relação entre capital e trabalho que gera a luta de classes, então, a classe proletária tem a missão de transformar a sociedade de desigualdades em outra sem opressão.

A manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sobre as mesmas condições de exploração criam uma possibilidade de uma consciência de classe. Quando as classes conscientes geram um movimento social e uma ideologia de classe. (SHERER-WARREN apud GOHN, 2002, p. 177).

Em continuidade ao pensamento de Marx e Engels, surgiram correntes teóricas no início do século XX, nomeadas como ortodoxa e não ortodoxa. Dentro da tradição ortodoxa destacam-se os pensadores Lênin e Trotsky, que de forma aproximada a Marx, acreditavam que a mudança da realidade social é responsabilidade do proletariado através da práxis revolucionária. Sendo o papel das vanguardas, uma elite intelectual de revolucionários, fundamental, pois tomariam a frente e guiariam as massas rumo à tomada de consciência coletiva. Portanto, conforme Vázquez (1997), a atividade teórica só pode ser fecunda se não perder seus laços com a realidade, que deve ser objeto de interpretação e transformação, se renovando na atividade prática.

A corrente não ortodoxa tem como principais expoentes, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci e Mao Tsé-Tung, eles atribuem a importância do cotidiano e da cultura no processo de construção de uma nova realidade social. Esses pensadores atribuem às massas, o papel central nas lutas e mobilizações contra a hegemonia da classe dominante, considerando a vivência, o conhecimento e as tradições. Conforme Gramsci (1989, p. 21), “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam”. Assim Gramsci atribui às massas a tarefa da criação de um bloco intelectual, para se somar aos intelectuais tradicionais do partido, “os intelectuais orgânicos”, e promover a união da teoria com a prática, formando a práxis revolucionária.

Nos anos de 1920 surgiu na Europa a Escola de Frankfurt, um renomado instituto que se propôs a fazer uma releitura do marxismo, dando ênfase a outros aspectos da sociedade, não somente o econômico, mas também ao cultural dentre outros, emergindo assim a Teoria Crítica. A primeira geração de cientistas sociais que integrou a Escola de Frankfurt foi composta por um grupo de intelectuais alemães de esquerda, entre os quais figuram: Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse. A segunda geração pelos pensadores Jürgen Habermas e Karl Otto Apel. E a terceira geração tem como principal expoente Axel Honneth. Segundo Horkheimer sobre a Teoria Crítica:

A Teoria Crítica não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente [...]

sendo efetivamente possível uma sociedade de mulheres e homens livres e iguais (HONNETH apud NOBRE, 2003, p. 09).

A teoria crítica propõe uma articulação entre teoria e prática e aponta para busca de emancipação dos sujeitos, emancipação que segundo Habermas, é a “libertação de energias políticas paralisadas” (HABERMAS, 1990, p.93). Nos processos de luta os novos movimentos sociais passam a ganhar destaque. Em contraponto aos movimentos classistas que marcaram o século XIX e início do século XX. Horkheimer na sua leitura crítica do Marxismo, apontou para um processo de desmobilização dada a conjuntura dos anos de ouro do pós-guerra:

Horkheimer não considerava mais possível, em vista das novas condições históricas, continuar sustentando que o proletariado seria a única força política interna ao próprio sistema, que seria portadora da destruição do capitalismo e da instauração do socialismo. Em razão de seu diagnóstico do tempo, já não considerava possível sustentar uma união entre teoria e prática nos termos em que havia sido pensada pelo marxismo de seu tempo (NOBRE apud MELO, 2014, P. 252-253).

O Sociólogo alemão Axel Honneth é responsável por dar continuidade à teoria crítica, através da sua teoria do reconhecimento recíproco, que busca responder às questões, como e por que as pessoas lutam? E remete aos estudos de Habermas na teoria da ação comunicativa. Honneth verificou em seus estudos, que os conflitos sociais causados pelo capitalismo, são internalizados pelos indivíduos, gerando assim patologias. Portanto, existe uma gramática moral por trás das angústias sociais. Essa gramática social de dominação cultural, ela é permeada por três elementos: a) Legal, fruto da função hierárquica; b) Status, mérito através do trabalho; c) Desigualdades.

A entrada da categoria do “reconhecimento” no vocabulário da teoria política contemporânea pode ser compreendida segundo duas razões principais. A primeira, de ordem “negativa”, remete ao enfraquecimento das grandes narrativas (teoria da luta de classes, contradição entre capital e trabalho, relação entre base econômica material e superestrutura política, utopia da sociedade do trabalho) para produzir um diagnóstico adequado sobre a dinâmica dos conflitos sociais em condições de capitalismo tardio (com intervenção do Estado, democracia de massas e bem-estar social). A segunda, de ordem mais propositiva, remete ao engajamento da sociedade civil e à ampliação da agenda política que acompanhou as reivindicações plurais dos novos movimentos sociais (MELO, 2014, p. 17).

Tanto Habermas quanto Honneth enxergam as lutas dos movimentos sociais contra injustiças, para além das condições materiais. Honneth volta às ideias de Hegel e coloca como elemento motivador para mobilização na sociedade por direitos, a luta

por reconhecimento recíproco do próximo, porque o capitalismo gera sofrimento social fruto das desigualdades.

A partir dos anos de 1950, seguindo ainda a abordagem marxista, surgiram os denominados neomarxistas, com destaque para a teoria histórico-estrutural, representada pelos pensadores Manuel Castells, Jordi Borja e Jean Lojkine. Em seus estudos sobre movimentos sociais urbanos e a sua relação com o estado, eles deram centralidade aos fatores políticos, sendo a política articulada com as inovações democráticas ocorridas com as experiências dos movimentos sociais.

Ainda seguindo uma linhagem marxista, vale lembrar dos historiadores contemporâneos: Eric Hobsbawm, E. P. Thompson e George Rudé, que enfatizam a vivência e as condições da classe trabalhadora nas lutas para construção de uma sociedade mais consciente e democrática. Hobsbawm em suas análises sobre movimentos sociais demarcou uma diferença fundamental, os movimentos revolucionários dos reformistas. Para ele, os movimentos reformistas “aceitam a estrutura geral de uma instituição ou de um sistema social, ou a consideram capaz de aperfeiçoamento, ou de reformas onde os abusos se manifestaram” (HOBBSAWM apud GOHN, 2011, p. 202). Já os movimentos revolucionários “insistem que ela deve ser transformada fundamentalmente ou, então, substituída” (HOBBSAWM apud GOHN, 2011, p. 202).

Ao longo desta seção, percebe-se a diversidade de ramificações da teoria marxista, longe de se esgotar as diversas análises que perpassam o século XX e XXI, inclusive com reelaborações e atualizações sobre movimentos sociais. Entretanto, fica claro que até a atualidade, as organizações coletivas devem muito à teoria marxista, sobretudo quanto a temas como: consciência de classe, solidariedade enquanto relação social, emancipação dos trabalhadores e formas de luta (greves, ligas e uniões).

1.1.2 Novos Movimentos Sociais

Segundo Maria da Glória Gohn (2011), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais – TNMS, de matriz Europeia, ainda é um paradigma em construção, existindo várias questões de abordagem em aberto ou a serem aprofundadas, entre as quais, os próprios conceitos que lhe dão sustentação. Entre os principais representantes dessa

corrente destacam-se: O francês Alain Touraine, o italiano Alberto Melucci e os alemães Claus Offe e Jurgen Habermas.

Conforme Touraine, após a década de 1960 na sociedade pós-industrial, a indústria e o trabalho perderam a centralidade na luta dos movimentos sociais, portanto “o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda a parte” (TOURAINÉ apud ALONSO, 2009, p.60).

Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas (Touraine lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais) e teriam em comum uma atitude de oposição. Seus exemplos principais são os movimentos feminista e ambientalista (ALONSO, 2009, p. 60).

Diferentemente da Teoria Marxista que enfatizava a luta de classes e deu base principalmente ao movimento operário e sindical, os novos movimentos sociais atribuem um novo papel ao sujeito participativo, identificando as ações e identidades coletivas como atores sociais e não mais como sujeitos históricos condicionados pelas estruturas.

Também dão ênfase à política, analisada dentro da perspectiva da esfera pública e da sociedade civil e não apenas como uma esfera hierarquizada do Estado. E se concentram em pautas pós-materiais, conforme abaixo:

As reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores. Estaria em curso uma politização da vida privada. Os movimentos de classe dariam lugar, assim, a novos movimentos expressivos, simbólicos, identitários, caso do feminismo, do pacifismo, do ambientalismo, do movimento estudantil. Isto é, os movimentos mais em evidência no momento em que escreviam (ALONSO, 2009, p.67).

O italiano Alberto Melucci, divergindo da corrente francesa encabeçada por Touraine, atento aos mecanismos micro e mesos sociológicos, analisa os movimentos sociais a partir de uma matriz subjetiva e política ideológica dos atores referente a um dado contexto histórico, trazendo ao debate as identidades coletivas construídas pelos atores sociais. “A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI apud ALONSO, 2009, p.65).

Para Melucci, a identidade coletiva é resultado de um processo múltiplo com diferentes orientações, onde o ator se constrói como coletivo no curso de suas atividades, utilizando-se de elementos como emoção, intuição, criatividade e percepção feminina do mundo, entre outros, em articulação com a política. Conforme Melucci (apud GOHN, 2002, p. 160) “os movimentos são vistos como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e política”.

Verifica-se, portanto que a teoria dos novos movimentos sociais apresentam paradigmas heterogêneos e ambíguos, inclusive recebendo diversas críticas: em relação ao termo “novo”, que remeteria a movimentos sociais recentes e atuais, portanto não poderia estudar fenômenos, por exemplo do século XIX; por desconsiderar o papel do Estado na relação com os movimentos sociais e ainda por ser uma perspectiva eurocêntrica.

Contudo, é uma teoria que teve muita aceitação e aplicação na América Latina e no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990. Inicialmente na década de 1980, os trabalhos de Alain Touraine retomaram o conceito de sociedade civil, apartado do mercado e Estado. No início da década de 1990 o trabalho de Habermas com a teoria do agir comunicativo, e já para o final da década, a influência de Melucci, pela concentração de pesquisas sobre identidades coletivas.

No Brasil, na análise das teorias dos movimentos sociais e seguindo a TNMS, destaca-se Maria da Glória Gohn, que tem produzido obras onde apresenta levantamento das diversas teorias e movimentos sociais existentes, inclusive, movimentos sociais do campo. A autora demonstra preocupação com a identidade dos movimentos e suas práticas cotidianas, conforme a definição adotada por ela de movimentos sociais, são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 13).

Vale ainda citar, a comparação que Bringel e Eckart (2008, p. 466) fazem das teorias dos TPP e NMS encabeçadas por Charles Tilly e Alain Touraine, respectivamente, como representantes das Escolas norte-americana e europeia sobre os movimentos sociais e a democracia. Embora seja possível estabelecer um plano de conexão, os autores diferem bastante, a corrente norte-americana com enfoque mais “institucionalista”, centrado nas estruturas das organizações dos sistemas

sociopolítico e econômico e a corrente europeia transitou por terrenos de caráter mais “autonomista”, revisando o marxismo e buscando explicações mais conjunturais, localizadas no âmbito político e nos microprocessos da vida cotidiana.

1.1.3 Teoria da Mobilização de Recursos

A partir dos anos 1970, em oposição à abordagem funcionalista, emergiu nos Estados Unidos a Teoria da Mobilização de Recursos – TMR, que atribuía o poder de mobilização dos movimentos sociais aos recursos disponíveis, apresentando uma abordagem racional e economicista, fizeram uma comparação do movimento social a uma empresa. Seus principais representantes são os norte-americanos John D. McCarthy e Mayer Nathan Zald.

Inspirados nos trabalhos do economista Mancur Olson, se concentraram em explicar o processo de mobilização dos movimentos sociais, que a participação do indivíduo era determinada por um cálculo racional entre custos e benefícios. Portanto, a ação coletiva aconteceria, conforme a seguir:

A ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos. A criação de associações ou, mais comumente, o uso de estruturas comunitárias preexistentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais (ALONSO, 2009, p. 52).

Segundo Alonso (2009), a repercussão da TMR foi negativa na Europa e na esquerda por comparar movimentos sociais a uma empresa, e também por não considerar a cultura e a identidade coletiva. “Doutra parte, a teoria prima por uma análise conjuntural, sem vincular os movimentos a macroestruturas ou situá-los em processos de mais longo alcance.” (ALONSO, 2009, p. 53). No entanto, ocorreu:

Uma convergência mínima entre os enfoques “objetivista” e “subjetivista” se estabeleceu em torno da tese de que movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores. As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas. (ALONSO, 2009, p.72).

Alonso (2009) aponta em seus estudos, que no século XXI os teóricos dos movimentos sociais se reinventaram, foi um momento de aceitação de críticas,

atualização e incorporação de novas categorias analíticas, inclusive, a Teoria de Mobilização de Recursos.

1.2 – A Teoria do Confronto Político

Em consonância aos objetivos propostos nesta pesquisa, será utilizada a Teoria do Confronto Político na análise dos movimentos sociais do campo, na ocupação da Fazenda Cipó Cortado. Portanto, nesta seção serão esmiuçados os conceitos que dão sustentação a esta teoria, como: Repertório, Oportunidades Políticas, Ciclo de Protestos, Táticas, Performances e Construções Simbólicas.

Tilly escreveu inúmeros livros sobre as relações entre política, economia e sociedade, com ênfase na sociologia histórica e na sociologia política. Sua produção intelectual foi impressionante, publicou mais de 50 livros e 600 artigos. Considerado o fundador da sociologia do século XXI, é um dos sociólogos e historiadores mais importantes da atualidade. Faleceu em 2008. Dentre as suas principais obras, destaca-se o clássico *From Mobilization to Revolution* (1978)⁶, que “introduz e elabora variáveis fundamentais como o ‘interesse’ para a mobilização e as ‘oportunidades’ para a produção de ações coletivas” (BRINGEL, 2012, p.47).

Já seu parceiro de inúmeros trabalhos, Sidney Tarrow, seus estudos e publicações se concentram nas áreas de política comparada, movimentos sociais, partidos políticos, ação coletiva e sociologia política. Vale destacar a sua obra “O Poder em Movimento – Movimentos sociais e confronto político” (2009), que faz um apanhado sobre os movimentos sociais, apresentando um quadro teórico para entender o lugar dos movimentos sociais, dos ciclos de confronto e das revoluções na categoria mais geral do confronto político examinando o poder em movimento.

Nesta pesquisa, me aproprio do conceito de movimento social criado pelos norte-americanos Charles Tilly e Sidney Tarrow, que no livro *O Poder em Movimento* (2009, p.17), assim define:

O confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores, tais confrontos remontam ao início da história, mas

⁶ Neste livro, Tilly formulou um “modelo do sistema político” para a análise da ação coletiva, a partir do qual elaborou um conjunto de condições para a mobilização estando entre as principais oportunidades-ameaças para os desafiantes e a facilitação repressão das autoridades (1978, cap. 3, 4 e 6). Essas duas dimensões ligavam a ação coletiva ao Estado. (TARROW, 2009, p. 38)

prepará-los, coordená-los e mantê-los contra opositores poderosos é a contribuição singular dos movimentos sociais — uma invenção da idade moderna que acompanhou o surgimento do estado moderno. Neste livro, afirmo que o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. Eles agem através de repertórios de confronto conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais. O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social.

Assim, a preparação, organização e a manutenção das formas de luta nos confrontos políticos, através de repertórios, é papel dos movimentos sociais, sempre atentos às oportunidades e restrições políticas. Ressaltando que movimentos sociais não possuem apenas pautas progressistas, dependendo do contexto, das estruturas de oportunidades, escolhem formas mais ou menos organizadas, mais ou menos violentas. Conforme Alonso (2009, p. 76), para Tilly, Tarrow e McAdam (2001) (...) os movimentos sociais pertenceriam a um gradiente de formas de ação “contenciosa”, donde se incluem partidos, nacionalismo, guerrilhas, terrorismo, guerras civis, revoluções.

De acordo com Alonso (2012), no século XXI os estudos das ações coletivas e movimentos sociais vem passando por transformações nas ciências sociais. As Teorias do Processo Político assim como dos NMS e TMR, consideradas clássicas, foram se atualizando e incluindo novos elementos de análises, ou seja, os problemas persistentes na teoria social estão sendo revistos e novas questões de ordem empírica, teórica e metodológica vêm sendo levantadas. A Teoria do Processo Político, tem buscado inovar em dois aspectos:

Em primeiro lugar, essa perspectiva tem buscado aproximar discussões teóricas que foram historicamente apartadas no debate acadêmico — em especial, no contexto estadunidense —, tais como os debates sobre movimentos sociais, revoluções e violência política (McAdam, Tarrow & Tilly, 2009). Em segundo lugar, essa abordagem tem buscado superar o viés estruturalista inicialmente presente na TPP, incorporando pressupostos relacionais e culturalistas de análise, bem como uma ênfase na importância dos mecanismos causais para a explicação sociológica (McAdam, Tarrow & Tilly, 2001; Tilly & Tarrow, 2015) (PEREIRA e SILVA, 2020, p. 616).

No Brasil, a Teoria do Processo Político foi recepcionada e bastante utilizada nas pesquisas sobre movimentos sociais e ações coletivas, destacando-se os estudos da pesquisadora da Universidade de São Paulo, Angela Alonso, que no livro “Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)”, faz uma análise sócio-

histórica do movimento abolicionista, sob a ótica da teoria dos repertórios. Outro nome que merece destaque é do pesquisador Breno Bringel, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que possui várias publicações sobre a Teoria do Processo Político, inclusive, o artigo “Com, contra e para além de Charles Tilly” (2012), publicado na Revista Sociologia e Antropologia, que analisa a influência da teoria proposta por Charles Tilly.

Na análise dos repertórios de ocupação e conquista pelos movimentos sociais do campo STTR e MST, se faz necessário observar que embora apresente demandas rurais, como a terra para produzir, as ações coletivas ocorrem na maioria das vezes nas cidades, portanto não existe uma delimitação de espaços, territórios de luta. Conforme a seguir:

Um aspecto importante a registrar é a ampliação das fronteiras dos movimentos rurais, articulando-se com os movimentos urbanos. Muitas vezes, a questão central é rural, mas a forma de manifestação do movimento ocorre no meio urbano, a exemplo dos protestos na Argentina e o próprio MST no Brasil (GOHN, 2011, p. 06).

Então, as lutas dos movimentos sociais do campo, na ocupação da Fazenda Cipó Cortado serão estudados sob a ótica da Teoria do Processo Político de Tilly e Tarrow e suas repercussões, que colocam as oportunidades políticas como centrais nas ações coletivas. Assim, serão analisadas a relação dos movimentos sociais com o estado, com as esferas governamentais, federal, estadual, municipal e também com o poder judiciário, além dos opositores, fazendeiros que também reivindicam a área.

1.2.1 – Repertórios, Oportunidades Políticas, Ciclo de Protestos, Táticas, Performances e Construções Simbólicas

Após apresentar um quadro geral da Teoria do Processo Político, agora faz-se necessário esmiuçar as categorias: repertórios, oportunidades políticas, ciclo de protestos, performances, táticas e construções simbólicas, que serão utilizadas na análise do objeto desta pesquisa, em consonância com os objetivos propostos.

Em 2012, Angela Alonso e André Botelho entrevistaram Sidney Tarrow, em visita ao Brasil. No prefácio da entrevista, publicada na Revista Sociologia e Antropologia, eles fazem um apanhado sobre a contribuição da TPP para as ciências sociais, conforme abaixo:

[...] vêm redesenhando os estudos das dinâmicas de mobilização, negociação e confronto das ações coletivas, assim como vêm contribuindo decisivamente para revigorar umas das áreas mais tradicionais das ciências sociais, a sociologia política, forçando inclusive redefinições de algumas das suas categorias aparentemente mais estáveis, caso do conceito de conflito social. Mais ainda, ao conectar história e teoria, estas abordagens têm enfrentado algumas das mais profundas antinomias da teoria social, como a dicotomia “ação”/“estrutura”, apresentando, portanto, significados para as ciências sociais em geral. Ao valorizar, de um lado, a capacidade de agência e a criatividade dos indivíduos em suas mobilizações, mas sem descuidar, de outro, dos constrangimentos históricos e políticos que limitam as oportunidades da ação coletiva, novas perspectivas são criadas para o enfrentamento daquela e de outras dualidades das ciências sociais (ALONSO, BOTELHO, 2012, p. 11).

Assim como posto nesta teoria, verifica-se que os movimentos sociais do campo na ocupação da Fazenda Cipó Cortado, seja o MST e o STTR de João Lisboa, ambos movimentos de luta pela terra e cidadania, possuem suas formas de luta, seus repertórios, performances e táticas, nem sempre coincidentes, pois são movimentos com identidades diferentes. Na pesquisa dos movimentos sociais, segundo Jesus Marmanillo Pereira, faz-se necessário verificar alguns aspectos fundamentais, como explica:

Nesse sentido, é importante ressaltar que, além do aspecto da socialização relacionada à interação entre agentes, a contextualização histórica também fornece uma interpretação lógica em termos de oportunidades, restrições e processo de escolha de repertórios que possibilite vantagens no processo de confronto político. A realização de encontros e reuniões podem assim, ser interpretadas como fundamentais nos processos de aprendizagem, politização e socialização de repertórios individuais em ações coletivas (PEREIRA, 2012, p. 07).

Quanto ao conceito de repertório, Tilly apoiou-se numa perspectiva pragmática, definindo repertório como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY apud ALONSO, 2009, p. 58).

O próprio Tilly, segundo Alonso (2009,) acabou compelido a redefinir seu conceito de repertório. Inspirado em Goffman, adotou a metáfora teatral para descrever a relação entre agentes e repertórios, pondo a tônica na performance, isto é, no improvisado e na interpretação a que os atores submetem um repertório quando agem. Assim incorporou o conceito de agência (*agency*), abrindo espaço para escolhas, interpretações e performances no interior de seu estruturalismo histórico (ALONSO, 2009, p. 78-79).

Portanto, a Teoria do Confronto Político “tem buscado superar o viés estruturalista inicialmente presente na TPP, incorporando pressupostos relacionais e culturalistas de análise, bem como uma ênfase na importância dos mecanismos causais para a explicação sociológica” (PEREIRA E SILVA, 2020, p. 616).

Charles Tilly (1978: 50) na obra “From Mobilization to Revolution”, parte de uma problemática cara a tradição marxista, “como grandes mudanças estruturais afetam os padrões dominantes de ação coletiva”, assim surge o conceito de Repertório. Tilly na sua sociologia histórica “identifica que, ao longo da história, as formas de apresentação de demandas coletivas (collective claims-making) se modificam acompanhando transformações sociais, culturais, políticas, econômicas e demográficas”. (PEREIRA E SILVA, 2020, p. 619).

Para exemplificar a utilização de repertório de ação, podemos citar o caso descrito por Da Ros (2009 apud PEREIRA e SILVA, 2020, p. 620):

Argumenta que utilização de barreiras para impedir a realização de vistorias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em grandes propriedades rurais se incorporou ao repertório do patronato rural gaúcho na década de 1990 em resposta ao aumento de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nesse estado.

Os movimentos sociais utilizam-se de repertórios de ação, conforme as oportunidades políticas daquele período histórico, em regimes governamentais muito fechados, como o caso da ditadura militar no Brasil, que cassou direitos civis e políticos e impediu manifestações públicas, foi adotada a guerrilha como tática de ação de determinados grupos políticos contra aquele regime. Ou seja, os repertórios e oportunidades políticas estão intrinsecamente ligados.

A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos. Isto não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas. (TARROW, 2009, p. 19).

Tarrow afirma ainda, que conforme os estudos do sociólogo Craig Calhoun, mesmo os movimentos que se consideram apolíticos estão em uma relação com a política, pois estão sujeitos às leis e gestão dos Estados. Portanto, a ação coletiva não pode ficar separada da história e da política.

Os principais processos dos movimentos sociais, descritos por Tarrow (2009), seguem os seguintes passos: se organizam e agregam pessoas com demandas e identidades diferentes, e isso envolve preparar desafios coletivos, instigar redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais e ainda construir a solidariedade visando manter a ação coletiva.

Em momentos históricos de crise, quando o confronto se espalha por toda a sociedade, abrem-se janelas de oportunidades políticas, possibilitando assim ciclos de protestos, conforme as ideias de Tarrow citadas por Gohn (2002, p. 96):

Um ciclo é definido como a fase de conflitos e disputas intensificadas nos sistemas sociais, incluindo: rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados”, além de “inovações nas formas de disputas, novos frames de ações coletivas, combinação de formas de participação organizadas e não-organizadas entre os desafiadores e as autoridades, que resultam em reformas, repressão e algumas vezes em revolução.

Os ciclos de protestos são caracterizados pelo acirramento dos conflitos seja nas ruas, nas escolas, no trabalho. Surgem em grandes centros e se espalham para os pequenos, a exemplo do que ocorreu no Brasil, nas jornadas de junho de 2013. Durante os picos dos ciclos de protestos “eles produzem e transformam símbolos, frames de significados e ideologias para justificar e dignificar ações coletivas e ajudar os movimentos a mobilizar seguidores” (Tarrow apud Gohn, 2002, p. 97). Durante os ciclos de protestos são criados incentivos para o surgimento de novas organizações e novos movimentos sociais. Depois dos picos esses movimentos podem competir por pautas, recursos, clientelas.

Assim como repertório, oportunidades políticas e ciclos de protestos, outra categoria fundamental para a compreensão dos movimentos sociais, é a tática escolhida, que dependerá de fatores externos como a conjuntura sociopolítica, mas também de fatores internos dos movimentos, como crenças e valores importantes para aquele movimento.

O debate sobre escolhas táticas estabelecido em torno da perspectiva do confronto político se situa, assim, em um nível mesoanalítico, focalizando o modo como ativistas e organizações constroem preferências por determinada forma de ação contemplada por dado repertório. Indica que suas escolhas são motivadas por critérios múltiplos – estratégicos e simbólicos – que se conectam a suas relações e suas trajetórias biográficas e organizacionais. Ativistas consideram os efeitos que as táticas terão sobre os oponentes e espectadores, bem como sobre seus companheiros de militância (PEREIRA E SILVA, 2020, p. 625).

O sociólogo James M. Jasper (1997) apresenta o conceito de gostos por táticas, segundo ele, os movimentos e as organizações sociais “têm culturas internas que criam julgamentos implícitos de natureza moral, emocional e cognitiva sobre as táticas disponíveis e, a partir de tais culturas, definem o que é uma ação moral e estratégica, escolhendo suas táticas” (apud PEREIRA e SILVA, 2020, p. 624).

Após escolhidas as táticas elas são postas em ação, mas conforme dado momento histórico, tem seu significado simbólico modificado, podemos citar as vestimentas com as cores representativas da bandeira brasileira, o verde e amarelo, durante o movimento suprapartidário pelas Diretas já, em 1983 e 1984, que defendia o retorno de eleições diretas para a presidência da República, portanto um movimento pela democracia. Já vestir verde e amarelo nas manifestações de junho de 2013 para cá, é associado a movimentos de extrema-direita, que defendem, inclusive, pautas como a volta da ditadura militar.

Associados as táticas dos movimentos sociais, a categoria performance explica as inovações durante as manifestações dos movimentos sociais, pois as táticas permitem interação não controladas entre agentes, numa passeata, por exemplo podem surgir conflitos com a polícia que a princípio não estavam previstos, assim como ação de novos participantes que podem não agir pacificamente, como proposto inicialmente.

Sob a perspectiva da Teoria do Confronto Político, a categoria performances é analisada, conforme duas abordagens:

Na primeira, as performances são vistas como processos de aplicação de roteiros táticos estabelecidos que, por se basear em processos interativos contingentes, implicam imprevistos, adaptações e inovações (Tilly, 2008; Snow & Moss, 2014). A segunda destaca que, em suas performances, ativistas comunicam significados e emoções ao dramatizar suas demandas e identidades coletivas por meio de ações, palavras, objetos e outros instrumentos (BENFORD & HUNT, 1992; EYERMAN, 2006; JASPER, 2016,)(PEREIRA E SILVA, 2020, p. 626).

A corrente Tillyana desenvolveu o conceito de performance, dando poder de agência aos sujeitos, uma resposta às críticas recebidas a categoria repertório por seu estruturalismo, ou seja, por não dar espaço para a atuação individual. Assim, a performance é a unidade do repertório, um conjunto de performances formam um repertório de ação. Portanto, as performances são investigadas “como a experiência

presente, os sentidos e usos dos agentes em suas interações confrontacionais, transforma os repertórios” (ALONSO, 2012, p. 32).

Assim determinadas performances, inovações em determinada ação coletiva podem ser vistas como produtiva e ser adotada em manifestações futuras, portanto pode ser incrementada ao repertório e assim modificá-lo.

Além das categorias abordadas até aqui, faz-se necessário explicitar sobre as construções simbólicas dos movimentos sociais do campo, na ocupação da fazenda Cipó Cortado, pois nos atos dos movimentos sociais do campo, gestos como levantar o punho, entoar canções, levantar bandeiras, carregar cartazes, constroem imagens que dão visibilidade e reconhecimento aos movimentos sociais. Portanto, os elementos simbólicos são fundamentais para a participação nos movimentos sociais, na construção dos significados e revelação da identidade coletiva, isso remonta aos movimentos sociais modernos, conforme descrito por Tarrow :

Tentativas de mobilização simbólica acompanham todos os movimentos sociais modernos, desde o uso de túnicas militares simples pelos russos e chineses comunistas ao brilho pagão dos hierarcas fascistas italianos, à simples roupa cáqui dos nacionalistas hindus e às barbas sujas dos guerrilheiros latino-americanos. Visto que os movimentos sociais tentam substituir “um sistema dominante de crenças que legitima o status quo por um sistema de crenças alternativo e mobilizador que apoia a ação coletiva para a mudança” (GAMSON; FIREMAN fi RYTINA, 1982) (TARROW, 2009, p. 139).

Tarrow (2009), observa ainda que os movimentos sociais enfrentam um paradoxo quanto ao uso de símbolos, visto que os símbolos antigos podem não atender a conjuntura, porém inovar em novos símbolos podem não ser aceitos pelos participantes. Ou seja, “o maior dilema simbólico dos movimentos sociais é fazer a mediação entre símbolos herdados que são familiares, mas levam à passividade, e os novos que são eletrizantes, mas podem ser estranhos demais para levar à ação” (TARROW, 2009, p. 140).

De um reservatório cultural de símbolos possíveis, os organizadores de um movimento escolheu aqueles que supostamente farão a mediação entre o entendimento cultural do grupo ao qual se dirigem, suas próprias crenças e aspirações e suas situações de luta (LAITIN, 1988). Para relacionar o texto ao contexto, a gramática da cultura à semântica da luta, precisamos de um conceito adequado à natureza interativa dos movimentos sociais. Um grupo contemporâneo de estudiosos propõe tal conceito através da ideia de “quadros interpretativos” da ação coletiva. (TARROW, 2009, p. 143).

O conceito de quadros interpretativos foi retirado dos estudos de Erving Goffman e os estudiosos David Snow e Benford aplicaram às pesquisas sobre movimentos sociais. Segundo eles, “um quadro interpretativo é um esquema interpretativo que simplifica e condensa o mundo lá fora”, salientando e modificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado”. Para Snow e Benford, os quadros interpretativos da ação coletiva “são dispositivos enfatizadores que ressaltam e adornam a gravidade e a injustiça de uma condição social ou redefinem como injusto ou imoral o que era visto anteriormente como desastroso, mas talvez toleráveis” (TARROW, 2009, p. 143).

Portanto, a teoria do confronto político foi atualizada, com a inclusão de novos elementos como os quadros interpretativos da ação coletiva, evidencia-se uma abordagem relacional, dando relevo a agência dos sujeitos, e assim superando a antinomia ação e estrutura na compreensão dos movimentos sociais. Portanto, leva-se em consideração a interação do confronto e poder nas esferas políticas e sociais, frutos da conexão das identidades coletivas construídas.

Vale ressaltar ainda, a importância das redes de movimentos sociais, sejam em âmbito nacional ou transnacional, os movimentos sociais se organizam em redes de apoio e solidariedade, sejam com recursos financeiros, seja na adoção de repertórios de lutas. No caso específico analisado nesta dissertação, tanto o STTR de João Lisboa quanto o MST, são movimentos organizados em redes de atuação e solidariedade. O STTR é ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAEMA, que pertence à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. O MST se organiza por estado da federação, que por sua vez integra o movimento Via Campesina, que é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo.

A Teoria do Processo Político surgiu como uma teoria estruturalista, porém ao longo do tempo foi sofrendo modificações, assim como as outras teorias, conforme já posto anteriormente. A TPP foi agregando novos elementos como a interação e o poder de agência dos sujeitos através das performances, respondendo assim às críticas e revisando o viés estruturalista. E esse entrelaçamento da ação/estrutura articulada com a pesquisa de campo, através da História Oral, numa sociologia relacional permitiu analisar repertórios,

oportunidades políticas, táticas, performances e construções simbólicas na ocupação da Fazenda Cipó Cortado.

CAPÍTULO II - A LUTA PELA TERRA E CIDADANIA NO MARANHÃO E FRONTEIRA AMAZÔNICA

Neste capítulo, será feito uma reconstituição histórica da luta pela terra e cidadania no estado do Maranhão e na fronteira amazônica, objetivando apresentar um cenário de forma multidisciplinar, onde as lutas locais se articulam com a conjuntura regional, nacional e transnacional. Será dado relevo aos movimentos sociais do campo, em especial o MST e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, organizações essas que promovem a luta pela terra e cidadania, e assim contribuem na construção da justiça social no Brasil. Pois, conforme a socióloga Rejane Medeiros, (2017, p. 24-25):

É pertinente o resgate do processo histórico, tendo como pressupostos as resistências e as mobilizações dos camponeses em relação à exploração e dominação dos latifundiários e como as lutas camponesas compõem o enredo histórico da luta pela terra no Brasil. Recuperar a história dessas lutas permite entender a trajetória de sujeitos que protagonizaram a luta e contribuíram para transformar a sociedade, criando condições para mudanças.

Portanto, faz-se necessário resgatar capítulos da história do Maranhão e da fronteira amazônica, para compreender a formação territorial do país e a ocupação excludente do campo brasileiro.

2.1 O Surgimento do Sindicalismo no Brasil: as Ligas Camponesas

No Brasil, segundo Aquino (2000), após a abolição da escravatura, o governo brasileiro incentivou a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras de café, excluindo mais uma vez os negros, do acesso ao trabalho remunerado. Neste momento, chegam também, algumas ideias de organização popular para a transformação da sociedade, com os imigrantes europeus principalmente italianos e espanhóis. Ideias comunistas, socialistas e anarquistas, essas já em voga na Europa. As organizações dos trabalhadores no Brasil, até então, eram associações mutualistas, que visavam socorro mútuo e eram autogeridas pelos trabalhadores.

Com a influência dessas ideias, em especial, a dos anarquistas, foram criadas várias associações que lutavam por melhores condições de vida, criando as ligas operárias, que originaram os sindicatos. Conforme abaixo:

A partir de 1870, começaram a surgir associações de um novo tipo - ligas camponesas que se propunham como objetivo organizar a resistência dos trabalhadores contra o patronato. Por isso, são também conhecidas como associações de resistências. Não se tratava mais de ajudar-se mutuamente para sobreviver. O objetivo era reivindicar e uma das novas formas de atuação passou a ser a greve (AZIZ apud AQUINO, 2000, p.180).

Então, até o ano de 1922, o anarco-sindicalismo predominou na política operária, quando foi fundado o partido comunista brasileiro - PCB, com influências da revolução socialista na Rússia. Por conta da sua atuação de oposição ao governo, vários dos seus militantes foram deportados e também foram privados de ter representantes no congresso. Passaram então a atuar no Bloco Operário Camponês - BOC, uma ramificação do PCB, inclusive disputando as eleições de 1927, comícios em portas de fábricas e em bairros operários foram realizados neste momento.

No Brasil, ainda no início do século XX, em consequência da I Guerra Mundial, o número de fábricas cresceu bastante, pois os países envolvidos no conflito não conseguiam fornecer seus produtos ao resto do mundo. A implantação de indústrias e a consequente urbanização trouxeram consigo sérios problemas de ordem social, que levaram os trabalhadores a se organizarem para reivindicar mudanças no regime político, pois os ditames da República Velha⁷ não correspondiam aos novos anseios da economia nacional. E devido a esse processo surgem nas cidades, novas classes sociais: a burguesia industrial e o operariado.

Em 1930, quebrando o ciclo da República do Café com Leite, que elegia presidentes de São Paulo e Minas Gerais, alternadamente, assume a presidência do Brasil, o gaúcho Getúlio Vargas, através de um golpe de Estado, chamado de Revolução de 1930. O seu mandato foi marcado pelo fortalecimento do Estado, inclusive, interferindo na relação capital versus trabalho. Vargas buscou alianças políticas e redirecionou o país para um novo cenário objetivando a modernização. As classes populares atingiram um novo patamar, com a efetivação de alguns direitos trabalhistas assegurados na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, embora alguns só tenham ficado no papel.

⁷ “República Velha” é o nome que se deu ao período da História do Brasil iniciado em 15 de novembro de 1889, e finalizado em 24 de outubro de 1930. Esse período foi marcado pela reorganização da estrutura política do país e costuma ser dividido em duas fases: a “República da Espada”, de 1889 a 1894, e a “República Oligárquica”, de 1894 a 1930. (FERNANDES, 2022, p.01).

A CLT também era limitada aos direitos dos trabalhadores urbanos, enquanto isso, os trabalhadores rurais, autônomos e domésticos (constituindo a maioria da população trabalhadora do país) ficaram de fora da estrutura de proteção que, então, se inaugurava.

Então, a política de Getúlio Vargas foi caracterizada, conforme a seguir:

O regime, ele notou, tinha apoio dos ricos que não era difícil conseguir desde que os seus privilégios fossem defendidos. Porém, o especial talento de Vargas era ter sido bem sucedido, simultaneamente na sua mais árdua tarefa [...] de ganhar simpatia das massas trabalhadoras anônimas. Na versão coloquial brasileira, Vargas teria conseguido ser ao mesmo tempo “a mãe dos ricos e o pai dos pobres” (LOEWENSTEIN apud FRENCH, 2001, p. 08).

Outra característica da era Vargas foi a interferência do Estado nos sindicatos de trabalhadores, assim os sindicatos que se alinharam a esta corrente corporativista e reformista, ficaram conhecidos como sindicalismo amarelo.

A partir da década de 1940, os movimentos sociais do campo se organizaram e se fortaleceram através das ligas camponesas. As ligas surgiram em Pernambuco, com o lema: “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”, no período de 1955 a 1964, foi o movimento responsável por pautar a Reforma Agrária no Brasil. E, suas pautas incluíam além da luta contra o latifúndio, uma mudança profunda na sociedade. As ligas camponesas tinham apoio dos partidos de esquerda e da ala esquerda da igreja católica, conforme a fala do monsenhor Emerson Negreiros, do Rio Grande do Norte, “a Igreja deve-se tornar mais corajosa e mais cristã, combatendo o latifúndio”.

As ligas camponesas lutavam por uma Lei de Reforma Agrária no país, um marco regulatório que distribuísse a terra de forma justa, porque o que se mantinha até então era uma estrutura fundiária concentrada, ou seja, de grandes latifúndios. Elas foram se espalhando pelos estados do nordeste. A seguir, o líder pernambucano Francisco Julião fala sobre o grande alcance das ligas camponesas e sua organização:

A coisa cresceu desordenadamente. Agora é que estamos ensaiando um cadastro. Há o camponês filiado de peito aberto e há o que não quer ou não pode aparecer e fica como uma força latente, atuando subterraneamente. Não há em toda a Zona da Mata e boa parte da zona semi-árida do Nordeste um camponês que já não seja potencialmente da Liga. Em qualquer estado do Nordeste, mesmo onde a Liga não foi fundada, é comum um camponês injustiçado dizer para o capataz ou para o patrão: “graças a Jesus Cristo a Liga vai chegar. Será nossa liberdade” (ANDRADE, 2009, p. 78).

No brilhante texto “O que são ligas camponesas?”, de 1962, Francisco Julião, descreve as táticas das ligas camponesas para mobilizar os trabalhadores rurais nordestinos, com alta taxa de analfabetismo e vocabulário limitado, foi usado o cordel, que era decorado, como repertório de ação, pois atendia a realidade cultural e simbólica daqueles trabalhadores.

[...] Sensível ao seu sofrimento, tocado pelos ideais socialistas, vendo na estrutura capitalista e latifundiária a fonte de todos os males e injustiças contra os humildes, fácil foi dizer àquele primeiro núcleo de camponeses que a liberdade deles estava em suas próprias mãos. Eles eram como um punhado de areia que se jogada, se desfazia no ar. A Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco. Imediatamente demos início à doutrinação daquela massa, usando uma linguagem simples, acessível, valendo-nos de símbolos, imagens, comparações, parábolas, para vencer o atraso de uns e a desconfiança de outros, de modo a acender na consciência de todos uma luz que espantasse o medo (JULIÃO, 2008, p. 277).

Portanto, as ligas camponesas foram fundamentais para a organização dos camponeses, enquanto classe trabalhadora rural, elas possibilitaram inclusive a sindicalização, permitindo assim acesso a alguns direitos que eram até então restritos aos trabalhadores urbanos.

2.1.1. Movimentos Sociais do Campo

Em 1964 foi instalada a ditadura militar no Brasil, através de um golpe militar, que restringiu os direitos dos cidadãos e a liberdade política. Neste período, os militantes dos movimentos sociais, foram duramente combatidos, perseguidos, torturados com requintes de crueldade e até mesmo assassinados. Contudo, paralelamente ocorreram grandes manifestações de resistência e protestos no país. Com destaque para as guerrilhas, luta armada clandestina de setores da esquerda inspirada no comunismo. Como era um momento de grande repressão pelo Estado, a tática da guerrilha foi a escolhida pelos movimentos sociais, dada a conjuntura.

O regime militar através dos meios de comunicação, em especial, a televisão procurou se tornar popular, associando elementos como símbolos nacionais, a música e o cinema, difundindo uma ideologia de valores positivos, como patriotismo, segurança nacional e desenvolvimento.

Nesse contexto, os reflexos da guerra fria⁸ foram absorvidos em nosso país, e as elites conservadoras defendiam o capitalismo e a sua política de “caça aos comunistas”, assim, através do controle e repressão, qualquer movimento de oposição era duramente reprimido, muitos políticos, estudantes, intelectuais e artistas foram exilados.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, foi instalada no país uma política de modernização no campo, a chamada “revolução verde”, que incorporou técnicas à agricultura, incentivadas pelo governo. Isso, paralelamente à expansão das fronteiras agrícolas para as regiões de Cerrado.

Outro fato de grande relevância, para a estrutura agrária brasileira, foi a publicação da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, que disciplina o uso e a ocupação das terras no Brasil, permitindo o acesso à terra para quem nela trabalha e prevendo a desapropriação de grandes propriedades improdutivas para fins de Reforma Agrária. Esta Lei foi publicada na ditadura militar, não que fosse desejo daquele governo, de permitir a democratização do acesso à terra, através de um programa de reforma agrária, mas foi criado como uma forma de frear os movimentos camponeses, que se multiplicaram durante o governo de João Goulart. A Lei foi recepcionada pela constituição de 1988 e continua vigente, apesar de várias alterações.

Conforme Feliciano (2006), o Estatuto da Terra não se limitou a normatizar a questão fundiária, mas também abrangeu a questão agrícola, com o intuito de atender ao projeto de modernização da agricultura. Em consequência das duas vertentes presentes na Lei, foram criados dois órgãos para gestão da questão agrária, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, ligado à Presidência da República e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, ligado ao Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, que aglutinava os grandes proprietários capitalistas. Em 1970, o IBRA e o INDA foram extintos pelo Decreto Lei 1.100, de 9 de julho de 1970 e criou o INCRA na estrutura do MAPA.

Com o lema “integrar para não entregar”, o governo militar implantou o processo de ocupação da região amazônica, na gestão de Castelo Branco, construiu a Rodovia Transamazônica e depois a Belém - Brasília. Criou a Superintendência do

⁸ A Guerra Fria entre EUA e URSS, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade (HOBBSAWM, 1999, p. 311).

Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com o intuito de subsidiar o desenvolvimento das regiões amazônica e nordeste, entretanto, os benefícios foram voltados para os mais favorecidos. Neste momento, é intensificado o desmatamento da Amazônia, com o discurso de que era necessário tornar a floresta rentável.

No processo de ocupação de terras surgiram uma série de conflitos, envolvendo disputas por terras, torna-se comum a comercialização, sem controle e documentação. Em 1976, na gestão do presidente militar Ernesto Geisel, foi criada uma medida provisória, permitindo a regularização de terras na Amazônia, de propriedades de até 60 mil hectares que tivessem sido adquiridas irregularmente, mas "com boa-fé".

Em resposta à forte repressão do governo militar, foi idealizada por setores da esquerda, a retomada do poder no país através da guerrilha, assim intelectuais, estudantes, militantes, com o auxílio de camponeses da região se organizaram e ocuparam as margens da confluência dos rios Tocantins e Araguaia, na região do Bico do Papagaio. Fundaram assim a guerrilha do Araguaia, nas regiões, que corresponde hoje ao norte do Tocantins, sudeste do estado do Pará e sudoeste Maranhense. Este acontecimento influenciou diretamente a ocupação das terras dessa região tocantina. No intuito de combater a guerrilha e controlar a ocupação das terras nesta região, o governo federal criou o GETAT, conforme abaixo:

[...] é a partir dos anos de 1960 e final dos anos de 1970, que as lutas camponesas eclodiram por todo o Brasil, nas quais os conflitos fundiários aumentaram significativamente e o governo, buscando controlar a questão agrária, promoveu a militarização para reprimir ações dos camponeses. Como forma de gerir esses conflitos, criou-se o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM). As sedes administrativas desses organismos de governo foram criadas para administrar os conflitos, mas apresentavam um caráter de repressão aos camponeses revoltosos (FERNANDES, 2000) (MEDEIROS, 2017, p. 24-25).

No final da década de 1970 e na década de 1980, os sindicatos de trabalhadores rurais se espalharam por todo país, organizados na Confederação de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. E também surgiram organizações sociais de contestação dos projetos modernizadores no campo e pela reforma agrária. Organizações essas apoiadas e assessoradas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, instituição ligada à Igreja Católica. Mariana Nóbrega (2020, p 80 e 81),

argumenta sobre a luta pela terra, como uma das maiores expressões do campesinato brasileiro:

A luta pela terra consiste em uma das maiores expressões da resistência do campesinato brasileiro que se expressa igualmente na preservação de suas práticas e costumes sociais e relações com a natureza, traduzidos na recriação de identidades coletivas (assentados, agroextrativistas, sem-terra, agricultores familiares, trabalhadores rurais, quebradeiras de coco, atingidos pelas barragens, extrativistas, quilombolas, pescadores) e na mobilização e articulação política que são representados por centenas de organizações dos movimentos sociais e sindicais do campo.

Neste contexto, surge o MST, movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, pela reforma agrária, justiça social e democratização. Posteriormente, autores como Bringel e Echart (2008, p. 468) citam quatro aspectos que caracterizam o MST:

Em primeiro lugar, participa em várias ações coletivas (principalmente ocupações, concentrações e marchas) através das quais interpela o poder político quanto à necessidade de tornar mais operativa a “democracia realmente existente”. Em segundo lugar, contribui para alargar o campo comunicativo, com o uso de rádios comunitárias, circulação de jornais, revistas e vários outros projetos “contra-informativos” em parceria com outros atores sociais, diversificando o fluxo da informação controlado pelos meios de comunicação hegemônicos. Em terceiro lugar, o MST contribui para ampliar o espaço participativo não somente através da sua presença na cena política local, nacional e internacional, mas também através de iniciativas paralelas, como a proposta de consultas populares, a exemplo do Plebiscito Popular sobre a estatização da Vale do Rio Doce, em setembro de 2007. Em quarto lugar, o movimento influencia a decisão e a definição de agendas políticas e políticas públicas, como no caso recente do debate público sobre os agrocombustíveis como nova matriz energética. Em todas essas dimensões, o MST contribui para a democratização, pensando a democracia como demanda a partir da exteriorização de suas ações.

O MST chegou na Região Tocantina em meados da década de 1980, quando fez as primeiras ocupações de terras. A ocupação da Fazenda Criminosa, no município de Imperatriz, foi organizada pelo STTR de Imperatriz, CENTRU e MST. E a ocupação da Fazenda Gameleira, organizada pelo MST, localizada na época no município de Imperatriz, hoje município de Governador Edson Lobão. Mais adiante retorno ao histórico do MST no Maranhão.

2.1.2. A Lei de Terras: influências no Maranhão

Em 1850, foi criada a Lei de Terras, que optou por grandes latifúndios, em vez de pequenas propriedades, mantendo assim estrutura fundiária vigente, de grande concentração, beneficiando antigos fazendeiros e passando às outras gerações como

herança de família. A partir daí a terra foi considerada mercadoria, instalando assim a propriedade privada da terra, “ficou estabelecido o acesso à terra somente àqueles que tivessem dinheiro ou posses para adquiri-la” (FELICIANO, 2006, p. 27).

Portanto, a Lei de Terras impossibilitou o acesso à terra de pobres e negros, pois mesmo com a “libertação” dos escravos, não ocorreu nenhum tipo de reparo e benefício. A terra como mercadoria só poderia ser obtida por quem pudesse comprar. “Como o controle do poder manifestava-se pelo acesso à terra, as disputas e conflitos iniciaram-se, o que ocasionou um aumento cada vez maior do processo de grilagem e especulação de terras no Brasil (FELICIANO, 2006, p. 27).

Na região oeste Maranhense, Bezerra (2018) explica que: como elite agrária, os proprietários tinham conhecimento da Lei de Terras, embora no sertão, a lei era praticamente letra morta. A Lei de 1854, que regulamentou a Lei de terras de 1850, depositou nas mãos da Igreja o registro das terras, conforme o Decreto 1.328 de 30 de janeiro de 1854, denominado como “Registro do Vigário”. Este registro ficava sob o controle das paróquias da Igreja, conferia e dava legitimidade pública aos proprietários.

Então, o Frei Manoel Procópio, sacerdote da Ordem Carmelita, em 1849 foi contratado pelo governo do Pará com a finalidade de colonizar e doutrinar os povos indígenas na Colônia Militar de Santa Teresa. E aqui instalado buscou dar legitimidade aos fazendeiros da região, que tomaram posse sem ser por meio da compra do vale tocantino.

Menos de dez anos depois da chegada do frei Manoel Procópio, já havia grandes fazendas de gado e muitos milhares de bovinos. A prosperidade econômica dos fazendeiros e colonos se mostrava surpreendente e propícia, em vista das facilidades de comércio através do grande rio, por onde frequentemente desciam os botes de Goiás. (FRANKLIN, 2005, p.54).

Então, verifica-se que a concentração das terras e estrutura agrária brasileira se mantiveram até os anos de 1950, ou seja, o estado brasileiro não se dispôs a fazer reforma agrária, mesmo que incipiente. Excluindo assim, os camponeses tradicionais do acesso à terra, em um país de população preponderantemente rural até final da década de 1960, perdurando um grave problema social e econômico.

2. 2 – A Fronteira Amazônica - conflitos e violência no campo

“Trago na palma da mão um punhado de terra que te cobriu. Está fresca. É morena, mas ainda não é livre como querias” (Pedro Tierra, 1986).

Antes de adentrar na caracterização da fronteira amazônica focalizando no estado do Maranhão, faz-se necessário problematizar o conceito de Região, pois, o espaço geográfico é construído, simbólico e imaginativo. Bourdieu, no quinto capítulo, do livro, “O Poder Simbólico” (2007), que tem como título, “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”, afirma que as relações de poder que se estabelecem na sociedade não estão restritas ao plano econômico, mas são também elaboradas a partir de construções simbólicas, inclusive na construção da noção de região.

Segundo Bourdieu (2007), existe uma disputa de poder entre as ciências para classificar o que seja a região, ou seja, os preceitos utilizados pelos intelectuais não são neutros e objetivos, prevalecendo o ponto de vista dos dominantes, portanto buscam impor um sistema simbólico como a linguagem.

[...] a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos, e, sobretudo desde que existe uma política de ‘regionalização’ e movimentos ‘regionalistas’, economistas e sociólogos (BOURDIEU, 2007, p.108).

Conforme Bourdieu (2007), buscam-se critérios objetivos para caracterizar a identidade regional, no entanto, na prática social estes critérios, por exemplo: a língua, o dialeto, ou sotaque são representações mentais. E símbolos, como hinos, bandeiras, emblemas são representações objetivas. Ambos são utilizados como elementos de conhecimento e reconhecimento, estrategicamente, em função dos interesses materiais e simbólicos de seu portador.

Langaro (2009), alerta para o fato de que não existe uma coesão na construção e significação do espaço, portanto, “é necessário considerar que o espaço e região são noções que se produzem na experiência humana, tendo-se em vista que essa não é uma experiência homogênea, mas contraditória e elaborada em meio às tensões do social e de classe” (LANGARO, 2009, p. 46).

Então, quando utilizo a noção de fronteira amazônica e região tocantina, são regiões não delimitadas geograficamente, cristalizadas, mas espaços de conflitos, tensões, que se produzem e reproduzem nas relações humanas, tendo a memória como elemento que lhe confere materialidade, visibilidade e sustentação (LANGARO, 2009). Portanto, me filio à corrente sociológica que trata a construção das noções de região não como naturais, neutras e objetivas, e sim disputas entre forças sociais distintas.

A geógrafa Bertha Becker dedicou boa parte de sua vida intelectual e científica aos estudos sobre a Amazônia. Seus estudos empíricos e teóricos fazem uma síntese das mudanças provocadas pelas transformações ocorridas nas dinâmicas espaciais da região amazônica. Inclusive, as modificações na ocupação conflituosa, onde interesses opostos se chocam, a força do capital com as populações tradicionais. A Amazônia, assim como o Brasil e os países latino-americanos são as periferias do sistema capitalista, seu povoamento e desenvolvimento:

Foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana (BECKER, 2005, p.72).

Becker (2005. p. 72) afirma que “já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos”. Que há a necessidade de sustar esse padrão de economia predatória de fronteira, que exaure as riquezas naturais da região, em desfavor das populações tradicionais, que detêm conhecimento secular sobre o trópico úmido.

Voltando à epígrafe que abre esta seção, o poema de Pedro Tierra (1986), falar de Fronteira Amazônica nos remete a violência, não apenas a direta, física, como a que ceifou a vida do mártir Padre Josimo, que inspirou esse poema, porém, também a violência estrutural e cultural, tão presente na sociedade brasileira. Padre Josimo era negro, que andava de sandálias, que defendia os pobres, os sem terras, ou seja, não correspondia a uma posição do grupo oligárquico regional. Padre Josimo deu voz aos menos favorecidos, e conseqüentemente teve sua morte anunciada, “Todos sabiam dessa morte. A cerca do latifúndio sabia. (...) O prefeito, o juiz, o delegado, a UDR, os fazendeiros, os crápulas sabiam” (TIERRA, 1986), contudo na fronteira o

subalterno pode até falar em algum momento, porém será silenciado, mesmo que para isso seja necessário a morte.

A fronteira amazônica é marcada por conflitos, inclusive de temporalidades, dos grupos sociais que ali convivem. É heterogênea desde a sua constituição, a sua formação se deu a partir de grupos sociais antagônicos, com interesses em disputa, em especial a ocupação da terra. E neste espaço de insegurança, os anseios dos grupos subalternos, como os camponeses, são silenciados, por força e violência dos grupos privilegiados.

2.2.1. A fronteira nos clássicos

Inicialmente faz-se necessário apresentar o conceito e/ou os conceitos de Fronteira enquanto categoria sociológica, visto que é uma categoria já encontrada nos autores clássicos: Max Weber, V.I. Lênin e Frederick Jackson Turner. E desta forma fazer uma reconstrução mnemônica da categoria na sociologia, e assim buscar o seu sentido na atualidade, principalmente nos estudos de Otávio Guilherme Velho e José de Souza Martins que problematizam e analisam a categoria Fronteira no Brasil.

Felipe Maia Guimarães da Silva (2012), no artigo, “Fronteira, Questão Agrária e Modernização: Revisitando Weber, Turner e Lênin”, faz uma análise sobre o que é a categoria Fronteira para cada autor, conforme a seguir:

Nos três autores a ideia de “fronteira” vem associada a uma estrutura de terras livres, abertas à colonização, ou seja, à ocupação por agricultores interessados na posse e cultivo da terra, seja para sua subsistência ou, principalmente, para a comercialização. A “fronteira” torna-se, aí, um elemento importante em um contexto mais amplo de transformações, com a emergência de uma agricultura comercial e capitalista, em lugar das antigas formas de agricultura feudal. Há uma conexão, por certo, não natural, nem intrínseca, desta fronteira com a expansão do capitalismo agrário e com os processos conhecidos como modernização destas sociedades (SILVA, 2012, p. 2).

Nos estudos de Weber, ele faz uma comparação da fronteira e as formas de desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos, Alemanha e Rússia, focalizando no camponês, que na Alemanha usavam a terra como meação, terras não livres, ligada à tradição patriarcal, com influência política e de posição aristocrática e assim dificultando a plenitude do desenvolvimento do capitalismo. Já nos Estados Unidos foi possibilitado ao camponês buscar na fronteira, “terras livres” para possuir, e assim

permitir o pleno desenvolvimento do capitalismo, portanto esse agricultor já nasceu das relações capitalistas (SILVA, 2012).

Turner, fez sua pesquisa analisando a fronteira dos Estados Unidos, que para ele significava tanto “terras livres”, aptas à colonização, como um ponto de contato entre a civilização e o primitivo e também vinculou a Fronteira e a Democracia na história americana.

Segundo Wegner: A fronteira permite que os colonos busquem novas condições de vida nas terras livres, o que é um incentivo para o espírito de iniciativa e para a defesa da igualdade de oportunidades. Sendo assim, para Turner, os valores da nação americana, a democracia e o individualismo, são alimentados pela fronteira e não pelo ideário dos imigrantes anglo-saxões. Porém a dinâmica do processo não é explicada apenas pelas oportunidades abertas pela terra livre, mas também porque o pioneiro ao buscá-las, entra em contato com a simplicidade da sociedade primitiva, sendo obrigado a se adequar a padrões nativos de relação com a natureza (WEGNER apud SILVA, 2012, p. 8).

Lênin, fez sua análise sobre a estrutura agrária na Rússia, e diferentemente de Weber e Turner que deram um sentido único para Fronteira, ele percebeu a Fronteira como ambiguidade, fez uma relação direta da questão agrária com a modernização, mas colocando pontos de conflito, como a questão da hegemonia no processo de transição ao capitalismo, que seria liderado pelo latifúndio senhorial ou pelo novo campesinato.

A fronteira surge, aqui, então, novamente, como uma combinação de terras livres, aptas à colonização, como um movimento de diferenciação em relação à antiga estrutura social de origem feudal e com um sentido de emancipação para o campesinato que consegue se instalar (SILVA, 2012, p. 12).

Nos três autores é possível verificar a aproximação quanto a Fronteira como um “portão de escape⁹”, onde ocorre a colonização de áreas pouco povoadas, “terras livres”, por pessoas vindas de áreas superpovoadas e sem possibilidade e condições de trabalho e melhoria de vida, e assim a Fronteira é apresentada como “Variável decisiva na interpretação dos processos históricos de modernização na periferia do capitalismo” (SILVA, 2012, p. 1).

No entanto, cabe enfatizar que as áreas de fronteira não eram espaços vazios, sendo, portanto espaços conflituosos, foi assim nos EUA citado por Turner, um choque entre civilização e culturas primitivas, pois o oeste já era ocupado por

⁹ Neste contexto, a expressão conotativa “portão de escape” significa a saída de um lugar sem oportunidades, sem acesso à terra, para outro com oportunidades e acesso.

populações indígenas. Lênin seguindo a matriz marxista, também observou o conflito de classes distintas na fronteira e Weber atribuiu a tensão dos aspectos culturais e políticos no controle e reprodução de sua estrutura social.

2.2.2 A Fronteira no Brasil: uma visita às teses de Otávio Guilherme Velho e José de Souza Martins

O antropólogo Otávio Guilherme Velho, no livro “Capitalismo autoritário e campesinato” (1976), faz uma leitura marxista das propostas de Turner. Ao centrar sua análise no camponês na Amazônia, Velho entende que a fronteira não estava aberta a todos e que a mesma não avança de forma natural, sendo reflexo de processos políticos mais amplos e acima de tudo a fronteira é concebida dentro da estrutura do Estado.

A tese de Otávio Velho é uma das primeiras no Brasil, a explicar a fronteira como espaço de conflito, espaço de disputas, assim o capitalismo autoritário contribuiu para que a fronteira fosse aberta somente para alguns segmentos sociais, ou seja, a fronteira avançava conforme os interesses do capital.

Otávio Velho trata sobre a importância do estado do Maranhão nos projetos desenvolvimentistas criados pelo governo central, com incentivos de órgãos como a SUDENE, que acreditava que estas estratégias poderiam desenvolver ao Nordeste e assim permitir que a região superasse a condição de pobreza.

Boa parte desse campesinato era bastante marginal. Plantavam sobretudo arroz, milho, mandioca, feijão para o seu próprio consumo. De certa forma ainda se tratava de outra face da moeda de um sistema no Nordeste ainda bastante repressor da força de trabalho, mas que estava tendo dificuldades crescentes em absorver a população. A expansão desse campesinato marginal no Maranhão prosseguiu em grande parte sem que o país como um todo dele tomasse conhecimento. Foi somente com o relatório Furtado de 1959 que chamou-se a atenção para ele. Como vimos no último capítulo, a colonização do Maranhão era uma das principais diretrizes da política de Furtado. Pretendia-se com ela aumentar a oferta de alimentos para o Nordeste e deslocar parte de sua população excedente (VELHO, 2009, p. 184 - 185).

Portanto, Velho relaciona a expansão da fronteira ao desenvolvimento do capitalismo. As frentes de expansão começam nos anos 1950 nos vales dos rios

Itapecuru e Mearim, depois passam pelo vale do Rio Pindaré e do Rio Tocantins, até chegar à região de Marabá, no sudeste paraense.

O sociólogo José de Souza Martins (2019, p.13) pensa o conceito de fronteira como polissêmico, como fronteira da civilização, (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, de culturas e visões de mundo, de etnias, da História e da historicidade do homem. E, acima de tudo, a fronteira do humano, nesse sentido, a fronteira tem um caráter sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.

Martins (2019), que para além de uma construção teórica, forneceu uma ampla pesquisa empírica que ele mesmo nomeou de pedagógica e artesanal, pois, foi ao encontro da fronteira, onde vivenciou temporalidades diferentes, a alteridade e mesmo o não humano, objeto de conflitos na Fronteira Amazônia. É relevante ressaltar que o camponês maranhense e suas relações sociais, agrárias e culturais também estão presentes em sua obra. A Fronteira no Brasil ainda está sendo decifrada, e neste sentido:

O ciclo histórico da fronteira ainda não se acabou. O presente da sociedade brasileira continua determinado e regulado, em boa parte, pela dinâmica da expansão territorial e seus confrontos sociais e étnicos. A fronteira tem sido, entre nós, um sujeito político. O Brasil da conquista ainda não está terminado, ainda é mal esboçado, mapa do que seremos um dia. Nossos dramas estão de pé, não raro resvalando para as tragédias descabidas dos massacres e dos assassinatos sacrificiais de índios e de trabalhadores da frente de expansão com que pretendemos nos unir para ganhar espaço e seguir adiante (MARTINS, 2019, p. 20).

Assim como nos autores clássicos Weber, Turner e Lênin, Martins também caracteriza a fronteira como um lugar de conflitos, de disputa por terras, de lutas étnicas e raciais, de destruição, mas também de protestos, de resistências, de sonhos e esperanças. Não apenas os indígenas, mas também os camponeses migrados ou já sedentários são atingidos com o deslocamento da fronteira, sendo o alvo de grandes proprietários de terras que os expulsa ou os domina com seu poder financeiro e de mando, ou por força da violência.

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro;

como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro (MARTINS, 2019, p. 133-134).

Em sua análise sobre a fronteira, Martins (2019) apresenta duas concepções: uma geográfica, a frente de pioneira e a outra antropológica, a frente de expansão. E opta por adotar a frente de expansão, que abarca não somente o deslocamento de grupos com importância financeira, como os empreendedores, comerciantes, cidades. Mas que abarca também as populações pobres, como: os garimpeiros, vaqueiros, seringueiros, pequenos agricultores, entre outros. Então, esta é a corrente mais adequada para sua pesquisa, pois considera “a categoria mais rica e apropriada para a reflexão sociológica é a de frente de expansão porque ela se refere a lugar e tempo de conflito e de alteridade” (MARTINS, 2019, p. 141).

2.2.3 Indígenas, Mestiços e Vaqueiros

No Maranhão a ocupação de suas terras, na região sul e oeste, ocorreu por movimentos migratórios, no século XIX, por populações de outros estados do nordeste como Pernambuco, Piauí e Bahia, que vinham em busca de terras férteis e “livres” para instalação de fazendas e prática da pecuária, facilitada pelos campos de capim “agreste”, uma espécie de capim nativo, bem comum na região e que serviu para alimentação do gado. Este movimento de ocupação dos sertões de Pastos Bons ficou conhecido como “caminhos do gado”, conforme a pesquisadora Socorro Cabral (1992). A ocupação destes espaços foi realizada com a expulsão e enfrentamento dos nativos para lugares cada vez mais longínquos, até mesmo com extermínio dos “gentios”, como o caso de Aldeias Altas, que os índios Timbira foram aprisionados e expostos à varíola, e quando voltaram para suas aldeias transmitiram doenças a outros indígenas (PACHÊCO FILHO, 2011).

Quanto a identidade do camponês na fronteira maranhense, Santos (2017), no livro, *A Construção da Identidade Sertaneja Maranhense*, descreve a visão do Oficial

da Coroa Portuguesa Francisco de Paula Ribeiro, e o mesmo aponta o indígena como elemento importante no reconhecimento, expansão e controle dos territórios, contudo atribui protagonismo ao “mestiço”. O mestiço seria forte, habilidoso, criador de gado. Neste sentido, Santos (2017) afirma que, “no aspecto cultural, enquanto o indígena desaparece, o sertanejo mestiço passa a representar a própria alma do sertão”, que naquele momento significava a imensa maioria da população sertaneja (SANTOS, 2017, p. 20).

Vale ressaltar, que por muito tempo ocorreu um silenciamento sobre a presença do negro na ocupação do sul do Maranhão, porém recentemente pesquisas comprovam a sua presença, tanto escravizados como livres na região, mesmo que em menor quantidade. Isso porque alguns dos memorialistas sertanistas, como Francisco de Paula Ribeiro era “hóspede da casa grande”, e este apagamento é como diz Blumer (2013) colocar o outro do grupo subordinado, “no seu lugar” de insignificância.

A colonização do Maranhão se deu de duas formas, a litorânea, realizada pelo Estado português na região norte do estado, e a interiorana, realizada por particulares, sem apoio da coroa portuguesa. E por muito tempo a região central do Maranhão ficou isolada da região norte, da capital São Luís. O Historiador Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (2011), defende a tese de que a navegação no rio Grajaú foi responsável pela integração da região norte, as regiões central e sul do estado, pois graças a adoção deste itinerário fluvial pelo rio Grajaú, diminuiu em um mês a viagem dos sertões até a capital que até então era de três meses. Esta rota fluvial permaneceu do início do século XIX até 1970, enfraquecida com a construção da Rodovia BR-010, a Belém- Brasília.

Portanto, “os rios se tornaram verdadeiras estradas de águas, atraindo a penetração e a exploração de um vasto território desconhecido da Coroa portuguesa. Através deles chegaram fazendeiros, vaqueiros, escravos, negros forros, desocupados e aventureiros” (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 21). E também elevando a cidade de Grajaú como importante entreposto comercial regional, era na cidade de Grajaú que as populações de municípios vizinhos vendiam suas produções agropecuárias como cereais, fumo, rapadura e algodão e adquiriam gêneros de primeira necessidade, como o sal, o óleo para cozinhar, açúcar, querosene, cachaça, entre outros.

A região centro-sul maranhense, por ser, durante muito tempo, região de fronteira, recebeu migrantes de todos os estados, hoje integrantes do Nordeste brasileiro. Distante da capital do Estado e com as dificuldades inerentes aos sertões brasileiros, o sertão do Maranhão serviu de esconderijo aos perseguidos políticos da Confederação do Equador (1824), aos participantes da Revolução Liberal de 1831 (ABRANCHES apud PACHÊCO FILHO, 2011) e aos escravos fugitivos da Balaiada (1838-1841). Mas também recebeu homens de letras, atuantes em escolas, jornais, clubes literários e fundaram a República de Pastos Bons ou da Chapada em 1828, peculiaridades decisivas para o sertanejo se tornar socialmente muito diferente do homem do litoral.

A Fronteira enquanto frente de expansão é plural, dinâmica, com diferentes tempos históricos, onde seus diversos atores se encontram e/ou desencontram. No Maranhão, já na segunda metade do século XX, Martins descreve como ocorriam os deslocamentos de famílias, através da constituição dos “Centros”, conforme a seguir:

A dinâmica da frente de expansão não se situa num único mecanismo de deslocamento demográfico. Tradicionalmente, a frente de expansão se movia e excepcionalmente ainda se move, em raros lugares, em consequência de características próprias da agricultura de roça. Trata-se de um deslocamento lento regulado pela prática da combinação de períodos de cultivo e períodos de pousio da terra. Depois de um número variável de anos de cultivo do terreno, os agricultores se deslocam para um novo terreno. Onde essa prática é mais típica, como o Maranhão, o deslocamento se dá no interior de um território de referência ao redor de um centro, de um povoado. Quando a roça fica distante do centro, a tendência é a criação de um novo centro, ao redor do qual os lavradores abrem suas roças segundo critérios de precedência e antiguidade dos moradores e segundo concepções de direito muito elaboradas, isto é, quem tem direito de abrir roça onde, por exemplo. Desse modo, a fronteira se expande em direção à mata, incorporando-a à pequena agricultura familiar (MARTINS, 2019, p. 149).

Neste mesmo viés, o trabalho de Murilo Santos, “Fronteiras: A Expansão Camponesa no Vale do Rio Caru” contido no livro: “Fronteiras: A Expansão Camponesa na Pré-Amazônia Maranhense” (2019), apresenta uma etnografia de cerca de 10 anos, acompanhando a formação de um “centro”, pela família e amigos do Sr. Domingos Bala e Ana Rosa. “Centro” é uma nomenclatura bem comum no Maranhão, dada aos pequenos povoados que vão dando sustentação à povoação dos interiores do estado. São ocupações de camponeses expulsos de suas terras, por grilagem e regularizações fundiárias, nem sempre legais. Sua observação deste centro, no vale do Rio Caru, resultou no documentário “Bandeiras Verdes”, que narra inclusive o encontro dos camponeses com os indígenas nômades do povo Awá Guajá.

E assim como Martins, ele afirma que as buscas por “terras livres” e férteis é representada até mesmo como uma crença messiânica, de alcançar uma graça que poderia ser alcançada, a terra.

2.2.4 Grandes projetos governamentais

Para compreender a dinâmica de ocupação da fronteira amazônica, vale mencionar os grandes projetos estabelecidos nesta região, estabelecidos por órgãos governamentais, o Projeto Grande Carajás - PGC na década de 1980 e o MATOPIBA.

O PGC foi um desdobramento do Projeto Ferro Carajás, da empresa Vale do Rio Doce, então estatal, projeto cujo objetivo era garantir as condições infraestruturais para a exploração e transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará, além de oferecer incentivos fiscais para atrair investimentos estrangeiros na Amazônia. O PGC foi institucionalizado pelo Presidente da República, João Figueiredo, através Decreto Lei 1813, de 24 de novembro de 1980.

A Vale do Rio Doce implementou grandes projetos de Infraestrutura, investindo em vários setores, como: nas rodovias, Transamazônica, Belém-Brasília; Na estrada de ferro carajás, com 900 km, que liga a Serra dos Carajás a São Luís-MA; em dois portos marítimos, o de Itaqui e da Ponta da Madeira na capital maranhense; a construção da hidrelétrica de Tucuruí-PA e um porto fluvial em Barcarena-PA (Santos, 2019). Projetos esses que impactaram diretamente a Amazônia oriental nos aspectos econômico, social e ambiental.

Mapa 5: Programa Grande Carajás.



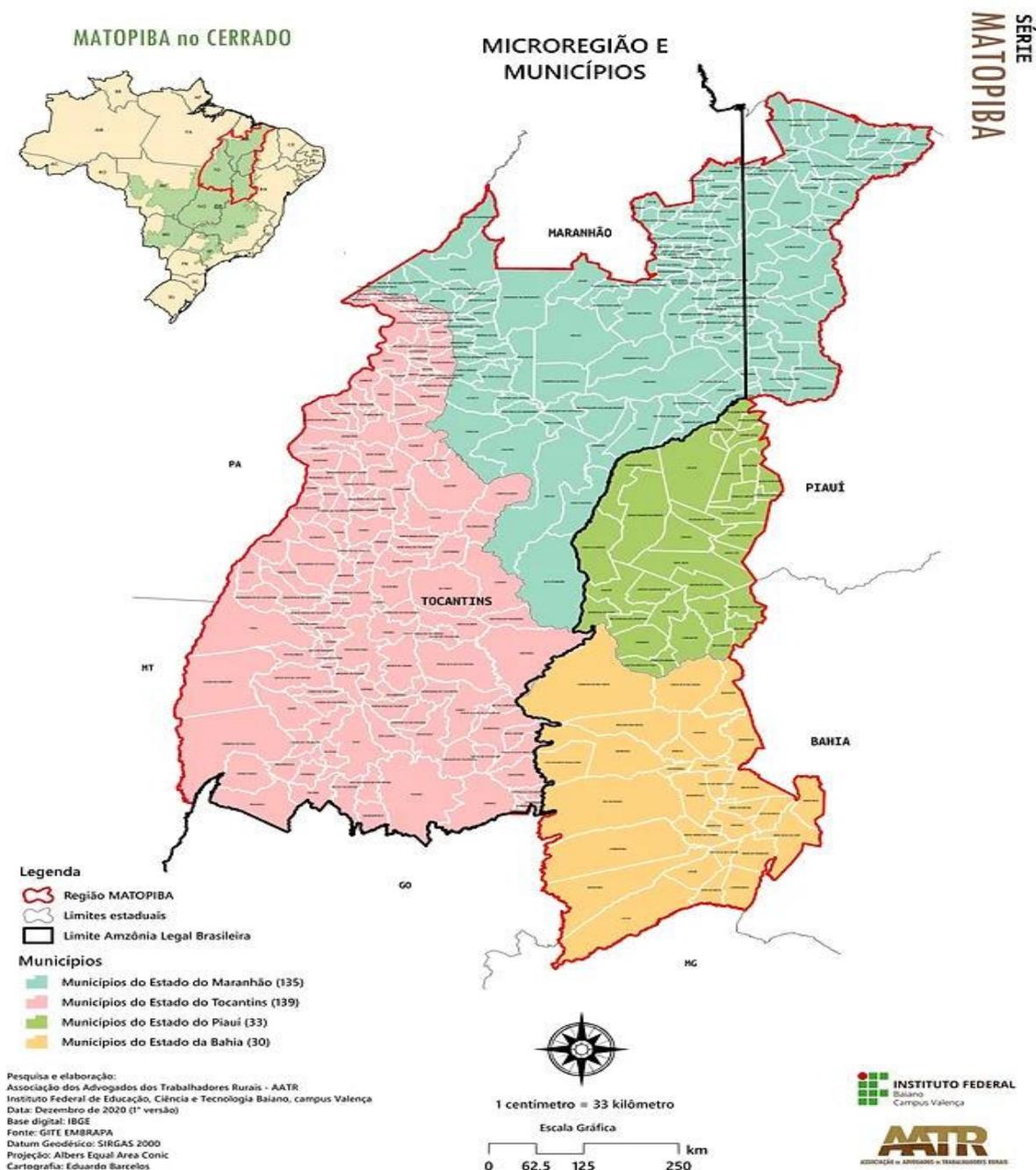
Fonte: <https://olhonavaga.com.br/flashcards/cartao?id=4378>

E, como desdobramento do PGC, se instalaram diversas empresas de ferro gusa no município de Açailândia-MA, empresas que utilizam o carvão vegetal como matéria-prima nos seus fornos, para a transformação do minério em gusa. O que gerou um cenário de desmatamento desregulado na região, além da exploração de mão de obra precarizada nas carvoarias.

No município de Imperatriz, na década de 1990, instalou-se a empresa Celmar, com a proposta de produzir celulose, concentrando terras na região, com grandes plantações de eucaliptos. E trouxe um novo problema a região, a produção de carvão a partir do coco babaçu, prejudicando as quebradeiras de coco, que tem neste ofício seu meio de sobrevivência (SANTOS, 2019).

E, mais recentemente, outra política governamental de incentivo à expansão agrícola foi colocada em prática, o MATOPIBA - nome que é um acrônimo formado pelas siglas de quatro estados: Maranhão + Tocantins + Piauí + Bahia. MATOPIBA é uma região formada pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, é colocada como a nova fronteira agrícola do Brasil, destacado na produção monocultora de grãos a partir da década de 1980.

Mapa 6: MATOPIBA.



Fonte: <https://www.matopibagrilagem.org/matopiba>

A região do Maranhão, que faz parte do MATOPIBA, se localiza no sul e leste do estado, com destaque para a cidade de Balsas, como polo regional, que concentra as atividades econômicas ligadas ao agronegócio das monoculturas de soja e milho. A exploração dessas culturas é realizada por produtores, que vêm de fora do estado, principalmente das regiões sul e sudeste, são grandes produtores de monocultura

agroexportadora, que atraídos por terras de preço baixo, de solos e altitudes ideais para produção de grãos, se fixaram na região de fronteira do Maranhão.

Essa região fica localizada no sul do Estado, do bioma Cerrado, tem sido explorado principalmente com produção de soja e milho, por agricultores da região sul do país, gerando expulsão dos pequenos agricultores e exclusão social, conforme destaca o historiador Alan Kardec Pachêco Filho (2011):

Pouco conhecida e estudada pela historiografia local, a região sul do Maranhão começou a despertar o interesse dos maranhenses atualmente em função da plantação de soja desenvolvida ali, a partir da década de 1970, por imigrantes gaúchos, atraídos pelo governo do Estado do Maranhão, com promessas de obras de infraestrutura e venda de terras a preços muito baixos. Na região conhecida como Gerais de Balsas houve grandes investimentos em projetos agrícolas, com produção voltada para a exportação. As terras antes ocupadas com a criação de gado, as matas utilizadas pelos moradores da região para a caça e a coleta foram paulatinamente cedendo espaço para a agroexportação. Esses projetos vêm desestruturando o cotidiano dos pequenos agricultores e contaminando as águas, o ar e o solo com a grande quantidade de agrotóxicos utilizados, além da destruição completa do ecossistema do cerrado maranhense (COSTA apud FILHO, 2011, p. 31).

José de Souza Martins (2019) já tinha verificado situação semelhante na região de São Pedro D'Água Branca, quando entrevistou crianças que também migraram com seus pais em busca de terras livres, e havia uma resposta padrão das mesmas: que antes aquele lugar era bom para produzir, até a chegada dos de fora, os mineiros e/ou baianos. Portanto, a ocupação da fronteira provoca “desencontros”, “choques” de cultura, de interesses, de temporalidades, comum a dinâmica de exclusão dos camponeses por quem detém o capital.

Portanto, a disputa por terras na região do Matopiba e a instalação da Empresa Suzano papel e celulose, em Imperatriz, que adquiriram grandes áreas para o cultivo do eucalipto na região, inflacionaram o mercado de terras da região e assim impossibilitaram mais ainda o alcance deste meio de produção pelos pequenos agricultores, seja por aquisição particular ou através da Reforma Agrária.

2.2.5 A Fronteira como espaço de conflitos

Nas raízes dos grupos étnicos e raciais que compõem a fronteira maranhense, com enfoque no camponês, a fronteira foi habitada, inicialmente, por grupos indígenas, depois vieram os brancos, os negros escravizados ou libertos em menor quantidade, e os mestiços, que eram ou se tornaram vaqueiros, e mais recentemente os “gaúchos”. Ou seja, “quem sucede o índio como representante do sertão é o vaqueiro, visto que este foi o responsável pela criação do gado e pela manutenção da fazenda” (SANTOS, 2012, p. 5). Observando os grupos, é visível o antagonismo de ambos, destacando a heterogeneidade da fronteira.

Na reconstrução histórica da ocupação da região da fronteira maranhense, foram-se sucedendo conflitos de interesses dos grupos, principalmente em relação à disputa pela terra, os indígenas primeiros habitantes foram dizimados, expulsos ou “acurrados¹⁰” em pequenos territórios. Os negros na condição de escravos ou livres, hostilizados, não tinham direito a nada, muito menos a terra. Os mestiços, principalmente vaqueiros, trabalhavam por cinco anos nas fazendas para ter direito a “sorte”, a cada cinco bezerros nascidos, um era a “sorte” do vaqueiro, isso possibilitou certa mobilidade social para o mesmo. E o branco, os fazendeiros mantiveram seus privilégios com o apoio do Estado, inclusive com o monopólio da posse de extensas áreas de terra.

Para Blumer (2013), o preconceito de raça é posição de grupo, é, portanto, coletivo e não fruto de sentimentos individuais. E na fronteira maranhense é observável que os grupos que estão em posição de superioridade assumem sentimentos coletivos, como o de propriedade, para manutenção de seus privilégios, conforme a seguir:

[...] o sentido de direito de propriedade, é de importância crucial. É o sentimento que possui o grupo dominante de que a ele se reservam direitos exclusivos ou por antiguidade, em vários setores importantes da vida. O escopo dessas reivindicações de exclusividade ou antiguidade pode ser amplo, cobrindo a prioridade sobre a posse de propriedades, como terras e locais escolhidos; o direito a certos empregos, ocupações ou profissões; a reivindicação de certos setores econômicos ou tipos de negócios; a reivindicação de certas posições de controle e tomada de decisões, como no governo e no Judiciário; o direito de associação exclusiva em determinadas instituições, como escolas, igrejas e clubes recreativos; a reivindicação de certas posições de prestígio social e da exibição dos símbolos e apetrechos dessas posições (BLUMER, 2013, p. 147).

¹⁰ Termo regional para advindo de curral, ou seja, manter aprisionado, sem saída.

Dos grupos citados, o negro e o indígena carregaram por muito tempo, talvez até hoje, o estigma de não-humano, não cristãos, sem alma, preguiçosos, inferiores “não são como nós”, portanto não podem ter acesso aos mesmos direitos, ainda mais um bem capitalizado como a terra, ou seja, a expropriação dos direitos é mantido também na mentalidade coletiva. Assim, “o último sentimento essencial para o preconceito de raça é o medo ou receio de que o grupo racial subordinado esteja ameaçando ou venha a ameaçar a posição do grupo dominante” (BLUMER, 2013, p. 148).

Pode-se afirmar que a fronteira é conflituosa, primeiro porque o próprio Estado brasileiro foi construído de forma patrimonialista em oposição ao Estado burocrático teorizado por Weber. Como citado por Sérgio Buarque de Holanda, no livro "Raízes do Brasil" (1995), não ocorreu uma separação racional do Estado com as relações de parentesco, familiares, mas sim uma aproximação, então, o Estado reproduziu no seu meio relações paternalistas de proteção aos que já eram privilegiados, inclusive por ser branco e descendente de europeu.

E, na região tocantina não foi diferente, o processo de distribuição de terras e regularização fundiária ocorreu de forma violenta, por ausência do Estado ou mesmo por sua posição paternalista aos privilegiados, não cumprindo com seu papel de proteção de todos os cidadãos. Os camponeses, por falta de instrução ou mesmo por ter uma relação cultural com a terra apenas de produção não se atentaram para regularizá-la. Foram vítimas de grileiros, grandes proprietários, que os expulsaram da terra com “documentos” muitas vezes fraudulentos.

Neste contexto, destacamos a presença do Padre Josimo Tavares, assassinado na cidade de Imperatriz, em 1986, pelo pistoleiro Geraldo Rodrigues, contratado por 50 mil cruzados por Osmar Teodoro da Silva, proprietário de terras e vereador pelo PMDB¹¹. Padre Josimo foi morto por conta de sua posição e atuação em favor dos camponeses na luta pela terra. Em seu testamento dias antes, Padre Josimo (1986), escreveu:

Nem o medo me detém. É hora de assumir. Morro por uma causa justa. Agora, quero que vocês entendam o seguinte: tudo isso que está acontecendo é uma consequência lógica do meu trabalho na luta e defesa dos pobres, em prol do Evangelho, que me levou a assumir essa luta até as últimas consequências.

¹¹ Segundo noticiado pela Folha de São Paulo em 18/11/2003, disponível no sítio: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1809200328.htm>.

O ocorrido com Padre Josimo ganhou repercussão até mesmo internacional, principalmente por conta da atuação da Comissão Pastoral da Terra, instituição ligada à Igreja Católica, da qual ele fazia parte, que apoia e instrumentaliza a luta dos camponeses por um pedaço de terra e cidadania. A fronteira, além de plural, é violenta e aos camponeses não está assegurada, a vida, o bem mais precioso que o ser humano tem.

A Fronteira Maranhense, assim como a teorizada pelos clássicos do pensamento social, Weber, Turner e Lênin, é constituída e construída a partir de conflitos. Desde temporalidades históricas diferentes dos grupos que povoam a fronteira, como bem aponta Martins. É também marcada por violência física, estrutural e cultural, principalmente contra as classes menos favorecidas, como o camponês.

No entanto, é importante frisar que este ambiente de disputas acirradas entre trabalhadores rurais sem terras, quilombolas, fazendeiros, grileiros, latifundiários, empresários, indígenas, extrativistas, entre outros, é também um ambiente de sonhos, de esperanças, daquela crença messiânica de “terras livres”, que aquele paraíso verde com muita água vai ser encontrado e principalmente mantido e desfrutado.

2.3 Movimentos Sociais do Campo na Microrregião de Imperatriz

Neste tópico será apresentado um quadro da atuação dos movimentos sociais do campo na microrregião de Imperatriz, embora, como já exposto acima sobre o conceito de fronteira, a análise ultrapasse os limites físicos, visto que as lutas dos movimentos sociais se concatenam com outras regiões próximas. Na construção deste subtítulo, além das consultas bibliográficas, utilizei os arquivos contidos nos sistemas e arquivos do INCRA, assim como as contribuições das três lideranças entrevistadas, o Sr. Cosmo Rodrigues de Araújo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de João Lisboa, a Vânia do MST, coordenadora regional do MST Maranhão, que atua na região tocantina, e o Zezinho Baiano, liderança que atua no município de Amarante do Maranhão e na região tocantina.

A microrregião de Imperatriz, segundo o IBGE, é formada pelos municípios de Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador

Edson Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro D'Água Branca, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios. É uma das 21 microrregiões do estado do Maranhão pertencente à mesorregião Oeste Maranhense, conforme mapa a seguir:

Mapa 7: Microrregião de Imperatriz.



Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Maranh%C3%A3o.

Jonatha Carneiro, na tese de doutorado, “Inserção Camponesa na Cadeia Produtiva do Leite na Microrregião de Imperatriz-MA: entre a autonomia e a subordinação” (2022, p. 89 e 90), descreve sobre os conflitos de terras na microrregião de Imperatriz, conforme abaixo:

A trajetória dos grupos familiares da microrregião de Imperatriz é marcada pelo conflito entre a grande propriedade e a pequena produção. Esse período demarca um cenário de ampla concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, violência no campo e subordinação camponesa. Muitos desses camponeses, depois de conflitos com grandes fazendeiros e com a estrutura política fundiária maranhense, se “viram” numa situação de terem suas terras tomadas por processos, muitas vezes violentos, de desocupação e desapropriação de terras.

E, esses graves conflitos de terras ocasionaram violência e assassinato de camponeses, de lideranças sindicais e religiosas, como o já citado caso do Pe. Josimo Tavares; um atentado contra o líder sindical Valdinar Barros que o feriu a bala e matou um companheiro e o assassinato do ex presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, João Palmeira Sobrinho. No livro, *CAMPONESES MORTOS E DESAPARECIDOS: Excluídos da Justiça de Transição* (2013, p. 58), organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, trata sobre o assassinato de sindicalistas no país, conforme a seguir:

No período de 1961 a 1988 foram assassinados 75 sindicalistas. Mortos em função de sua militância político-sindical, mas não reconhecidos oficialmente pelo Estado, excluídos dos direitos da Justiça de Transição fixados pela lei 9.140/1995. Mais de 50% dos casos ocorreram no período aqui identificado como da “transição militar”, de 29 de agosto de 1979 a 15 de março de 1985. E o que é mais notável, quase todos foram assassinados por agentes privados: jagunços, capatazes, pistoleiros, guardas armados de fazendas, pistoleiros e outras formas de polícias privadas. Essas lideranças sindicais foram assassinadas porque defendiam o direito de acesso à terra, o respeito aos direitos trabalhistas, em exercício de mandatos sindicais, o que parecia intolerável para alguns senhores de terra que também se julgavam senhores da vida e da morte dos camponeses. A amplitude territorial e temporal em que os crimes foram cometidos, só se explica pela participação ou omissão das instituições do Estado.

O enfrentamento do latifúndio para democratizar o acesso à terra, através das ocupações de terras no Maranhão, iniciaram-se na segunda metade da década de 1980, nas regiões de Santa Luzia e Imperatriz. Vale mencionar os líderes camponeses, Luís Vila Nova e Manoel da Conceição, personagens que marcaram a luta pela terra na região. As primeiras ocupações foram da fazenda Capoema em 1986 e Terra Bela em 1987. Ocupações que se tornaram referência e influenciaram a expansão para a região de Imperatriz.

Como já posto anteriormente, a trajetória das três lideranças entrevistadas se confunde com o histórico dos movimentos sociais do campo desta região. A seguir Zezinho Baiano (2022) descreve como conheceu Vila Nova e Manoel da Conceição, bem como, algumas ações que realizaram juntos, na ocupação da Fazenda Capoema, em Buriticupu:

Nessa década de 80, 85, por aí assim, 85 pra frente. Na época a gente... eu conheci o Manoel foi em 85, Manoel Conceição. Nessa questão da CUT e outras coisas eu fui pra um congresso, e lá eu encontrei o Vila Nova nesse ônibus, e o Vila Nova depois foi quem me apresentou o Manoel, lá na Cantareira, ali perto do Buriticupu, que era uma comunidade onde o Vila Nova foi se esconder aí uma época dos conflitos aí que ele criou aqui em Imperatriz,

né, que tavam querendo matar ele, e ele foi pra lá. E lá juntou um grupo para criar uma comunidade socialista mas que também não deu certo, como era só experiência, mas acabou. E lá um dia eu encontrei o Manoel, marcamos uma reunião, eu fui lá visitar ele e lá o Manoel estava (...) daí a gente fez essa amizade, ele ria porque eu latifundiário envolvido com aquilo, mas eu não tinha... era muito puro, como ele diz, “você é muito puro demais”, e ele foi quem fez minha total transformação de latifundiário pra virar um militante dos movimentos sociais, sendo iniciado pela Maria Isabel, nossa companheira lá do Campo Formoso da CEBs. (...) A partir desse começo foi a época que o Manoel começou a criar o CENTRU e eu fui me envolvendo, e fomos criando força, e aí foi na época que houve aqueles crimes lá pra Capoeira, pro Buriticupu, eu com essa cara de patrão fui lá vestido numa roupa da SUCAM, dum compadre meu que na época ainda era solteiro ainda, mas ele trabalhava na SUCAM, e ele me emprestou uma roupa e eu fui lá pra ver o local onde poderia ser, o local mais adequado pra ser feito o assentamento, a ocupação. E aí eu fui pra lá fazer esta, localizar esse local, lá na Capoeira, que foi a primeira grande ocupação do Maranhão, extremamente violenta, onde mataram 3 companheiros, e uma companheira foi baleada, mas o tiro pegou na cabeça, mas ela desmaiou mas não morreu, ela foi quem veio denunciar. Na época foi oito dias que a gente lutou pra poder entrar na área. E na véspera do dia que a gente entrou com a comissão parlamentar e no meio de um monte de gente. Na época foi Dutra, foi Rubem Saboia, foi uma turma danada.

O cientista social Marcelo Sampaio Carneiro, no livro “Terra, Trabalho e Poder - Conflitos e Lutas Sociais no Maranhão Contemporâneo” (2013, p.29), trata sobre o processo de ocupação de terras na região de Buriticupu, conforme abaixo:

Somente nas ocupações realizadas no então município de Santa Luzia do Tide (região hoje representada pelos municípios de Santa Luzia do Tide, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas e Alto Alegre do Pindaré), identifiquei, entre 1985-1993, 24 ocupações de fazendas, que mobilizaram cerca de 7.500 famílias, numa área de aproximadamente 466 mil hectares e que, na sua maior parte, posteriormente, tornaram-se assentamentos de reforma agrária (CARNEIRO, 2013).

Em 1987, o Sr. Cosmo relatou um episódio que resultou em sua prisão por conta da militância no movimento sindical, “houve uma ocupação que as terras era tudo da União, no povoado Muçambê, houve uma ocupação da companheirada lá, e isso deu uma repercussão que foi obrigado [...] o GETAT ir na área” (ARAÚJO, 2022), e como liderança, o Sr. Cosmo foi acompanhar os trabalhadores e fazer o trabalho de base, porém acabou sendo preso por dois dias.

No outro dia, chegaram uns fazendeiros, o delegado regional da polícia de Imperatriz (...) e chamou todo mundo, “conhece, é seu Cosme, o presidente do sindicato de João Lisboa”, aí nesse momento eles me algemaram, me botaram dentro duma carroceria duma camionete e me levaram lá pra sede do cabra que a terra tava ocupada, e lá eu tinha dois motivos pra apanhar, apanhava porque não queria falar, e apanhava porque quando falava não era o que eles queriam ouvir, eles tavam gravando né. (ARAÚJO, 2022).

Na saída da fazenda, onde o Sr. Cosmo estava preso, “o camarada do GETAT, foram lá, dizer pra eles (delegado, polícia), não voltarem comigo pelo Muçambê, porque tinha mais de 400 homens armados, pra me tirar da mão deles, aí eles foram orientados a ir por dentro e sair reto lá por dentro de Açailândia (ARAÚJO,2022). Então, foi localizado pela CPT em Imperatriz, que tomou as medidas para sua soltura. A FETAEMA denunciou a perseguição tornando-a pública, e por conta da repercussão do caso, o Sr. Cosmo ficou conhecido em todo o estado, em seguida foi eleito o presidente da FETAEMA, em 1988.

Quanto ao histórico do MST no Maranhão, segue a seguinte cronologia: em 1985, ocorre o 1.º Congresso dos Movimentos Sociais, sua constituição se dá através das oposições sindicais e do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU. Nos anos de 1987 e 1988, o MST passou a reivindicar a autonomia na sua organização. Em 1989, já de forma autônoma, fazem os três acampamentos, Vila Diamantes, Serafim e Juçara. O MST nacional enviou lideranças com maior experiência para mediar e organizar o movimento através de uma comissão provisória, até consolidar uma coordenação estadual. Na microrregião de Imperatriz, a primeira ocupação foi da Fazenda Criminosa, no município de Imperatriz, conforme abaixo:

Mesmo expostos à violência por parte da UDR e do sindicato dos fazendeiros da região tocantina, a luta avança e o MST demarca espaço no campo maranhense realizando as ocupações. A consolidação do MST no Maranhão deu-se no antigo Bico do Papagaio, atualmente região tocantina, oeste maranhense, em 1987, com a ocupação das fazendas Itacira I e II, de propriedade do grupo Sharp, com 5 mil hectares, conhecida na região por “fazenda criminosa”, envolvendo 250 famílias, articuladas conjuntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz e com o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) (FERREIRA, 2014, p. 57).

Portanto, em um primeiro momento o MST surge organizado em parceria com o CENTRU e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, contudo, a militância passa a organizar os trabalhos de base e assim fortalecem o movimento no estado do Maranhão, então, eles rompem com as outras organizações e se constitui como um movimento autônomo. Resultando na primeira ocupação de forma independente, da fazenda Gameleira, em 25 de Julho de 1988, com 144 famílias, no município de Imperatriz, hoje município de Governador Edson Lobão.

A partir daí uma nova paisagem foi sendo observada no campo maranhense, os “barracos” de palha e lona preta nas beiras de estradas com a tão simbólica bandeira vermelha do MST, processo que a Vânia do MST (2022) descreveu como territorialização do MST no Maranhão, ou seja, a ocupação de áreas para fins de reforma agrária. “O MST, quando ele iniciou, só tinha uma frente, que era a frente da ocupação da terra, era aquele momento da gente ocupar terra, se territorializar, (...) era a militância que ia ocupar terra, fazer luta pela terra” (Vânia do MST em entrevista em 2022).

É. Quando eu cheguei aqui em 1992, a gente tinha... a gente fala da territorialização do MST, quando eu cheguei aqui o MST tinha aqui a referência Imperatriz, e tinha uma referência em Buriticupu, a referência na região da baixada, que era a Vila Diamante, então essas eram as referências do MST no estado, né, Imperatriz, aí tinha, que essas regiões depois foi que viraram municípios, Davinópolis, né, Edson Lobão, mas tudo isso era Imperatriz na época, e Estreito, então a gente tinha um assentamento, acampamento, não era nem assentamento, um acampamento no Estreito, a gente tinha referências aqui de Imperatriz, e tinha uma referência em Buriticupu, e tinha uma referência na região da baixada, aí nós fomos construindo, a partir de 1992, a territorialização do MST, o que era essa territorialização? Aí eu fui e fiquei um ano... mais de um ano na região da baixada, aí nós fizemos várias ocupações lá, né, nós fizemos a... a ocupação da Nova Esperança, né, que é hoje o assentamento Vila Esperança, fizemos lá a SIGRA, né, ocupações ali, aí conquistamos o território da Vila Diamante, então nós construímos ali uma regional, aí a Quatro de Maio também, que já era ali no Zé Doca, aí outros assentamentos ali na região do Zé Doca, e... aí fomos territorializando na região de Itapecuru, né, então nós fomos também nos organizando naquela região ali do Vale do Itapecuru que vai até Coelho Neto, então são outros assentamentos. A territorialização do MST que vai se expandindo de 92, até 2000 a gente tava trabalhando nessa territorialização, né, 2000, 2005, por aí, 2008, então na territorialização (VÂNIA do MST, em entrevista 2022).

Outro momento marcante dos movimentos sociais do campo do Maranhão, foi a marcha realizada pelo MST, em 1997, por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, saindo de Imperatriz até a capital São Luís, foram 40 dias de caminhada e mobilização, percorrendo cerca de 30 quilômetros por dia, iniciando com 200 pessoas e finalizando com cerca de mil pessoas. A Vânia do MST (2022) narra este momento:

Ahhh, essa foi uma das atividades mais lindas e potentes, né, nós foi em noventa... acho que 98, 97 foi a marcha nacional, eu tô em dúvida se foi 97 ou 98, acho que foi 97, porque teve a nacional no início do ano, e nós fizemos aqui em setembro, a nossa estadual, de Imperatriz a São Luís, nós não tínhamos nem 1 real pra fazer essa marcha, foi muito interessante o processo, nós acampamos lá na universidade, na UEMA, na época era UEMA, nós chegamos lá, nós tínhamos uma articulação boa com os estudantes, na época o Josias era do DCE. (...) nós temos que juntar o povo aqui, pra poder

dormir aqui, se juntar todo mundo pra fazer a assembleia”, no outro dia nós ia participar do desfile do 7 de setembro, do grito dos excluídos, e em seguida a gente ia fazer a nossa marcha, né, a gente ia começar a nossa caminhada, acho que era no outro dia.

Segundo a Vânia do MST (2022), a base social do MST dos assentamentos e acampamentos da região, na época a maioria acampamentos, cerca de 200 camponeses se organizaram para iniciar a marcha em Imperatriz. E à medida que a marcha percorria as localidades, outras pessoas iam se juntando, chegando a 1 mil participantes em São Luís. No percurso, receberam muito apoio e solidariedade. “Na praça de Fátima foi o ato inicial, onde o bispo fez a benção (...) a gente não sabia o que ia comer na estrada não, o povo ia organizando aí, uns pedia comida, e aí as organizações locais começavam a arrumar arroz, feijão, carne” (Vânia do MST em entrevista em 2022).

Então foi onde o movimento... houve o massacre em Eldorado dos Carajás em 96, né, e aí em 97, a gente dizia assim, Eldorado nunca mais, para que a sociedade pudesse apoiar a luta por reforma agrária, né, para que não ocorresse mais massacres, então, assim, a gente era um processo de conscientização, foi o momento mais bonito que nós fizemos política, né, quando fala assim, essa política do debate, da informação, e discutia a importância dos assentamentos, da reforma agrária, da distribuição da terra (VÂNIA do MST, em entrevista 2022).

No site UOL localizei a notícia abaixo, que fala sobre a marcha.

Imagem 6: Notícia sobre a Marcha do movimento sem-terra.

The image shows a screenshot of a news article from the website 'folha on line'. The page has a dark blue sidebar on the left with the logo 'folha on line' and navigation links: 'Brasil', 'Arquivo', 'Painel Folha', and 'Outras Editorias'. The main content area is white and features a headline: 'Sem-terra acampam em parque no Maranhão'. Below the headline is a sub-headline: 'Agência Folha 14/10/97 19h21 Em São Luís'. The article text describes the MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) march, mentioning that about 600 people participated, they traveled from Imperatriz (624 km from São Luís) on September 8th, arrived in São Luís on September 10th, and held a public hearing with Governor Roseana Sarney (PFL) on Wednesday morning. The article also includes a small image placeholder and navigation links 'Índice | Próxima' at the top and bottom.

Fonte: site UOL

As marchas do MST ocorreram em todo o Brasil e contribuíram para dar visibilidade a suas pautas, inclusive internacional, conforme abaixo:

Acho que assim, foi o momento onde o MST teve a maior popularidade, né, na sociedade. Era tanto que o Fernando Henrique era o presidente da república, e o pessoal dizia assim “O MST tem mais popularidade do que o Presidente da República”, nas pesquisas né, então o... e que a sigla MST era tão conhecida quanto a Coca-Cola, o pessoal dizia assim “olha, tá concorrendo com a Coca-Cola”, porque assim, muita gente começou a falar, né, no mundo inteiro, tinha haver com o massacre no Eldorado dos Carajás, né, e foi um momento também onde o MST conseguiu pautar na sociedade a questão da reforma agrária, né, porque até então era o campo, a violência, e tudo mais, então, quando a gente traz a reforma agrária pra cidade, foi quando o MST também... passaram a ter essa outra visão do movimento, né, que era um movimento social, que ele não só luta pela terra, mas luta pela educação, luta pelas políticas sociais que possam chegar em todas as comunidades, pela produção de alimentos, pela questão cultura (...) é um período que... eu digo assim, de 96, né, é um marco muito importante, né, onde o MST e a questão da reforma agrária no Brasil tomam uma dimensão significativa, né, e que isso forçou as instituições do nosso Brasil, e aí a gente coloca o INCRA, o próprio judiciário, a garantir desapropriações, emissões de posse, muita coisa foi desentulhada, onde a gente teve o maior número de assentamentos, né, de regularizações, porque tinha muitos acampamentos, mas tinha pouquíssimos assentamentos, então onde foi mais criado, assim, projetos de assentamentos, né, porque foi uma pressão internacional sobre o governo brasileiro, foi assim, “tem que fazer reforma agrária no Brasil”, era tanto que quando o Fernando Henrique foi pra França, o movimento dos camponeses e da sociedade na França, assim, teve protesto, todos os

lugares que ele ia tinha protesto, nos Estados Unidos, todo lugar que Fernando Henrique ia tinha um protesto para realizar reforma agrária no Brasil, então todos né, o judiciário ia pra um lugar pra representação, a questão agrária vinha, a questão da violência no campo, então, assim, creio que esse foi um período de muito crescimento, né, da nossa pauta (VÂNIA do MST, em entrevista 2022).

Então, o MST foi ampliando suas linhas de atuação, conforme explica a Vânia do MST (2022), “depois o MST foi se fortalecendo em outras frentes, principalmente na da educação, porque após ocupar a terra, o outro passo que a gente ia, assim, tem que ter escola, então a gente montava um barraco de palha, um barraco de lona”. Pautavam o poder público municipal para garantia do direito básico à educação, inclusive programas de alfabetização de Jovens e Adultos. Atualmente, o MST no estado está organizado em cinco regionais: Tocantina, Pindaré, Baixada, Médio Mearim e Itapecuru.

A luta e conquista de terras na microrregião de Imperatriz, pode ser visualizada através dos diversos Projetos de Assentamentos - PAs, criados a partir da década de 1990, embora algumas ocupações sejam do final da década de 1980, mas em razão da burocracia dos processos de arrecadação¹² e desapropriação¹³ feitos pelo INCRA e que em muitos casos passam por disputas judiciais que se arrastam por anos, tornando a Reforma Agrária lenta.

A seguir apresento um quadro contendo os Projetos de Assentamentos da microrregião de Imperatriz, a confecção foi feita utilizando-se de dados do INCRA, disponível do Sistema de Informações da Reforma Agrária - SIPRA¹⁴. A tabela tem os seguintes campos: municípios, projeto de assentamento, ano de criação, forma de obtenção, área em hectares reformada, capacidade de famílias (famílias atendidas, assentadas) e o movimento social demandante.

Quadro 1: Projetos de Assentamentos da microrregião de Imperatriz.

Município	PA	Ano de Criação	Forma de Obtenção	Área (Hectares)	Capacidade de Famílias	Movimento Social
------------------	-----------	-----------------------	--------------------------	------------------------	-------------------------------	-------------------------

¹² Arrecadação é o processo de arrecadação / tomada de posse e recuperação de propriedade de terras devolutas, consiste na ação de incorporar áreas públicas sem destinação e que não integraram em nenhum momento patrimônio particular. (Lei Nº. 4.504, 1964).

¹³ Desapropriação é o procedimento pelo qual o INCRA retira de seu dono a propriedade de bem móvel ou imóvel sob a alegação da necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente, adquirindo-o para si em caráter originário, mediante justa e prévia indenização. (Lei Nº. 4.504, 1964)).

¹⁴ O SIPRA é um banco de dados que concentra as informações dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária. (Lei Nº 12.188, 2010).

Açailândia	Açaí	1996	Arrecadação	23.324,0700	525	MST
	Planalto I	1997	Arrecadação	1.307,8674	38	STTR
	Planalto II	1997	Arrecadação	422,4732	13	STTR
	Califórnia	1997	Desapropriação	4.150,0908	186	MST
	Novo Oriente	1998	Arrecadação	1.379,5140	66	STTR
	PE Santa Clara ¹⁵	1999	Reconhecimento ¹⁶	3.300,7301	79	STTR
	Francisco Romão	2011	Arrecadação	1.211,20	40	STTR
	João do Vale	2011	Arrecadação	4.170,25	60	MST
Amarante do Maranhão	CAAC	1995	Arrecadação	919,6259	44	STTR
	Alvorada I	1995	Arrecadação	7.587,8657	280	STTR
	Alvorada II	1995	Arrecadação	8.803,4844	347	STTR
	Santo Antônio	1996	Desapropriação	4.020,8400	180	STTR
	Jabutí	1998	Arrecadação	828,0860	28	STTR
	Cikel	1998	Arrecadação	12.311,6409	360	STTR
	Santa Lúcia	1998	Arrecadação	6.166,0000	246	STTR
	Curitiba	1999	Desapropriação	1.547,8473	54	MST
	Floresta I	1999	Desapropriação	1.381,8263	61	MST
	Cajueiro I	1999	Desapropriação	1.295,5652	32	MST
	Boa Vista I	2000	Desapropriação	2.376,8757	82	STTR

¹⁵ PE - Projeto de Assentamento do Estado reconhecido pelo INCRA.

¹⁶ Reconhecimento é quando o INCRA reconhece os projetos de assentamentos de outros órgãos, como os projetos estaduais, as reservas extrativistas, como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária.

	PCA Batalha ¹⁷	2000	Reconhecimento	237,0335	87	STTR
	Boa Esperança III	2001	Arrecadação	4.445,3860	118	STTR
	Margarida Maria Alves	2001	Desapropriação	1.381,0868	53	STTR
	Alvorada IV	2001	Arrecadação	3.412,7513	92	STTR
	El Shaday	2002	Arrecadação	955,4341	31	STTR
	Deus é Fiel	2003	Arrecadação	1.409,9664	42	STTR
	Olga Benário	2007	Desapropriação	2.618,8596	57	MST
Buritirana	Saramandaia	2001	Desapropriação	2.337,4311	98	STTR
	Padre Josimo I	2001	Arrecadação	1.258,4000	45	MST
	Nova Conquista	2003	Arrecadação	200,0498	17	STTR
Cidelândia	Itaiguara	1995	Desapropriação	2.296,5812	64	STTR
	São Jorge	1997	Arrecadação	4.792,4163	184	STTR
	Sol Brilhante	1999	Desapropriação	4.425,0000	158	STTR
	Reserva Extrativista do Ciriaco	2005	Reconhecimento	7.173,4800	127	STTR
Davinópolis	PE Jussara	1996	Reconhecimento	1.322,0000	52	MST
	Alegria	1998	Desapropriação	1.498,7601	78	MST
	Primeiro de Maio	1999	Desapropriação	1.347,0000	64	MST
Governador Edson Lobão	Gameleira/Matões	1993	Desapropriação	2.048,0000	85	MST
	Palmares	1997	Desapropriação	2.680,0000	97	MST

¹⁷ PCA - Projeto Casulo de Assentamento executado em parceria com o município.

Imperatriz	Itacira	1995	Desapropriação	5.024,0000	185	MST
Itinga do Maranhão	Santa Helena I	1998	Desapropriação	1.607,9112	44	STTR
	União	1999	Desapropriação	599,4737	24	STTR
	Gurupi	1999	Arrecadação	12.094,0000	310	STTR
	Oziel II	1999	Arrecadação	4.590,3417	61	STTR
	Veneza	2000	Desapropriação	375,0000	10	STTR
	Casa Branca	2000	Arrecadação	2.049,0827	52	STTR
	Vale do Ipê	2000	Desapropriação	433,7987	20	STTR
	Santa Izabel	2000	Desapropriação	2.737,0000	73	STTR
	Alto Boa Vista	2002	Desapropriação	1.982,0000	47	STTR
	Água Fria do Itinga	2002	Desapropriação	6.848,0058	210	STTR
	Fenix	2006	Desapropriação	9.245,2864	306	STTR
	Horizonte Azul	2008	Desapropriação	1.930,3410	52	STTR
	Monte Alegre	2018	Desapropriação	1.508,54	40	MST
João Lisboa	Taboleirão	1989	Desapropriação	3.734,1045	205	STTR
	Pingo de Ouro	1997	Desapropriação	1.929,0000	86	STTR
	São Benedito I	1998	Desapropriação	2.202,5346	48	STTR
	Alvorada III	1998	Arrecadação	3.589,0000	143	STTR
	Lagoa da Cigana	1999	Desapropriação	2.934,5469	131	STTR
	Centro de Amor	1999	Desapropriação	634,0000	44	STTR
	Batata da Terra	2002	Desapropriação	220,6332	62	STTR
	Estrela da Serra		Desapropriação	646,0685	27	STTR

	Cipó Cortado	2013	Arrecadação	2.778,64	141	STTR
Lajeado Novo	Santa Luzia	2000	Desapropriação	2.665,0000	98	STTR
Montes Altos	Novo Horizonte	1998	Desapropriação	1.256,7841	52	STTR
	Vale do Jordão	2000	Desapropriação	1.097,0000	50	STTR
	Canaveral	2015	Desapropriação	1.459,13	35	STTR
São Francisco do Brejão	João Palmeira / Castália	1996	Desapropriação	5.781,1945	200	STTR
São Pedro D'Água Branca	Água Branca	2007	Arrecadação	3.576,9731	60	STTR
Vila Nova dos Martírios.	Deus Proteja	2005	Arrecadação	3.326,7094	140	STTR

Fonte: Produzido pela autora (2022).

Dentre os municípios da microrregião de Imperatriz, 12 possuem áreas reformadas, sendo 68 projetos de assentamentos. As áreas reformadas, ou seja, destinadas para reforma agrária, somam 221201,5891 hectares, atendendo 7226 famílias assentadas. Os imóveis foram obtidos através de 26 arrecadações, isto é, projetos de assentamentos criados em terras públicas da união; 39 obtidos por processos de desapropriações, em outros termos, eram imóveis particulares decretados pela Presidência da República para fins de reforma agrária, sendo o proprietário indenizado conforme preço de terras praticados no mercado da região e 3 são frutos de reconhecimento do INCRA, 2 de PAs criados pelo Instituto de Terras do Maranhão - ITERMA e 1 pela prefeitura municipal de Amarante do Maranhão.

Das 39 desapropriações, os PAs Novo Horizonte, Vale do Jordão, Canaveral no município de Montes Altos e PA Santa Luzia, localizado em Lajeado Novo, foram criados para atender as famílias que ocupavam a Terra Indígena Krikati, contudo, ainda não foi suficiente para atender a todas as famílias.

Verifica-se que a maioria das arrecadações de áreas se concentram na década de 1990 e até a metade da década de 2000, em um processo de retorno das famílias

de pequenos agricultores expropriados, para áreas ocupadas irregularmente por “grileiros”, a maioria vindos de fora do Maranhão. Até o ano de 2005 a legislação permitia indenizar benfeitorias de imóveis da União, o que permitiu de forma mais ágil a arrecadação. A partir de então, os imóveis que possuem conflitos de interesses de ocupantes irregulares por “grilagem” e trabalhadores rurais sem-terra, têm ocorrido batalhas judiciais que se arrastam por anos, visto que não há um acordo.

Em 2009 foi criado o Programa Terra Legal, no Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, instituído pela Lei n.º 11.952, de 25 de junho de 2009, com a finalidade de promover a regularização fundiária de maneira massiva na Amazônia Legal, portanto, foi retirada a atribuição do Incra da realização da regularização fundiária. O assentamento Cipó Cortado foi criado através da desafetação da área pelo Terra Legal, que repassou ao Incra a mesma, e assim foi possível a criação do assentamento. A desafetação de terras públicas ocorre por meio de um ato administrativo, em que a terra por ser pública deveria estar sendo utilizada coletivamente, mas seu uso está suprimido. Portanto, o ato de afetação significa dar destinação pública a um bem que não tinha tal destinação. E a desafetação é retirar a destinação pública do bem.

A Reforma Agrária no Brasil, como já posto anteriormente, não se realizou por completo, inclusive na microrregião de Imperatriz, região de fronteira, de expansão agrícola, e os movimentos sociais do campo têm desempenhado papel de protagonistas na luta pela terra. Observa-se no quadro que tanto o MST quanto os sindicatos de trabalhadores rurais são os demandantes da Reforma Agrária na região. E o governo federal através do INCRA não tem conseguido atender, nem as famílias acampadas na região, longe mais ainda, de realizar a fiscalização dos imóveis para verificar se estão cumprindo com a função social da terra, conforme preceitua a constituição federal.

CAPÍTULO III - ERGUER A BANDEIRA: o repertório de ocupação da Fazenda Cipó Cortado

Imagem 7: Fotografia da placa do MST na entrada do Assentamento Cipó Cortado.



Fonte: Acervo da autora (2022).

Neste capítulo, em consonância com a metodologia descrita na introdução e com os objetivos propostos, apresento os resultados da pesquisa de campo, relacionando com dados dos arquivos do INCRA e a bibliografia correlata. E, já adianto que foi possível construir um mosaico deste conflito fundiário, baseado nas trajetórias dos seus personagens, nas suas múltiplas relações e assim conectar elementos que formam o contexto histórico da ocupação e conquista da fazenda Cipó Cortado. Portanto, será apresentado os antecedentes históricos das disputas por estas terras, o processo de ocupação pelos movimentos sociais do campo, destacando o papel do STTR de João Lisboa e Senador La Rocque e do MST.

3.1 Disputa pelas terras da Fazenda Cipó Cortado: antecedentes históricos

Como já posto na introdução desta dissertação, a origem da Fazenda Cipó Cortado vem de uma posse do fazendeiro José Paes Leme Martins, ele foi o que

primeiro quis se apropriar daquelas terras, fez em 1981 uma proposta de permuta ao GETAT com uma área que ele possuía no imóvel denominado loteamento Itaipava, lote 159, localizado em Xinguara-PA. Pleito negado pela direção do GETAT. Mesmo assim, de maneira arbitrária, o Sr. José Paes Leme Martins, continuou adquirindo posses na área em questão, chegando a dominar aproximadamente 8.000,0000 hectares, e assim expropriando famílias camponeses (posseiros) que foram expulsas e jogadas à própria sorte. Conforme a Nota Técnica do INCRA, formalizada através do ofício UA/IPZ nº 06/2011, de 28 de junho de 2011, assinada pelo então chefe da Unidade, José R. Redondo de Sousa, transcrita abaixo:

Os réus começaram a comprar posses dentro da área da União, mais precisamente na Gleba Boca da Mata / Barreirão, e com isso, insistiram na PERMUTA. Desse modo, é muito fácil entender a malícia dos réus, eles entregam uma terra no Estado do Pará, totalmente invadidas e querem em retribuição terras férteis no Maranhão adquirido por meio de invasão e coação dirigidas aos pequenos agricultores que foram expulsos pela ação maldosa e pecaminosa do CAPITAL. Agiram assim de MÁ-FÉ.

O Srº José Paes Leme, verificando que as terras pertenciam ao GETAT e que não havia mais condições de conseguir o título daquela área, pelas dimensões e por ser titulado anteriormente, as vendeu de forma irregular e sem anuência dos órgãos fundiários, para vários fazendeiros da região. Entre eles Ambrosino Fideles de Carvalho, vulgo “Mineiro”, que mais tarde percebendo que também não seria titulado em função de possuir imóveis, vendeu a terceiros. O loteamento de grandes áreas em lotes menores, tem sido uma prática constante de ocupantes irregulares de áreas públicas da União, dos “grileiros”, assim conseguindo driblar os órgãos fundiários e conseguindo a regularização.

Aqui se confirma a tese que a fronteira agrícola não se encontra vazia, mas ocupada por pequenos agricultores que exploram a terra, mas não adquirem o documento legal de propriedade, o título definitivo da área. Conforme aponta Siviero, (2020, p.132):

Em oposição a esta representação de abundância de terras e contradizendo este mito de El Dorado, muitos dos espaços nos quais se procuram produzir “fronteiras”, abertas à conquista, já estão previamente ocupados, são territórios e lugares onde vivem populações rurais ou indígenas. É comum que estes espaços estejam configurados a partir de relações de posse e uso não reguladas pela agência estatal, no geral, são terras usadas por trabalhadores rurais e populações do campo sem um reconhecimento formal pelo Estado, seja através de títulos de propriedade individuais ou de concessões coletivas de uso. Por conseguinte, a expansão e caminhar

dessas fronteiras realiza-se a partir do choque com os direitos – e mesmo com a vida – dessas comunidades rurais.

Na tese de doutorado do pesquisador Edmilson Bezerra (2018), sobre a gleba Boca da Mata / Barreirão, ele aponta que foi uma grande surpresa dele ao observar, que ocorreu uma mudança radical da década de 1980 para os anos 2000, quanto a dinâmica populacional e econômica naquela região, que teria tido um esvaziamento por conta de um processo de expropriação camponesa:

[...] toda a movimentação de camponeses, a produção, as filas de caminhões transportando tudo o que era produzido na região pela década de 1980... Tudo havia desaparecido. Saltava ao pensamento: que fenômeno teria sido aquele? Eles, os camponeses, eram milhares por aquele tempo; no ano 2000 já eram tão poucos, e, agora, no presente, são menos ainda. Que fatores, naquela época, haviam causado tamanho deslocamento desses migrantes? Grande parte dos estudos sociológicos, antropológicos, econômicos e da geografia humana, e mesmo da história de um determinado período, aponta para a expropriação (BEZERRA, 2018, p. 25).

Em conversas informais, com alguns moradores do assentamento, eles narraram, que antes da ocupação da fazenda pelo Sr. “Mineiro”, já existiam camponeses na área, que residiam numas casas próximas a um local, chamado pé de caju, e foram expulsas ou mesmo mortas, ninguém sabe ao certo, mas o que é conhecido na região, é que existe um poço próximo ao pé de caju, e que pessoas assassinadas teriam sido jogadas lá dentro. E que o Sr. Mineiro só conseguiu manter a posse daquelas terras por força da violência, dos serviços prestados pelo grupo do famoso Zé Bonfim. Zé Bonfim é conhecido como um dos mais temidos pistoleiros da região tocantina, que atuou com grupos armados na expulsão de camponeses das terras a mando de fazendeiros, ele tinha a função de fazer a “limpeza da área”.

Ainda segundo Bezerra (2018) esse pistoleiro atuou na expropriação de camponeses que moravam na gleba Boca da Mata/Barreirão, na década de 1970, como mostra o excerto de uma denúncia contra a atuação de José Bonfim encaminhada ao Ministério Público em Imperatriz:

Diz que quando ali chegou ouviu falar que a terra ali tinha dono, mas nunca tido oportunidade de ser importunado por alguém. Como tem conhecimento de lavradores que ali habitam e trabalham há mais de dez anos, que não conheciam se tinha algum dono a referida terra. Fez sua roça e ano passado tinha já colhido o arroz. Faltava ainda colher três linha de mandioca, meia linha de bananas, quatro linha de milho, bastante cana de açúcar. Porém está agora corrido por José Bonfim, filho de Clodomir Bonfim, sem poder colher

sua mandioca, macaxeira e outros gêneros, tendo vindo se esconder nesta cidade, porque está ameaçado de morte se aparecer lá nas matas. O José Bonfim tem contrato com o Gilson filho de um Sr. Ariston, Baiano que diz ser o dono da terra, para que o mesmo retire dali os lavradores. Que o José Bonfim está esperando o pagamento de Cr\$ 15.000,00 para poder tirar todos os lavradores até o fim do mês, pois terão que sair debaixo de “Taca” e bala. O reclamante ia brocar sua roça deste ano, mais foi impedido de fazê-la pelo filho do Bonfim. O reclamante veio a esta cidade a procura de amparo da lei, mas não encontrou. (MINISTÉRIO PÚBLICO, Comarca de Imperatriz-MA. Arquivo Morto. Março 1968/1973) (BEZERRA, 2018, p. 168).

Seguindo esta pista, consultei a biografia escrita por Livaldo Fregona sobre Zé Bonfim, livro que tem como título “A fama e a verdade sobre Zé Bonfim”, de 1999. No livro, os capítulos 12 e 13 tratam sobre uma empreitada na região, inclusive, o capítulo 12 tem como título “Fazenda Cipó Cortado”, onde ele narra que em 1975, foi procurado por dois homens, “Rubens, gerente da Fazenda Cipó Cortado, na região do Pindaré; o outro, de nome Itamar Lourenço Ribeiro, era um advogado que trabalhava para o grupo que se dizia proprietário da Fazenda Alvorada, contígua à fazenda Cipó Cortado”. Foi contratado para fazer um desmate de 100 alqueires das suas terras, contudo, “de repente, estava envolvido na maior confusão do mundo”. Pois ocorreu resistência dos posseiros que ali viviam e ele e seus comparsas mataram e balearam alguns. O episódio teve grande repercussão na época e Zé Bonfim foi se esconder em Goiânia, depois seguiu para outras missões, ligadas à pistolagem (FREGONA, 1999, p. 25).

No livro “Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás”, de Victor Asselin (2009, p. 149), descreve como foi o episódio que Zé Bonfim narra em sua autobiografia:

A 23 de maio de 1975 foram feitas seis vítimas na Fazenda Alvorada, área grilada pelo advogado Itamar Lourenço Ribeiro, de Goiânia. O massacre foi por vingança. Em abril do mesmo ano haviam sido assassinados, naquela fazenda, o administrador Marco Antônio e o motorista Júlio de tal. Então, um bando de jagunços que contava, ao que se diz, 11 integrantes, foi até o lugar Cipó Cortado, na fazenda Alvorada, e matou a tiros cinco posseiros e feriu uma mulher na perna. O próprio Itamar contou esses fatos a amigos seus de Goiânia. Os criminosos apoderaram-se dos cadáveres das vítimas para que não fossem sepultados, servindo de exemplo àqueles que fossem contrários aos seus ‘direitos’.

Na nota técnica do INCRA, ofício UA/IPZ nº 06/2011, de 28 de junho de 2011, cita o seguinte trecho sobre os ocupantes, grileiros: “Os réus vêm turbando a posse do autor (INCRA) desde fevereiro de 1985, quando invadiram e promoveram ali todo

tipo de arbitrariedade” em desfavor das famílias sem-terras. Daí se depreende que era uma situação extrema de violência e desmando.

A partir de depoimentos que recolhi, compreendi como ocorreu o processo de formação das pastagens e de benfeitorias da Fazenda Cipó Cortado, pois as terras teriam sido “gramadas¹⁸”, graças a arrendamentos para pequenos agricultores sem-terra da região. Segundo os depoimentos, o acordo consistia em cultivar culturas temporárias, como arroz, feijão e milho e já plantar a semente de capim junto para deixar a pastagem formada, e aquele que não conseguisse era punido. A prática de arrendamento era comum na região, os trabalhadores expropriados, sem-terra, se valiam desses “contratos informais” para adquirir itens de subsistência. Conforme os relatos abaixo:

Rapaz, dá um romance (risos), é... na verdade, o que me trouxe aqui mais foi, assim, tipo, eu me senti humilhado... por, por os proprietários de terra, né, que a gente trabalhava na terra dele, aí quando ia colher não colhia o legume todo, porque tinha aquela humilhação, tinha que botar o gado pra comer... e... tinha que pagar uma renda caro... e tudo o que a gente fazia... se resultava em nada. Aí a gente tinha o desejo, né, de conseguir um pedaço de terra, mas não podia comprar (MACAÚBA, 2022).

Terra de outra pessoa, alugado, dizer que nem o companheiro, alugado, quando a gente trabalhava lá a gente plantava a roça, a gente plantava arroz já junto com a semente do capim, aí meu amigo, quem nasce primeiro é a semente, a gente não podia cortar porque se cortasse, o cara, o fazendeiro vinha como exclusive, ou como o companheiro citou, a gente quando ia colher o arroz, tinha que colher quase verde, porque ele queria botar o gado porque o capim já tava por cima (BURITI, 2022).

Durante as entrevistas, resgatando as histórias de vida e trajetórias dos meus interlocutores, verifiquei este ponto em comum, grande parte deles, afirmaram serem agricultores, desde sempre, mas trabalhavam nas terras de outros, em situações degradantes. Martins explica esse processo no Livro "Os camponeses e a política no Brasil" (1981, p. 75), os camponeses arrendatários trabalham em terras alheias numa situação de exploração. Nessa relação de exploração, além de pagar o "fôro" eles deixam a pastagem formada para os fazendeiros, num processo de apropriação da renda da terra em trabalho. Martins (1981) fez o seguinte comentário sobre o processo de expropriação:

A violência que geralmente acompanha a expropriação não é o seu aspecto principal. O principal é que a expropriação constitui uma característica

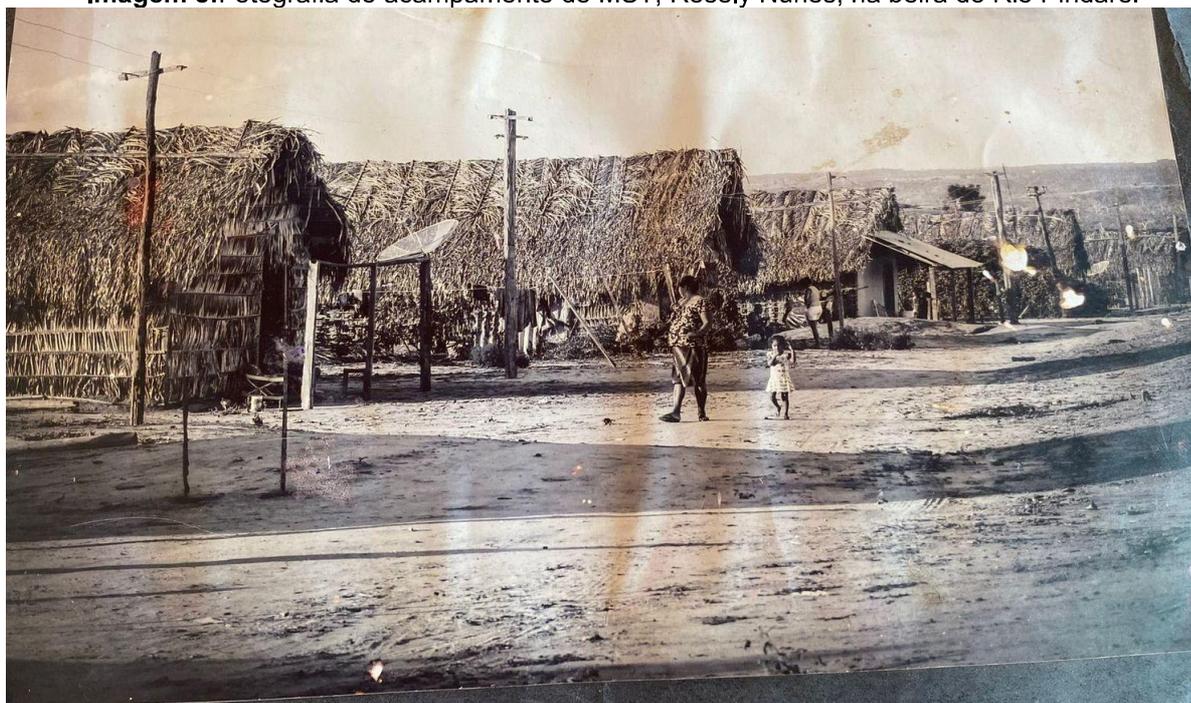
¹⁸ Áreas gramadas são as áreas de plantação de capim para a produção agropecuária.

essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. (MARTINS, 1981, p. 54).

Observa-se que os processos de expansão do capital por meio da expropriação é um processo contínuo, desempenhando papel permanente na acumulação do capital e dominação e exclusão dos grupos subalternos. Na Cipó Cortado, existiu inicialmente um processo de expropriação camponesa, com a expulsão desses trabalhadores de suas posses e, depois, um processo de exploração, através da utilização de trabalhadores arrendatários, que pagam o "fôro" e ainda deixam a pastagem formada para o pretense proprietário.

3.2 A ocupação da Fazenda na Década de 2000: “Se for para conversar a gente conversa, mas se for para brigar, a gente briga”

Imagem 8: Fotografia do acampamento do MST, Rosely Nunes, na beira do Rio Pindaré.



Fonte: Acervo da Associação do Projeto de Assentamento Cipó Cortado (2012).

Após superadas a pandemia da Covid-19 e já encerrada as disciplinas do mestrado, início a pesquisa de campo, me desloco para o Projeto de Assentamento Cipó Cortado, no dia 18 de maio de 2022, para a realização da pesquisa de campo. Anteriormente, já havia combinado com o presidente da associação, que desde antes, por já possuir uma relação de confiança, imaginei ser meu “Doc”, ou seja, meu

informante principal que poderia me abrir portas, possibilitando interação com outros interlocutores.

Planejei com bastante antecedência esta primeira visita, já conhecia o assentamento e neste primeiro momento, pensei em não realizar entrevistas semiestruturadas, mas realizar rodas de conversas, onde eu pudesse me apresentar como pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão, e não como funcionária do INCRA.

Então, saio de casa logo cedo, em Imperatriz, chego na parada de ônibus coletivo, da integração, às 07:23h, consigo embarcar no ônibus para Senador La Rocque já às 08:01 h. Logo, percebi os desafios que eu encontraria no percurso. Quando o ônibus chega na marginal da BR 010, entra um casal, o homem começa uma discussão com o motorista, pelo preço da passagem. A passagem custa R\$4.50, e o passageiro afirma que pagou R\$4.00 em outro ônibus. Os ânimos se afloram, a discussão subiu de tom. Todos os outros passageiros, inclusive eu, ficamos calados e apreensivos, percebi isso nos nossos entreolhares, ainda eram as 08:15 h da manhã.

Às 08:50h cheguei a cidade de Senador La Rocque, desço do coletivo no posto de combustível indicado pelo presidente da associação, onde encontro o rapaz que me levará em seu carro até o PA Cipó Cortado, o Srº. Tucum. De cara já o reconheço, nos cumprimentamos. Ele tem um carro Ecosport usado, acertamos as coisas e saímos para dar carona a uma senhora, a Dona Vassourinha e seu filho, que já estava retornando de um hospital por conta de queimaduras.

Apesar de percorrer muitas estradas de chão, praticamente sem infraestrutura, por conta das atividades no INCRA, comecei a pensar nas dificuldades de fazer o trajeto de 60 quilômetros de estrada de chão, ou seja, sem asfaltamento, em um carro sem ar-condicionado. O Srº. Tucum, o motorista, é bastante comunicativo, conversamos sobre coisas aleatórias. Aí pensei em começar a minha pesquisa de campo ali mesmo, na estrada. Então, começo a fazer perguntas objetivando compreender a trajetória daquelas pessoas.

O Srº. Tucum me contou que era vaqueiro de um fazendeiro da região, e que um dia estava em um boteco no PA Pingo de Ouro, outro frequentador, lhe falou sobre o acampamento na beira do Rio Pindaré, que ainda estavam aceitando gente. Então, ele convidou a esposa e, no dia seguinte, foram para o local indicado. Lá encontrou

os acampados. Foram também mais sete famílias do assentamento Pingo de Ouro, mas não ficaram, por não se adaptarem, principalmente por medo. Isso já tem uns dez anos.

A senhora Vassourinha disse que ainda não era assentada, ainda é acampada, que morava em uma vila próxima ao PA Cikel, que tem 8 filhos e nunca teve terra para trabalhar, aí soube de uma vaga no acampamento, então decidiu vir com a família, então, estão lá até hoje trabalhando no lote e esperando ser assentada.

Então, durante os 60 km da estrada, alternando conversas e músicas, nos ritmos de forró, arrocha e sertanejo, o tempo foi passando. O Sr. Tucum, uma hora disse assim: “aqui tem muitos fazendeiros perigosos, mas nós da Cipó somos assim, se for pra conversar a gente conversa, mas se for para brigar, a gente briga”.

No percurso da cidade de Senador La Rocque ao assentamento existem 4 povoados, Nova Brasília, Arapari, Centro do Zezinho e Centro do Toinho. Isso me remeteu a ocupação territorial do Maranhão através dos centros. A viagem foi rápida, chegamos por volta das 11:10h, a estrada está relativamente boa, ficando ruim mesmo o trecho que vai do Centro do Toinho para a Cipó, cheia de buracos, lama.

Chego ao meu destino, a Sr^a. Murici me recebe muito bem e o Sr^o. Anajá, meu “Doc”, estava trabalhando na escola. Quando ele chega, logo vem o Sr^o. Buriti, e conversamos um pouco. Aí explicou o objetivo do meu trabalho e combinamos como será minha estadia lá. Acertamos uma roda de conversa às 19:00h, na escola, com algumas das pessoas mais antigas do assentamento.

É quarta-feira, no almoço, como é cultural na região, foi feito um prato especial para me receber, galinha caipira, fava, arroz e salada. Durante a tarde tive a aula da Disciplina de Movimento Social, através da internet, pela plataforma “google meet”. Depois da aula, tirei algumas fotografias e meu coração ficou mais tranquilo, dada uma certa ansiedade e insegurança no percurso até a chegada.

O Sr. Buriti fez o convite ao pessoal para a conversa das 19:00 h, eu sentada à porta, os vendo passar para escola, nisso o tempo começou a fechar, a chuva se aproximava. Então nos deslocamos até a escola, lá foi organizada uma sala, as cadeiras dispostas de modo circular, para nossa roda de conversa. Realmente começou a chover, muitos raios e trovões, as lâmpadas começaram a falhar, me deu um medo, da energia faltar total e não acontecer nossa conversa, mas o temporal foi passando, então começamos a conversar, mesmo com as luzes piscando. Cada um

foi contando sua trajetória até chegar na Cipó Cortado. Assim, foi sendo montado um mosaico da história de ocupação e conquista da fazenda Cipó Cortado.

Nos trabalhos de Lygia Sigaud (2004), sobre o movimento de ocupações realizado por trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco, com os atingidos pelos grandes projetos hidrelétricos no nordeste e no sul do Brasil e com os movimentos de lutas por terra, encontramos reflexões sobre as ocupações e acampamentos, na década de 1990. Ao montar sua barraca o trabalhador diz ao INCRA que quer a terra, a bandeira caracteriza o movimento ao qual pertence, o próprio INCRA contabiliza os acampados para fins de cadastro e demanda por Reforma Agrária, os demais acampados irão reconhecê-lo como alguém que quer a terra. A barraca legitima a pretensão de obtenção da terra é a prova do interesse em ser contemplado pela redistribuição das terras.

Loera (2010), descreve como se dá o processo de acampamento, o significado para instituições e agentes, assim como o reconhecimento e o objetivo, conforme abaixo:

No mundo das ocupações de terra, aqueles que participam pela primeira vez de uma ocupação e subseqüentemente de um acampamento, devem seguir uma etiqueta particular: montar um barraco e se instalar “debaixo da lona”. Essa é a forma apropriada de proceder e de “dizer” que se quer terra e que se “pertence” a determinado acampamento. Essa linguagem é entendida e compartilhada pelos trabalhadores rurais, pelos militantes dos movimentos e pelos representantes do Estado encarregados das desapropriações de terras. O barraco de lona preta se torna então, uma espécie de inscrição, sinaliza a participação num acampamento e é uma forma de marcar a entrada no mundo das ocupações de terra (LOERA, 2010, p. 38).

No intuito de realizar a ocupação da Fazenda Cipó Cortado e montar um acampamento, as primeiras reuniões de conscientização sobre Reforma Agrária e organização dos trabalhadores, “as chamadas reuniões de base”, ocorreram no ano de junho de 2006, nas cidades de Buritirana, Senador La Rocque e João Lisboa.

Uma mocinha morena chamada Erismar, um rapaz chamado Edin, e outro companheiro chamado Bodó, o nome dele é Raimundo mas chamava Bodó, né, aí eles fazendo a reuniãozinha de base lá, perguntando pros companheiro, se os companheiro num queria ir pra dentro duma terra logo pra trabalhar, lá num disse que eles estavam fazendo a reunião já era pra entrar e cortar pra trabalhar, né, aí eu digo, rapaz, eu tô dentro, porque, hoje, pra fazer que nem o caso, lá aonde a gente tava na Buritirana”. (...) “Teve, teve, assim, mais ou menos umas... pra gente deslocar do bairro pro, pra dentro da, da, da terra, teve mais ou menos umas 15 reuniões. Aí a gente certo dia, ele também não citava pra onde, né, pra num ter aquela surpresa, né (BURITI, 2022).

Vinha avisando, avisando, aí fez as reunião. Aí, no dia reuniu todo mundo lá. Num dia muito chuvoso que o povo vieram, nesse dia (D. AROEIRA STTR, 2022).

O mesmo grupo, composto por 112 famílias, sem terras, primeiro ocuparam a fazenda do Ismael, porém foram despejados e formaram outro acampamento na beira da estrada, próximo ao PA Saramandaia, localizado no município de Buritirana. Sobre este período, Buriti (2022) relata: “Aí já descemos do caminhão na beira da estrada, próximo ao Projeto de Assentamento Saramandaia. O povo passava de carro e nos xingava: - Vão trabalhar bando de vagabundos”. Observa-se aí a marca social, o estigma que os acampados em busca de terras recebem.

Então, as lideranças organizaram a ocupação na beira do Pindaré, no final do ano, coincidindo com o período chuvoso, da Fazenda Cipó Cortado, fizeram o traslado de caminhão à noite, e ninguém foi informado para onde estava indo, só as lideranças sabiam. Esta tática de ocupação foi utilizada tanto pelo STTR de João Lisboa quanto pelo MST, conforme as falas abaixo:

Foi do mesmo jeito da primeira, eles também, eles tem a cautela deles, né, eles não anuncia pra onde, nem quando, nem que dia, pra não ter aquela surpresa, né, eles sempre, os movimento, eles gosta de fazer aquela surpresa, mas eles sempre que eles, ou antecipa, ou adianta pra não ter a surpresa do outro lado, aí a gente veio, os companheiro (BURITI, 2022).

“Minha irmã, a gente se interessou porque ninguém tinha né, todo mundo é... é lavrador, e num tinha né, uma terra, aí se interessemo em vir pra cá pra ver se, se conseguia. Aí no primeiro dia que veio, é que nem eu disse, veio os meus meninos, vieram tudin, a minha família, veio minhas irmãs, e veio dois caminhão (AROEIRA, 2022).

A ocupação de parte da fazenda Cipó Cortado, foi primeiramente feita pelo STTR, e a outra parte, logo depois, pelo MST. Ao longo dos relatos, vai se revelando o quão difícil foi o processo de ocupação, tanto por questão de insegurança, medo, perseguição, ameaças, quanto pela infraestrutura precária, de moradia, alimentação, higiene e saúde. Na fala do Sr. Mucuiba (2022), se confirma isso:

Nós éramos 90 famílias, 88 saíram enganadas, por achar que iria ser fácil conquistar a terra. Nos forneceram 40 metros de plástico para 90 famílias, então com a chegada para acampar foi feito barracos coletivos, porque a lona não dava para todos. No outro dia foram pegar madeira e palha para fazer mais barracos, fizeram caieiras para produção de carvão. Na época a liderança era o Sr. Antônio, ele subia num toco, para dar as instruções e organizar o povo, ele começou a ser perseguido e ele desistiu por medo de morrer.

A fama do Sr. Mineiro era conhecida na região por ser “pedra dura”, ou seja, valente. Quando o grupo do MST chegou na beira do Rio Pindaré, que cortaram acerca da fazenda, entraram e observaram onde estavam, houve um sentimento de medo, mas não poderiam dizer nada. Os motoristas dos caminhões alugados em Amarante, assim que se deram conta, ajudaram até a descarregar, para sair logo do local. Na entrevista com o Srº. Buriti (2022), ele narra em detalhes, como foi aquela noite:

(nós trouxemos), só as quatro panelinha e quatro colher, e uma lona preta, e só, o barraco deixaram lá, deixamos lá (na Saramandaia). Lá tinha muita palha de coco, nós cada um fizemos um de palha de coco... Já trazemos a lona, era o que eles anunciava, né, pra gente, “oh, é as panelinha, o mantimento de passar 15 dias, e a lona preta”. Rapaz, quando nós viemos chegar ali, era mais ou menos, umas três horas da madrugada. Era umas onze e pouco, onze e meia, mais ou menos, aproximado aí, (quando saímos) lá de Buritirana. Isso, lá pela noite. Mas rapaz, na época não tinha estrada não, era o caminhãozinho só morgando... É, era chuva, por isso que eles alertaram pra todo mundo trazer os plástico, a gente tava entrando no período chuvoso. Chegamos lá, era... ali... abaixo do batedor, a gente, aí os companheiro do MST que tava na organização, né, rapaz... Aquele lá que nós passemos. Aí ele, que nós viemos por ali, pelo Amarante, aí eles falaram “agora, vamos deixar aqui porque tem criança, tem mulher, arruma uns companheiro lá pra nós fazer”, a limpeza, que nem diz eles, aí a gente veio, mais ou menos, umas quinze, uns quinze companheiro na frente, né, aí foi, checamos a área lá, olhamos, não, tá ok, aí um voltou lá e foi chamar os caminhão, pra virem. Aí chegamos aí, entramos ali, quando nós chegou na entrada lá, que os companheiro viram que era na terra do Mineiro, que os caminhão era de Amarante, os caba não queriam entrar. Aí foi obrigado uma companheiro do MST chegar junto num, nos da frente, “ei, agora cês entra”, né, chegou neles, “agora cê tem que ir lá”, deixava... Os caminhões eram alugados...É porque, assim, eles tinha o noticiário, né, que o véi Mineiro, quando... quando ele era vivo o pessoal aqui tudo temia ele, né, tudo temia, ainda mais da região de Amarante, que era próximo daqui, aí sabia quem era a peça, disse “pegar meu caminhão lá dentro, ou queima ou me mata”, né, aí os caba ficava com nervoso de entrar. É, aí a gente que... quando o primeiro entrou, o outro também nem analisou, porque pensou que era fácil, que vinha atrás, né, aí também já entrou atrás, quando chegou lá dentro, né, lá perto da sede, aí o outro disse “rapaz, siô, aqui a terra é do seu Mineiro”, “moço, pois bora ajudar a descarregar lá”, os motorista foi quem subiu pra cima das carrada tirando as coisa, com medo, né, pra já voltarem ligeiro. Aí a gente ficou lá, aí quando...Não, num dormir,, quando o dia amanheceu mesmo, teve menino que saía era com uma lamparina, uma lanterna já cortando, que ali, sempre o mato lá foi perto, né, lá onde a gente acampou, o mato era próximo, quando o dia amanheceu, já tinha menino já era com casa feita e cozinhando já a comida debaixo da latada. (Trabalhamos) A noite toda, quando o dia amanheceu já tinha era mei mundo de barraco já feito. Cada família ficou com um, teve muita, teve companheiro que era parente, pai e filho, ou irmão, aí eles no início fizeram só um, pra iniciar, né, aí ficaram, aí com o decorrer do tempo, cada qual fez os seus.

Tanto acampamento do Sindicato quanto o do MST, foram feitos próximo do acesso à água. O acampamento do Sindicato, próximo a uma lagoa e do MST próximo

ao Rio Pindaré. Buriti (2022), explica: “é porque todo... assim, ocupação, o MST tem esse, essa visão de colocar o povo perto de onde tem água, o foco é perto da água”. O sindicato utilizou a mesma estratégia, conforme o relato abaixo:

Ah, minha irmã, aqui foi feito os barraco, alimpado o capim, feito o barraco dentro... de lona, o barraco de lona, aí, de noite o pessoal foi comer, foi a maior luta, o maior sofrimento, chovendo, pelejando pra acender fogo, fome, aí, foi... já... já arrancharam acolá, né, perto, aonde tinha aquela, aquele barracão lá era de lona, né, foi feito de lona, aí, foram, outros foram fazendo os barraquin ao redor de lona, de noite, pra poder dormir. Tudo perto ali da lagoa (AROEIRA, 2022).

Conforme já citado anteriormente, a Cipó Cortado é banhada pelo Rio Pindaré, um rio perene, que nasce na serra do Gurupi, tem cerca de 720 km e desemboca no rio Mearim, antes da baía de São Marcos. Durante as entrevistas, ouvi diversos relatos sobre a importância do rio para a sobrevivência das famílias, porque é um rio com muitos peixes, então, foi uma fonte de alimentação decisiva para a permanência das famílias acampadas. Mesmo agora, diversas vezes observei as mulheres, crianças, homens passando com anzóis, indo para pescaria. “E ali era, era o salvaguarda do povo pra pegar peixe, tinha muito peixe, né” (AROEIRA, 2022).

Sim, muito, ele alimentou a gente muito tempo, aqui... até hoje né, porque a gente sempre... ainda vai lá pegar uns peixin pra se alimentar. Porque muitas vez o que nem é no meu, no meu caso, o meu marido ficava trabalhando lá onde nós morava, pra mandar o alimento, e a gente complementava com peixe, né, porque era que a gente pegava na época. Pegava água, usava pra tomar banho, cozinhar, pra beber, pra tudo (COCURI, 2022).

Rapaz, podia ter dado certo, mas o rio Pindaré ajudou muito, sinceramente, muito, esses sem-terra aqui o rio ajudou, e hoje, o rio Pindaré ainda ajuda, né, num ficou diferente. A pessoa tá morando na beira dum rio daquele bem ali, ele só come feijão e arroz puro se quiser, se tiver um anzol ali, um carço de feijão pega uma piaba (risos) (MACAÚBA, 2022).

No entanto, os dois acampamentos também sofreram por conta da proximidade com a água, tanto da lagoa, quanto do Rio Pindaré. A lagoa estourou a represa e por sorte não atingiu os barracos dos acampados do sindicato. E quanto aos acampados do MST, muitos tiveram malária, “deu malária até em jumento”, conforme o relato da Sr^a. Cocuri (2022):

Deu, deu malária, meu marido pegou malária, meu menino, o meu menino, o mais novo, porque tem a... eu tenho uma menina mais nova, né, mas são os dois mais novo que ficava comigo, eles deram malária, meu marido teve que ser internado, muita gente deu malária na época. Aí veio a SUCAM e passou um bom tempo mais nós.

Com a ocupação da fazenda, os vaqueiros foram informados sobre a situação, pelas lideranças do MST, foi um momento tenso. “É porque assim, na realidade, um dos vaqueiros lá, a gente ficou com ele ali, né, aí ele já quis explodir, né, que ele já queria, de noite, já passar a mensagem, a gente foi de encontro, né, aí ele já queria reagir, já queria ir pra rua anunciar pro patrão dele” (BURITI, 2022).

Verifica-se que a ocupação de imóveis rurais para fins de reforma agrária é um repertório de ação coletiva bastante utilizado pelos movimentos sociais do campo no Brasil, é uma forma de pressionar governos e sociedade para atendimento de suas demandas. O repertório (Alonso, 2009) é aprendido e compartilhado, mas os agentes fazem suas escolhas diante das opções de ação. No caso da Cipó Cortado a ocupação foi utilizada pelo MST e o Sindicato de João Lisboa, embora existam diferenças, pois cada movimento social tem sua identidade, suas estratégias de luta.

Os camponeses sem-terra, quando ocupam o latifúndio, rompem com a estrutura concentradora da terra, rompem com o imaginário construído na sociedade de que a propriedade privada é intocável, a qual não se admite ocupar, redistribuir. Entendem que ocupar não é invadir, mas sim, transformar o espaço que antes não estava ocupado, produzir alimentos, diversificar a produção, fazer com que a terra cumpra sua função social (FERREIRA, 2014, p. 64).

Além disso, as ocupações são planejadas e organizadas pelos movimentos sociais, com prévio levantamento de informações, eles analisam, dentre outras coisas, o tamanho e a situação documental do imóvel. Verifica-se se valerá a pena ocupar, por exemplo, uma grande propriedade improdutiva particular, pois o processo de desapropriação pode ser suspenso por três anos. Então, costumeiramente, fazem o acampamento nas margens ou nas proximidades da fazenda, em áreas cedidas ou de servidão coletiva. No caso da Cipó Cortado, foi narrado da seguinte forma:

O movimento, acredito que ele já tinha feito todas as pesquisa, é... já sabia que a terra não tinha documento, né, porque se tiver a gente não entra, e... praticamente quando a pessoa ocupa uma terra, é porque a gente já tem certeza do, do que pode acontecer, né, porque, é... sobre documento, aqui a gente já sabia de muito tempo que não tinha, aí foram ver direitin e não tem mesmo, né. Aí eu acredito que o MST, ele programa bem as coisas pra acontecer (MACAÚBA, 2022).

A Fazenda Cipó Cortado, como já foi dito anteriormente, faz parte de uma gleba pública da União, fator considerado primordial para a decisão quanto à ocupação, portanto, os movimentos sociais analisaram os ganhos e perdas que poderão ter.

Durante a pesquisa de campo, os interlocutores deixaram claro, que não se arrependeram de estar ali, mesmo com medo de perder a própria vida, contudo, foi relatado também diversas desistências, inclusive da primeira liderança do acampamento do sindicato, o Sr. Antônio.

Foi revelado nas conversas que o Sr. Antônio, quando se deslocava para sede do município de Senador La Rocque era hostilizado, ameaçado, quando voltava, transmitia isso, ou seja, medo e insegurança nas reuniões com os acampados, até desistir de vez. Para Jasper (2016, p.133), “as pessoas precisam reconhecer um problema social, acreditar que ele pode ser resolvido e sentir-se suficientemente indignadas para se envolverem. Também precisam confiar nos organizadores que lhes oferecem uma solução”.

3.3 A organização dos Acampamentos

Após a ocupação da Fazenda em 2006, tanto o Sindicato como o MST foram montando estratégias para proteção e manutenção das famílias acampadas. Na roda de conversa que realizamos, foi relatado como os acampamentos estavam organizados, pois ali havia pessoas que inicialmente estavam no acampamento do Sindicato e depois migraram para o acampamento do MST. Eles disseram que “com tempo este acampamento foi sendo desmobilizado pela demora na resolução do problema, o processo de assentamento não andou, o Estado não fez nada por nós” (ANAJÁ, 2022).

A partir dos relatos, é possível identificar que no início do acampamento, havia uma certa disputa entre o grupo mais antigo e os novatos, do grupo ligado ao MST e do grupo que tinha vindo com o Sindicato, no acampamento. Depois eles mesmo confirmaram isso. “No começo eles... tinham (...) umas pessoas que sempre foram a favor da gente, né, se unir a eles, aí sempre tinha um, né, pra dizer alguma coisinha, dizer que num queria, aquela coisa toda num tem, achando que a gente ia tomar vaga deles” (MURICI, 2022). O tempo de acampamento é um requisito que denota certa hierarquia entre “novos e antigos” acampados, no próprio grupo e também para o INCRA, ou seja, quem é mais antigo é prioritário para atendimento.

Deste modo, no mundo das ocupações de terra, o tempo de lona ou tempo de barraco, ao qual se faz referência também como tempo de acampamento, se torna um requisito incontornável para quem pretende ser beneficiário de

reforma agrária, e a barraca de lona, se torna uma prova, uma amostra desse tempo. Em outras palavras, o tempo de acampamento pode se tornar visível através do barraco (LOERA, 2010, p. 38-39).

As famílias passavam 14 dias no acampamento e 14 dias trabalhando de diarista na região, visando a subsistência. Homens e mulheres estavam incluídos na vigília. E internamente, no caso do MST, estava organizado da seguinte forma: as famílias eram divididas em coordenações, um coordenador para cada 10 famílias, para fazer a vigília e as tarefas coletivas do acampamento. Cada coordenação era responsável por discutir os problemas daquele grupo, na assembleia geral. Gilvânia Ferreira, detalha a organização do acampamento:

Em perspectiva organizativa, os acampados se aglutinam em grupos de dez famílias, têm coordenação com representação igualitária de gênero, um homem e uma mulher que coordenam as reuniões, distribuem as tarefas coletivamente, discutem nos grupos os conflitos existentes entre os participantes, bem como questões externas, como mobilizações, audiências, reuniões e questões relacionadas aos aspectos produtivos. A associação tem o papel de encaminhar soluções referentes aos aspectos jurídicos administrativos da comunidade, sempre a partir dos encaminhamentos da assembleia geral, sendo a assembleia o espaço mais importante das instâncias do acampamento (FERREIRA, 2014, p. 74).

Durante a fase de acampamento a sociabilidade é mais coletiva, as tarefas dependem do grupo, a própria sobrevivência depende das regras do grupo e quem não se adequar é excluído. Nas entrevistas foi dito que algumas ações, que as coordenações resolviam fazer eram mantidas em segredo, como a data, era divulgada a tarefa, mas o momento era antecipado ou adiado e assim evitavam que os fazendeiros soubessem. O movimento orientava como deveriam agir, mesmo assim, eram nas interações cotidianas, que se aprendia a viver coletivamente, “é a gente ia no dia a dia, você sabe como é, dia a dia é quem... diz que a pancada grande é que ensina a gente chorar, o dia a dia é quem ensinava a gente conviver” (BURITI, 2022).

No acampamento Cipó Cortado tem ocorrido diversas atividades pedagógicas desenvolvidas pela comunidade, articuladas pela coordenação, pelos núcleos de família. Palestras sobre violência doméstica, tribunal da terra, seminário da grilagem, organização política, o papel da juventude na luta pela terra, a participação das mulheres na resistência e organização do acampamento, o direito a terra e a moradia. Essas atividades são realizadas com a colaboração de estudantes da Universidade Estadual do Maranhão, militância do MST, e apoiadores da luta pela terra desenvolvida pelo movimento (FERREIRA, 2014, p. 88).

Depois de três anos de ocupação, os dois acampamentos entraram em crise de organização, tanto do STTR quanto o do MST, principalmente pela demora na desafetação da área e pelo desgaste das famílias. Então, algumas famílias saíram do acampamento do sindicato e foram para o do MST. Isso gerou um certo conflito no grupo, pois os estabelecidos não aceitavam os novatos.

Contudo, após um tempo foi formada uma comissão para uma viagem a Brasília, só dois acampados se propuseram a ir para um encontro nacional do MST, já era 2009. Eles voltaram inspirados com a fala do João Pedro Stédile, então a partir dali pensaram em estratégias de organização. Uma delas foi mudar o acampamento para Sede da Fazenda, saindo da beira do Rio Pindaré. Gradualmente, as famílias foram se mudando, se instalando no local, onde hoje é a vila do Projeto de Assentamento, que pode ser visualizada na fotografia a seguir.

Imagem 9: Vista do alto da Vila do PA Cipó Cortado.



Fonte: Fotografia cedida por João Pedro Barros Filho (2021).

Observa-se que tanto o Sindicato quanto o MST utilizaram-se do mesmo repertório de ação para ocupação da área, e no próximo capítulo serão apresentadas as táticas e performances e construções simbólicas, na ocupação e conquista da Cipó Cortado. As áreas requeridas pelo MST e STTR foram desafetadas pelo Programa Terra Legal e repassadas ao INCRA, contudo, apenas foi criado o Projeto de

Assentamento Cipó Cortado, requerido pelo MST, faltando ainda a parte ocupada pelo Sindicato.

3.4 A Desafetação da Área: oportunidade política

Conforme já explicitado anteriormente, a ocupação da fazenda Cipó Cortado foi feita a partir da organização de dois movimentos sociais do campo, o MST e o STTR de João Lisboa, movimentos esses que historicamente fazem a luta pela distribuição da terra na região, embora tenham ocupado o mesmo imóvel, existem diferenças nas formas de ação de cada movimento. Os movimentos citados fazem parte de redes maiores de organizações, o MST, possui as coordenações regionais, estaduais e nacionais, que se articulam com a Via Campesina, movimento transnacional. Já o STTR de João Lisboa e todos os STTRs do Maranhão fazem parte da FETAEMA, federação que congrega os sindicatos de trabalhadores rurais do Maranhão, que compõe a CONTAG, a confederação nacional.

Durante as entrevistas ficou latente as diferenças na atuação dos dois movimentos, conforme a fala do Sr. Jatobá (2022), liderança do acampamento do sindicato, “nossa relação com o pessoal do MST é de irmão, mas ‘não metemos a colher lá’ e nem eles aqui, ninguém opina na administração um do outro”. Embora, em momentos de articulação e cobrança de entidades externas como o INCRA, o governo do estado e o judiciário, eles fazem a luta conjunta. O sindicato mais por meio das lideranças, já o MST envolve grande número de famílias, como forma de pressionar os entes públicos. A coordenadora regional do MST fala sobre essas mobilizações:

Mas quase toda semana o povo da Cipó estava no INCRA, quase toda semana, no mínimo uma vez por mês, né, pra poder avançar. Isso foi muito importante, porque se não tivesse tido essas mobilizações, nós conseguimos ir pra Brasília fazer reunião com o Terra Legal em Brasília, nós conseguimos trazer várias vezes o ouvidor agrário para Imperatriz, nós fizemos várias denúncias, que era... o comando aqui da polícia era quase todo mês, a gente ia lá e fazia denúncia porque tinha os policiais de Senador La Rocque que iam lá, que o fazendeiro pedia pra ir, faziam ronda e ameaçavam o povo, e parava o povo na beira da estrada, o pessoal ficava esperando o ônibus, e o ônibus passava cinco horas da manhã, por ali, e era no horário que os caba lá ia atirar, era praticamente naquele horário ali, entre quatro a cinco horas da manhã, que eles ameaçavam invadir o acampamento (FERREIRA, 2022).

Como já posto anteriormente, a gleba Boca da Mata do Barreirão é banhada pelo rio Pindaré, em função disso, esta região ficou conhecida como região do

Pindaré, por isso Victor Asselin no livro “Grilagem: Corrupção e Violência em Terras do Carajás”, chamou de Grilo do Pindaré. Então, tanto o Sindicato quanto o MST sabiam da fragilidade ou mesmo ausência de documentos dessa área, o que motivou a ocupação por famílias sem terras, argumentando que a terra era da União, portanto pública.

Após anos de ocupação, surgiu uma janela de oportunidade, com a criação do Programa Terra Legal, através da Lei n.º 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. Essa Lei transferiu do INCRA para o MDA a competência para regularização fundiária na Amazônia Legal pelo prazo de 5 anos, prorrogáveis por igual período e visava dar mais celeridade no processo de regularização fundiária tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas. Contudo, para o “posseiro” ser regularizado precisa atender a uma série de dispositivos contidos na Lei, conforme abaixo:

Art. 5º Para regularização da ocupação, nos termos desta Lei, o ocupante e seu cônjuge ou companheiro deverão atender os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional;

III - praticar cultura efetiva;

IV - comprovar o exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anterior a 1º de dezembro de 2004; e

V - não ter sido beneficiado por programa de reforma agrária ou de regularização fundiária de área rural, ressalvadas as situações admitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

E, no caso dos candidatos a obterem os Títulos Definitivos da Fazenda Cipó Cortado, não atendiam, em especial os incisos, *III - praticar cultura efetiva e IV - comprovar o exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anterior a 1º de dezembro de 2004*; impossibilitando assim sua regularização. De início, os candidatos dividiram a Fazenda em várias áreas, com tamanho menor e preencheram cadastros no Programa Terra Legal objetivando a regularização, conforme a planta abaixo:

Imagem 10: Planta da Fazenda Cipó Cortado.



Fonte: INCRA

Contudo, durante a fiscalização pelos peritos federais agrários, das áreas pleiteadas, nos laudos, foi retratada a situação conflituosa da Fazenda, inclusive já ocupada por famílias sem-terras, desde o ano de 2006, além do que, o próprio INCRA já tinha manifestado interesse na área para fins de Reforma Agrária. Então, após uma série de negociações envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Programa Terra Legal, o INCRA, o MST e o STTR de João Lisboa e suas respectivas assessorias jurídicas, foi possível a afetação da área ao INCRA para fins de Reforma Agrária.

Na parte requerida pelo MST, de 2.778,6433 hectares, foi criado formalmente o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, atendendo 141 famílias formalmente cadastradas e homologadas, por meio da Portaria n.º 58, de 5 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, Edição n.º 222, seção 1, página 65, do dia 14 de novembro de 2013. Posteriormente, uma segunda parcela com área de 1.547,6919 hectares, da Cipó Cortado também foi afetada ao INCRA, visando atender ao STTR de João Lisboa/MA.

Nas entrevistas, perguntei a todos os interlocutores do PA Cipó Cortado, qual o dia mais feliz nesta luta, e as respostas variaram entre: o dia que receberam a notícia da desafetação da área, o dia que foram regularizados, o dia, que foi dito que a terra era nossa, quando foi criado o assentamento, o dia que recebi meu Contrato de Concessão de Uso com o INCRA. Alvim (2017, p. 17-18) fala sobre a importância do MST na conquista do PA Cipó Cortado:

No Assentamento Cipó Cortado, a articulação direta do MST, liderando a ocupação e organização dos camponeses fez com que mais rapidamente houvesse resultados positivos na conquista da propriedade. O movimento negocia diretamente com o Incra, prefeituras, governo e órgãos judiciais. Por ser o MST, o maior movimento social do país, a experiência da luta faz com que os assentados se sintam amparados pelas forças do movimento.

A parte da área ocupada pelo Sindicato encontra-se desafetada, mas por questões judiciais e burocráticas ainda não foi possível a regularização do Projeto de Assentamento pelo INCRA, embora as famílias tenham a posse e produzam na área. Inclusive, com melhoria em suas qualidades de vida, conforme o Sr. Jatobá (2022) descreve:

um ponto positivo, que muitos chegaram só com um saquinho nas costas, muitos companheiros passando fome(...) nunca tivemos apoio de Banco, mesmo assim estamos melhor do que quando entrou, cada um tem seu gadinho, cria porco, galinha (...) aqui, os irmãos, companheiros de lutas, 90% tem seu cavalo, moto, carro. A gente é grande produtor de leite, por a área ser toda de pastagem, aí fomos criar gado.

Imagem 11: Vila do acampamento do Sindicato.



Fonte: Acervo da autora (2022).

Mariana Nóbrega (2020, p. 96) fala sobre o significado da conquista da terra para os camponeses:

A resistência aqui pensada advém do cultivo firme e permanente do campesinato brasileiro em elaborar e desenvolver os seguintes princípios: Terra para a agricultura camponesa é local de viver e não de simples exploração; o espaço produtivo é, antes de qualquer coisa, o espaço de vida de toda a família e da comunidade, o espaço de trabalho, dos ritos, das festas, do lazer, da cultura, da arte, do meio ambiente, da própria vida.

Por último, vale ressaltar que criação do Programa Terra Legal, com autonomia administrativa para desafetar áreas da União irregularmente ocupadas, possibilitou que a Fazenda Cipó Cortado fosse destinada à Reforma Agrária, ou seja, o elemento conjuntural foi favorável ao atendimento das famílias sem-terras, contudo, seja necessário reforçar a importância da atuação dos movimentos sociais do campo para

atendimento da demanda, tanto MST quanto o STTR de João Lisboa, assim como de cada agente que arriscou sua vida na luta pela terra.

CAPÍTULO IV – TÁTICAS, PERFORMANCES E CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS NA OCUPAÇÃO DA FAZENDA CIPÓ CORTADO

“Arroz deu cacho e o feijão floriô, Milho na palha, coração cheio de amor,
Arroz deu cacho e o feijão floriô, Milho na palha, coração cheio de amor,
Povo sem-terra / Fez a luta pela terra,
Veja que não tem injustiça, E esse povo é de pegar,
Cabo de foice, Também cabo de enxada,
Pra poder fazer roçada, E o brasil se alimentar.
Arroz deu cacho e o feijão floriô, Milho na palha, coração cheio de amor,
Arroz deu cacho e o feijão floriô, Milho na palha, coração cheio de amor”.

(Canção do MST, Letra de Zé Pinto, cantada durante a entrevista do Sr. Buriti, 2022)

Conforme já partilhado nesta dissertação, a análise desta pesquisa, utiliza-se de categorias elaboradas pela teoria do confronto político para analisar ações coletivas, tais como repertórios, táticas, performances e construções simbólicas. Já adiantamos que a ocupação de terras faz parte do repertório de ações utilizadas por movimentos sociais do campo no Brasil, e que também foi utilizado tanto pelo grupo do MST, quanto do Sindicato de João Lisboa, na ocupação da Fazenda Cipó Cortado.

A partir de agora, apresento os resultados da pesquisa de campo, que se utilizou da história oral, objetivando “trazer à baila” repertórios, táticas, performances e construções simbólicas, que foram recolhidos a partir das narrativas dos meus interlocutores. A análise é inspirada na Teoria do Processo Político, na perspectiva relacional, onde novos elementos foram incorporados, dando ênfase na agência e criatividade dos sujeitos articulados com a estrutura, nas mobilizações sociais (ALONSO, BOTELHO, 2012).

O processo de ocupação passou por algumas etapas, conforme a seguir: organização das famílias através de reuniões nas cidades de João Lisboa e Senador La Rocque, a chegada e instalação do acampamento, a permanência e os conflitos no acampamento, a mudança do local do acampamento, a desafetação da área, a criação do assentamento Cipó Cortado. Então, de forma didática, vou seguir estas etapas buscando trazer uma melhor compreensão da constituição do acampamento e do assentamento na mobilização para a ocupação da fazenda Cipó Cortado.

4.1 “Trazia a sua Trainha, Traia Sem-Terra” - Chegada e Resistência no Acampamento Cipó Cortado.

Animadas, as famílias de trabalhadores rurais sem-terras foram motivadas a fazer a ocupação da Cipó Cortado, para isso foi realizado um planejamento da chegada e entrada na fazenda, garantindo minimamente a segurança das famílias. O MST busca a distribuição de terras através da reforma agrária, contudo para fazer suas ocupações, eles verificam alguns pré-requisitos e seguem alguns critérios, como: a ocupação de grandes propriedades improdutivas, de latifúndios; de terras públicas, griladas ou não; que cometam crimes ambientais e não respeitem as relações de trabalhos, inclusive com prática de trabalho escravo. E esta análise também foi realizada para a ocupação da Cipó Cortado.

Então, após o levantamento da situação da área da Cipó Cortado, a coordenação do movimento, avaliou que seria melhor não informar para onde estariam indo, porque se a informação vazasse, não conseguiriam adentrar na fazenda por conta da ofensiva do fazendeiro que tinha a posse da área e também porque ocorreriam desistências das famílias, por medo, porque a fama do Mineiro era conhecida, de ser muito valente e que tinha mantido aquelas terras por força da violência. Logo, já se verifica uma tática de silêncio, escolhida pelo MST, para atender aquela situação, conforme os relatos de Gilvânia Ferreira (2022) e do Sr. Buriti (2022):

sei que encheu os caminhões, e ali da região, tudo quanto era caminhão, acho que nós conseguimos ali da época fretar tudo quanto era caminhão pra ir pra ocupação, e a gente tinha muito cuidado de vazar que a gente ia ocupar a terra, porque nós tava acampado na beira da estrada, na frente dum assentamento, que tinha muita gente fofqueira ali também, né, pra levar... então assim, foi um negócio que a gente, nós chegamos com os caminhões, e dissemos assim, ninguém sabia da ocupação, chegamos com os caminhões e dissemos “olha gente, é agora, sobe e vamos simhora, quem ficou pra trás, chega depois”, nós não podia avisar, porque se avisasse... (FERREIRA, 2022)

[Foi do mesmo jeito da primeira], eles também, eles tem a cautela deles, né, eles não anuncia pra onde, nem quando, nem que dia, pra não ter aquela surpresa, né, eles sempre, os movimento, eles gosta de fazer aquela surpresa, mas eles sempre que eles, ou antecipa, ou adianta pra não ter a surpresa do outro lado, aí a gente veio, os companheiro...(BURITI, 2022).

O traslado foi feito durante noite, de caminhão, coincidindo com um dia chuvoso, todas as famílias foram orientadas a trazer “a sua trainha, traia sem-terra”, “era só as quatro panelinha e quatro colher, e uma lona preta” (Buriti, 2022), assim depois da entrada na fazenda, era o momento de levantar os barracos e organizar as moradias, algumas ocupadas por mais de uma família, por conta de parentesco. E

nestes primeiros dias, o MST manteve a coordenação no local, até as famílias obterem mais confiança e aprenderem de como deveria ser o comportamento de cada um, para o regular funcionamento do acampamento. O Sr^o, Buriti (2022) relata isso em sua fala:

Organizando como era, até porque se chegasse alguma polícia, uma coisa, quem era que sabia conversar? Eles, nós era analfabeto de pai e mãe, sabia nem pra onde começar, é por isso que hoje a gente agradece muito o MST, é por causa disso, porque nos primeiro momento, mais difícil, eles tava junto com a gente ali, quando chegava alguma represália, eles iam na frente perguntar o quê, ou porquê, e pra quê que tavam ali.

Outra tática aprendida e utilizada no acampamento, foi justamente, saber a hierarquia da equipe de polícia militar, pois era importante saber com quem falar, deveria sempre falar com o superior, porque os demais estavam ali como subordinados, para cumprirem ordens, ou seja, não tinha poder de decisão. O Sr^o. Anajá (2022) disse que já havia trabalhado na polícia durante um certo período, então ele já sabia como funcionava a organização da polícia militar, então este conhecimento facilitava o diálogo com a polícia, conforme ele relata abaixo:

No caso, a minha parte, seria a parte da estratégia, da estratégia em termo de a gente já teve, é... na vida militar, e a gente sabia como é o trabalho do, dos militares, né. Quem facilitava lá que a gente sabia quem era o soldado, quem era o cabo, quem era o capitão, quem era o tenente, quem era o coronel. Porque quando vem um trabalho numa equipe, não adianta você chegar e conversar com o soldado se tem um capitão, se tem um sargento, se tem um tenente, se tem um coronel, porque um capitão, você vai conversar com quem tem lá, a patente maior, que fica mais fácil de você resolver, porque eles tão vendo que você tá conhecendo o que é que tá acontecendo, né. Se eu for conversar com o soldado e o capitão tá do lado, ele já vai ver que você num tem conhecimento de quem é capitão, de quem é soldado, de quem é um sargento, de quem é o cabo (ANAJÁ, 2022).

Consoante os relatos, no primeiro momento não houve tentativa de retirada das famílias por parte do fazendeiro, com a utilização de capangas, pistoleiros, milícia armada, porque ele acreditava que iria fazer isso com a ajuda da polícia militar. Conforme a fala do Sr. Buriti (2022), “não, nos primeiros mês, eles num reagiram não, até acho que porquê eles tavam esperando pelo... pela oportunidade da polícia, né, eles num atacaram nós assim”.

No entanto, o fazendeiro fazia constantes denúncias para polícia, inclusive inventou uma estória de um roubo de gado e até de um sequestro, para tentar incriminar as famílias acampadas, e em um certo momento, ocorreu uma busca e

apreensão dentro do acampamento, a polícia chegou às 05:00 horas da manhã e revistou todas as moradias e todas as famílias, até levou uma pessoa presa. A Vânia do MST descreve sobre as orientações de precauções dada às famílias acampadas:

Eu sempre trabalhei em como evitar qualquer forma de violência, mas assim, a gente sempre sabe que a violência vem de lá para com os trabalhadores, não são os trabalhadores que são violentos, eles só se protegem. Então, assim, eu sempre tive muito cuidado nesse sentido, “olha gente, o mais importante é a vida”, na luta pela terra, nós lutamos é pela vida, né, então assim, 1 a menos nas nossas fileiras, é 1 a menos, e isso é prejudicial pra nossa luta, nós queremos sempre ter 1, 2, 3, 10, 100 a mais, não a menos (FERREIRA, 2022).

Então, a partir daí o fazendeiro começou a ameaçar, amedrontar as famílias diretamente, através das milícias armadas “[...] eles num entrava totalmente dentro do acampamento, mas assim em termos de, duzentos, trezentos metros, eles dava rajada de tiro, assim, de uma hora, duas horas de tiro, só amedrontando, eles mandando a gente embora [...]” (BURITI, 2022).

Eles usavam de má fé, é... tanto, né, que teve uma semana nós aqui em cima, eu acho que nos primeiros mês ainda, os conflitos tavam tão grande, que eu acho que o véi Elson endoidou, que tava com medo que nós tava avançando, que é o véi Elson que assumiu as terras nesse tempo aqui, aí ele ficou tão preocupado que ele pagava polícia, num sei como diabo é que ele fazia pra lá, mas eles vinham, né. Numa noite, o coronel Edeilson, que era o comandante do, do 3º Batalhão de Imperatriz, que só tinha ele nesse tempo, chegou com 5 viatura, aonde ele chegou aqui, ele chegou espantado ali na frente do acampamento, as famílias chegaram pra ver o que era que tava acontecendo, ele disse “cadê o... a pessoa que vocês sequestraram?”, aí nós fomos conversando com ele, né, lá a parte do fazendeiro disse que nós tinha pegado o filho do fazendeiro e sequestrado, e tava com ele aqui dentro do acampamento, de noite, ele saiu de noite, chegou 11 horas da noite aí com essas viatura, eu digo “não, isso aqui não aconteceu”, e começamos colocar, né, mas cê tá... então, praticamente muitas conversas verdadeira e muitas falsa eles passavam pra polícia, pra polícia poder acreditar, né. Mas foi um tempo difícil, mas funcionou, chegamos aqui. (ANAJÁ, 2022).

Observa-se que o fazendeiro tentou de forma incisiva, utilizar-se da estrutura da segurança pública do Estado para garantir uma posse de terras ocupada irregularmente, mas as famílias sem-terras tinham a informação de tratar-se de uma área pública da União, portanto argumentavam com os policiais sobre a não legalidade das ações de reintegração de posse, o que os colocava numa situação delicada, e acabavam desistindo da operação.

Durante a ocupação da Fazenda Cipó Cortado, várias ações de reintegração de posse foram ajuizadas na justiça estadual e concedidas, mesmo não sendo fórum

de competência da mesma, por ser área pública federal a competência é da Justiça Federal. Contudo, os fazendeiros mudavam o nome da propriedade, o nome dos proprietários e dividiram a fazenda, assim tentaram e conseguiram algumas vezes ludibriar a justiça. O juiz Marcelo Testa Baldochi, que respondia na época por Senador La Rocque, e segundo o Sr. Anajá (2022), era quem “tirando da polícia, a segunda pessoa que mais queria que nós saísse daqui, era o Marcelo Testa Baldochi [...] eu acho que no mesmo ano ele conseguiu mandar seis vezes a mesma reintegração, e não conseguia porque ela suspendia de novo, era suspensa.”

Só, mas nós tivemos muita dificuldade. Mas quando ele chegava, que a... é... no caso, as viaturas chegavam, traziam o ofício, aquele negócio todo, a gente praticamente, como eu disse, no começo a gente não ia conversar com soldado, a gente ia conversar com o capitão que viesse naquela, ou o tenente, ou o sargento, a gente dizia “sargento, o que é isso aqui sargento?”, conversava com ele, “ô, chefe, aqui é uma terra da União, não cabe ao município, não é competência do município trazer um documento de reintegração de posse, isso aqui de primeiro vocês tinha que... já foi encaminhado pro INCRA?”, “não, não sei dizer, eu tô só...”, eu digo “não, pois aí que eu tô dizendo pro senhor, que isso não cabe, mas você tá fazendo o seu trabalho”, então a gente levava na conversa, né, pelo menos pra ele entender que a gente já entendia um pouco, que aqui é uma terra federal, uma terra da União, um juiz de município, eu digo, [o Sr. Buriti] ainda dizia muitas vezes, quando chegava, dizia “ô, se chegar uma ordem judicial, uma reintegração do juiz federal aqui dentro, num precisa nem de polícia”, pro sargento ou capitão que tivesse lá, “nós sai um atrás do outro”, nós, “se chegar uma do juiz federal aqui, uma reintegração de posse, nós sai um atrás do outro, mas do Marcelo Testa, ele já não tá confiável”, então a gente ia levando já... porque tem militar que ele num, num, não tem aquela visão de todo mundo é um bicho, né, ele vê as consequências do que vai acontecer, porque ele via que a conversa que a gente passava, ele via segurança nas nossa, nas, nas palavras, né, se chegasse uma reintegração dum juiz, assinada dum juiz federal, então não tinha porquê, porque a terra era de competência da União Federal, e a gente saía um atrás do outro. Então eu acho que ajudou muito também nessa questão da gente conhecer a parte do conflito, né (ANAJÁ, 2022).

Em consulta aos arquivos do INCRA, que tratam sobre a Cipó Cortado, localizei três ações da Justiça Estadual do Maranhão, das comarcas de Senador La Rocque-MA e João Lisboa-MA, tratando sobre reintegração de posse propostas pelos grileiros da Cipó Cortado, em desfavor das famílias de trabalhadores rurais que ocupavam a fazenda, inclusive do juiz Marcelo Testa Baldochi, conforme documentos abaixo:

Imagem 12: Documento - Reintegração de Posse.

SECRETARIA JUDICIAL
COMARCA DE SEN. LA ROCQUE
FLS. 58

Autos n. 589/2007

REINTEGRATÓRIA DE PÓSSE. INCRA. ASSISTÊNCIA SIMPLES. NÃO COMPROVAÇÃO DO INTERESSE DA AUTARQUIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Conferida decisão liminar positiva na Ação de Reintegração de Posse promovida por Ambrosino Fidelis de Carvalho contra invasão do imóvel rural denominado Fazenda Cipó Cortado por Eurismar Oliveira e outros, pendente, somente o seu cumprimento, já deliberado.

2. Em apertada narrativa, o INCRA peticionou afirmando que além de ser proprietário do imóvel em questão, assiste-lhe decisão judicial, **ainda por cumprir**, garantindo a sua reintegração na posse, em ação corrente nas barras da Justiça Federal, contra o autor e outros.

3. Os documentos apontados pelo INCRA, senão meras cópias reprográficas alusivas a determinado processo, não emprestam efeito, diante da parca fundamentação constante de sua petição, para sedimentar **interesse jurídico qualificado** apto a permitir sua incursão na lide e deslocamento da competência (CPC arts. 47 c/c 56 c/c CF art. 106, I).

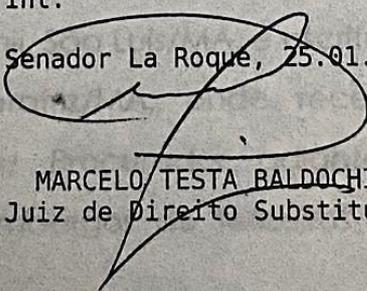
4. Incidência da "teoria objetiva da posse" adotada pelo Código Civil de 2002, a qual dispensa o **animus domini**.

5. Situação fática em que a posse do autor é disputada em relação a terceiros, não emergindo interesse direto ou mesmo reflexo do INCRA, conquanto relações jurídicas distintas, sem qualquer grau de dependência (CPC arts. 103, 104 e 301, pars. 1º, 2º e 3º).

6. Não sobrevindo comprovação de interesse jurídico, razoável manter a competência da Justiça Estadual.

Int.

Senador La Roque, 25.01.2008.



MARCELO TESTA BALDOCHI
Juiz de Direito Substituto

Fonte: INCRA

Imagem 13: Documento - Mandado de Intimação.


 ESTADO DO MARANHÃO
 PODER JUDICIÁRIO
 COMARCA DE SENADOR LA ROCQUE

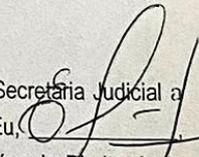
MANDADO DE INTIMAÇÃO

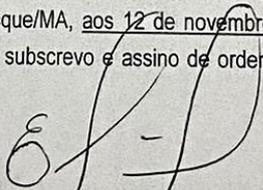
Processo n.º 352007
AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
 Requerente: AMBROSINO FIDELIS DE CARVALHO
 Requerido: EURISMAR OLIVEIRA e OUTROS

A Excelentíssima Senhora ANA BEATRIZ JORGE DE CARVALHO MAIA, MM. Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Senador La Rocque, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei, etc.

M A N D A o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça a quem este for distribuído, expedido nos autos supramencionado, que em cumprimento ao presente proceda a **INTIMAÇÃO de EURISMAR OLIVEIRA, e dos indivíduos conhecidos por EDINHO, JOELMA, MANOEL, ANTONIO JOSÉ, CARMELITA DO ANTONIO MACHADO**, que podem ser encontradas na FAZENDA ROLETE, situada na Gleba Boca da Mata Barreirão, neste município.

FINALIDADE: Para apresentar contra-razões ao recurso de apelação interposto pela parte autora (fls. 96/142), no prazo de 10 (dez) dias.

O que se CUMPRA nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Senador La Rocque/MA, aos 12 de novembro de 2008. Eu, 
 Secretário Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo e assino de ordem da MM. Juíza de Direito desta Comarca.


Edilberto Carvalho de Oliveira
 Secretário Judicial

Fórum Prof. Doroteu Soares Ribeiro
 Avenida Mota e Silva, nº 163, Centro, Senador La Rocque/MA, CEP 65.935-000
 Fone/Fax (99) 3537-1489

Fonte: INCRA

Imagem 14: Documento – Mandado de Reintegração de posse e Intimação e Citação.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA DA COMARCA DE JOÃO LISBOA
Forum de Cidade de João Lisboa/MA -
Endereço: Rua Tiradentes s/nº, Município João Lisboa/MA
CEP: 65622-000 Fone/FAX: (98) 3335-1033

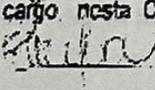
MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E INTIMAÇÃO E CITAÇÃO
Nº DO EXPEDIENTE: 3870308
Assistência Judiciária

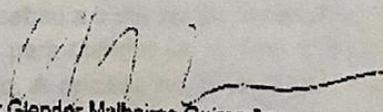
REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 1115-18.2011.8.10.0131
DENOMINAÇÃO: Reintegração de Posse
DATA DO AJUIZAMENTO: 24/06/2014 10:26:13
VALOR DA CAUSA EM R\$: 1000,00
PARTE(S) REQUERENTE(S): MARIA LEDILENE PORTELA DE AGUIAR, FIDELIS TEOTONIO DE CARVALHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DESCONHECIDOS - INTEGRANTES DO MOVIMENTO SEM TERRA
OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: GENALDO PEREIRA DINIZ JUNIOR

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Glender Malheiros Guimarães, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Comarca de João Lisboa, Estado do Maranhão.

M A N D A o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça a quem este for distribuído, que **REINTEGRE NA POSSE** na posse do imóvel denominado CIPÓ CORTADO, localizado no município de João Lisboa-MA, a(s) parte(s) requerente(s), **MARIA LEDILENE PORTELA DE AGUIAR e FIDELIS TEOTONIO DE CARVALHO**, intimando-se e citando a(s) PARTE(s) requerida(s), **DESCONHECIDOS - INTEGRANTES DO MOVIMENTO SEM TERRA**, tomar conhecimento da decisão proferida nos autos, bem como, para, querendo, apresentar contestação no prazo legal de 15 (quinze) dias.

ANEXOS: Cópias da petição inicial e da decisão de fls. 500-502.

O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta Cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão, aos 07 de outubro de 2014. Eu,
 Terezinha Pereira da Silva, Secretário(a) Judicial o fiz digitar e conferi.


Juiz Glender Malheiros Guimarães
Titular da 1ª Vara

Fonte: INCRA

Então, verifica-se que tanto o movimento dos trabalhadores sem-terra quanto dos fazendeiros, utilizaram das oportunidades e ameaças para agirem, buscando barganhar aliados. Importante também frisar, que os ativistas podem também escolher agir em arenas nas quais esperam que suas táticas sejam mais efetivas (PEREIRA E

SILVA, 2020, P. 624). Na arena jurídica, para os fazendeiros, a justiça estadual era a arena mais promissora, isso durante dois mandatos (2009-2014), da então governadora Roseana Sarney. Já para os camponeses, a justiça federal era mais favorável, principalmente por consultar o INCRA sobre a manifestação de interesse no processo, e assim permitir que o órgão intervenha no feito através de sua Procuradoria Federal Especializada, buscando garantir a Reforma Agrária.

Além da esfera jurídica, outras instituições eram consideradas aliadas dos acampados da Cipó Cortado, como a Ouvidoria Agrária Nacional do INCRA - OAN, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Secretaria de Direitos Humanos foram demandadas a atuarem no caso. O anexo I, desta dissertação, contém Ata da 346 Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, em 02/05/2012, presidida pelo Ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho, na Sede da Unidade do INCRA de Imperatriz. Na audiência foram reunidas diversas instituições objetivando uma resolução para o conflito da Cipó Cortado, inclusive o compromisso do coordenador do Programa Terra Legal no Maranhão de dar continuidade aos processos de desafetação da área.

Nos arquivos do INCRA também localizei o despacho abaixo, onde o Juiz corregedor Marlón Jacinto Reis, suspende reintegração de posse da Cipó Cortado, classificando como “medida extrema”. Depreende-se que após a reunião da OAN, os atos na justiça estadual foram revistos, embora mesmo após o Projeto de Assentamento criado em 2014, ainda tenha havido ações de reintegração de posse, conforme a Ação proposta por Maria Ledilene Portela de Aguiar, documento acima.



Despejo do acampamento Cipó Cortado é suspenso

Escrito por Administrator | 04 Dezembro 2012

www.VinteEpo.br

DESPACHO

Acabo de assumir a presidência deste feito, designado que fui pela Corregedoria Geral da Justiça para, desde o dia de ontem, responder cumulativamente por esta Comarca até a chegada do seu novo titular. Deparo-me com estes autos, onde adotada medida extrema, que pela forma como vazadas a petição inicial e o ato decisório imediatamente proferido por meu antecessor, sequer me dá segurança quanto ao número e a condição dos afetados. E sabido que as medidas liminares em ações possessórias demandam, para o seu deferimento, análise de aspectos não apenas jurídicos, mas igualmente institucionais e sociais. Há que se ponderar, igualmente, sobre os riscos inerentes ao cumprimento de medidas tão extremas, especialmente à míngua de maiores informações sobre o que de fato representam as expressões "e outros" e "outros incertos e desconhecidos". Se estou agora no comando da marcha deste feito, devo admitir que sou por ele o maior responsável desde agora. Daí que - para não me comportar como o naufrago na "Balsa da Medusa", magistralmente retratada a óleo por Théodore Géricault - considero mais do que prudente determinar a imediata suspensão do cumprimento da medida de tutela possessória prolatada neste feito. Determino, por isso, à Secretaria Judicial, proceda o imediato recolhimento de todos os mandados e expeça os ofícios necessários à desmobilização do aparato estatal eventualmente mobilizado para dar cumprimento à sentença de fls. 220/224, cuja execução fica suspensa até análise mais acurada por parte deste Juízo. Após o cumprimento da determinação supra, proceda a Secretaria Judicial a imediata conclusão dos autos. Senador La Rocque (MA), 4 de dezembro de 2012.

MÁRLON JACINTO REIS Juiz de Direito Resp: 150813

Fonte: INCRA

Observa-se que existia um contra-movimento por parte dos fazendeiros, que, inclusive, formaram uma associação para retirar as famílias da Cipó Cortado, combinando táticas, tanto buscando a via judicial, quanto a via da violência direta e simbólica. Os capangas não chegaram a adentrar no acampamento, mas faziam ameaças diretas e veladas, além dos tiros. As famílias relataram que o maior medo era quando precisavam sair pelas estradas, porque com a coletividade era mais difícil serem atacados, então sempre mudavam a rota das viagens.

É, e dentro do acampamento, é... apesar de ser só dois fio que a gente tinha como muro, mas a gente tinha a segurança de dizer que ninguém entrava, porque eles tinha a preocupação, se eles entrasse pra cá, não era só uma, duas pessoas, todo mundo ia só numa voz só, que aqui era uma terra de todos, não uma terra de um. Então a gente tinha essa discussão, e a polícia sabia disso, a tendência dela era isso, pegou nas estradas, ou pegou em um lugar que dava de fazer, dava certo. É tanto, que eles vieram muitas vezes, né, fazer barreira nas proximidades, quando não era dum lado era do outro, e a gente conseguia acabar com esse trabalho deles, porque tinha muito lugar pra eles fazer as barreiras, porque que eles vinham fazer simplesmente ao redor dos acampamento? E aí, o pessoal nosso, é... do MST que ficavam na cidade, eles começaram, continuavam com a discussão política lá fora e conseguia lá com o ministério público, com o defensor público, e suspendia aquele trabalho porque eles tavam numa área de conflito, e o conflito só ia aumentar naquela região que as viaturas tavam, é quando a gente fastava mais um pouco, mas não deixavam de ficar nas proximidades, eles viam pelo Amarante, aí dormir lá no, nas, nas fazendas, ia pro batedor, quando eles topava os companheiro daqui, eles humilhavam, xingava, diziam muitas coisas, tem muitos relatos aí nos processos, de senhor de idade, que eles diziam muita coisa, que era ladrão, que era não sei o quê, (...) mas não tinha um julgamento que condenava ele como ladrão, né, e a gente também sabia nas audiência que todo mundo dizia, lá é uma terra pública, então as audiências colocava a gente num patamar, dizer que o direito do fazendeiro era também o direito do sem-terra que tava lá ocupando junto, e isso dava força porque a gente sabia o que tava acontecendo (ANAJÁ, 2022).

E também utilizavam a tática de não informar quem era liderança, todos eram, então as falas tinham que ser para todo o grupo, conforme o relato do Srº. Buriti (2022), Rapaz, a liderança aqui, a gente protegia assim, porque se chegasse algo que a gente não conhecesse, que chegasse e perguntasse “quem é a liderança?”, aí dizia “rapaz, a liderança aqui somos todos nós”, só era essa, ninguém indicava nome a dedo, “ah fulano é líder”, não, a gente dizia assim, “a liderança se você quiser conversar a gente reúne o povo e você conversa com o povo, que a liderança aqui é esse povo aí”. Era só assim (BURITI, 2022)

Portanto, o maior medo da polícia era nas blitz, nas estradas, porque no acampamento tinha uma cerca de apenas duas linhas, mas todos eram um, e eram muitas pessoas, não havia indicação de liderança, justamente para protegê-los.

4.2 A permanência e os conflitos no acampamento

Imagem 16: Mística em comemoração à criação do Assentamento Cipó Cortado.



Fonte: Acervo da Associação do Projeto de Assentamento Cipó Cortado (2013).

Com o passar dos anos, já em 2009, os conflitos externos permaneciam e os conflitos internos se agravavam tanto na área ocupada pelo MST, quanto na organizada pelo Sindicato. Já haviam ocorrido clivagens internas dos grupos. Em função principalmente da demora dos procedimentos de desafetação da área e criação do assentamento, isso foi corroendo as esperanças e minando as relações dos acampados. As lideranças relataram que observaram que as famílias acampadas, estavam simplesmente trabalhando para os fazendeiros da região. Era assim, “a gente viveu sempre trabalhando no que é dos outros, trabalhando pros outros, né, porque quando a gente trabalha no que é dos outros, tá trabalhando pros outro” (BURITI, 2022).

Então, era necessário restaurar a unidade do acampamento pela própria sobrevivência do mesmo, porque até o fazendeiro já aceitava os trabalhadores lá dentro. Ele mesmo disse “não, deixa eles lá na beira do brejo que lá eles vão se acabar

lá mesmo, porque lá não tem nada lá, é só um pedacinho, e eles não tá empatando nós trabalhar, então, deixa eles lá, lá eles” (BURITI, 2022). Até a coordenação regional do MST estava sendo hostilizada quando visitava o acampamento, e algumas pessoas não estavam seguindo as regras do movimento. Conforme narra o Sr. Anajá (2022), a seguir:

Então, as, as normas, os regulamentos do que era colocado nos grupos de família, começava de vez em quando sendo quebrado, porque, é... pra se organizar um acampamento, nós tínhamos lá as coordenação e os grupos de família onde todos discutia as normas, as leis que iam funcionar, mas começou se diferenciar porque, é... algumas situações que ia diz “olha, o regulamento, as norma que nós mesmo aprovamos, você quebrou, então você não pertence mais aqui”, então aquela pessoa disse “não, mas daqui eu não vou sair”. Aí a gente viu que ali ia perdendo força porque aquele que dizia que não ia sair, mas ele tinha apoio de quatro, cinco lá dentro, começou já ficar um, uma discussão, um conflito, e aí chegou ao ponto que o MST não tinha mais aquela, aquele domínio na organização, cresceram lá dentro, pessoas, vamos dizer, lá dentro eles começaram a ter mais força, porque ele conseguia trazer a cachaça, ele já botou um comércio lá, já puxou o povo pro lado dele, e aí ele animava o que o povo mais queria, o que mais queriam no lugar, além da terra que era o sonho de todos, mas eles queriam coisas do momento, que era a diversão, né, já queria, aí começou a fazer o grupo, aí teve um apoio.

Logo, o próprio movimento se posicionou: “olha, se não a gente não tem, é... como falar mais a discussão dos grupos de família não ter mais voz, eu acho que o MST não cabe mais aqui” Anajá (2022). Assim, o MST se afastou por receio de enfrentar algum tipo de problema com a segurança de seus militantes que ajudavam na organização da ocupação, porque algumas pessoas de dentro do acampamento tinha muita proximidade com os fazendeiros, por trabalharem para eles.

Neste momento, como uma luz no fim do túnel, surgiu uma reunião em Brasília, o Encontro Nacional do MST, em 2009, e apenas duas pessoas se disponibilizaram a ir, o Sr. Anajá e o Sr. Buriti. Lá tiveram contato com pessoas do MST de todo país, ouviram suas lutas, suas vitórias e receberam uma injeção de ânimo para continuar. Os mesmos disseram que a fala do João Pedro Stédile foi marcante e inspiradora, motivando-os a continuar. Então, já no retorno para casa, começaram a traçar estratégias de como organizar o acampamento. O Sr. Anajá (2022), fala sobre o Encontro:

Apareceu um, um encontro nacional em Brasília, aonde pra você ver como tava tão defasado o assentamento que só eu e mais outra pessoa foi, né, que foi o [Sr. Buriti] nós aceitamos ir pra Brasília pra esse encontro nacional, né, foi lá esse ano deu mais de 5 mil pessoas, mas quando nós chegueмо nesse encontro, a gente viu a força que era o MST. Muita gente, e a discussão era

diferente do que a gente tava vendo naquele momento dentro do nosso assentamento, a gente se motivou, né, nesse encontro em dizer assim “não, nós vamos voltar pra dentro do acampamento, e discutir com as pessoas o que é que eles querem mesmo, e ver quem realmente ainda quer alguma coisa”.

Nesta mesma ocasião, eles participaram de uma reunião com a coordenadora nacional do Programa Terra Legal, Programa responsável pela destinação de terras da União ao INCRA para fins de Reforma Agrária, e a mesma repassou as informações do andamento dos processos, e esta fala também os motivou bastante a se organizarem e se fortalecerem novamente, conforme a seguir:

A Shirlei [a então coordenadora nacional do Programa Terra Legal] Eea disse “a área lá é da União, o que é que tem que ter, lá tem que ter uma organização pra que... isso não é hoje ou amanhã não, porque tem um determinado tempo, é longa a história” (BURITI, 2022).

As duas lideranças aproveitaram para se aproximar no percurso de volta e já pensaram nas táticas de reorganização do acampamento, a primeira delas seria a mudança de local, primeiro porque era um local que alagava muito, a Sra. Cocuri (2022) fala sobre as dificuldades: “É, e também não ficava muito na beira do brejo, porque quando era no inverno, lá alagava tudo, ficava os barraco cheio d’água, tem vez que a gente levantava a água tava dando na cintura, nera? Era uma luta grande”. E segundo, porque as lideranças avaliaram que tinha que adentrar mais a fazenda, parar de se esconder, plantar na beira da estrada, e também lá recomeçar a organização. Para isso, começaram a organizar reuniões. “E aí a gente voltou naquele entusiasmo, eu mais ele, a gente reuniu lá, fez a reuniãozinha, onde nós fumo surpreendido, nós só fomo doze companheiro lá, nessa reunião, só que nós celebremo, e aí passemos e o pessoal lá depois”(BURITI, 2022).

Nas reuniões seguintes foram aumentando o número de participantes, foram colocadas e discutidas as condições para estar incluído, ou seja, cumprir com os regulamentos propostos nas assembleias e orientados pelo MST. Até que chegou o momento de ir se mudando gradualmente, não construindo um acampamento com moradias bem próximas, mas uma agrovila, com lotes de tamanho significativo, onde cada um poderia ter seu quintal produtivo, com frutíferas, hortaliças e pequenos animais, como a criação de porcos e galinhas.

aí a gente subiu, esses três, começamos a demarcar as ruazinha, e já começaram a fazer o barraco deles, onde tinha um companheiro que tinha

um boi, uma carroça de boi lá, era quem puxava o material, aí disse “mas lá não entra, siô”, aí o companheiro disse “entra, moço”, cortou a cerca, né, que os sem-terra tem essa hábito também, de não pular, faz é cortar. Aí, entrou, aí... quando, isso de falar, que... se a gente for voltar atrás um pouquinho, nos sofrimento de liminar de despejo né, que foram muitos, acho que chegou bem uns dez liminar de despejo e bem uns quatro proibitório (BURITI,2022).

Imagem 17: Reunião no Acampamento Cipó Cortado.



Fonte: Acervo da Associação do Projeto de Assentamento Cipó Cortado (2012).

O local escolhido foi próximo da sede da fazenda, na beira da estrada que liga os povoados Centro do Toinho ao Batedouro. Não tinha água, nem energia, mas mesmo assim as famílias acreditaram que daria certo e foram se mudando, conforme abaixo:

E aí como a gente sempre colocou todos os tempos, sempre Deus na frente da discussão e foi aparecendo as janelas e a gente acabou vindo pra cá. Quando nós batemos aqui em cima, aí muitos, né, que ainda estavam lá na dúvida, que viu que lá não ia funcionar mesmo, aí começou a também acompanhar o grupo, né. A gente lembra que tinha aqueles mais... mais a favor do lado lá, mas foi com a discussão do pessoal ir saindo mesmo, foi... ele se sentiu num, num momento de dizer, não, eu tenho que ir pra lá também (ANAJÁ, 2022).

A partir da mudança do local do acampamento, as ameaças pioraram, “quando a gente subiu, né, que a gente fez o acampamento já em forma de assentamento, a gente sofreu mais ameaças. Aí era direto, os trabalhadores armados do fazendeiro, e a própria polícia, contra nós” (Buriti, 2022). Em razão disso foi realizada uma reunião com o Secretário de Segurança do Estado, em São Luís, e ele propôs colocar dois policiais para fazer a segurança dos trabalhadores, mas eles não aceitaram, argumentando que: “senhor, nós não vamo ficar com o nosso inimigo lá no nosso asseiro não, que lá quem mais nos ofende, é a própria polícia”, “mas como assim?”, eu digo “com ameaça, companheiro, e lá dentro, com baderna lá dentro vinte e quatro horas, com os próprios jagunços” (BURITI,2022).

Em seguida, ocorreram reuniões com a Ouvidoria Agrária do INCRA, com a presença do Delegado Agrário Regional, o que resultou na diminuição das ameaças e conflitos na região. A estrutura do acampamento foi melhorando com a ligação da energia e utilização da água do poço que já existia na fazenda. A Sede foi utilizada para instalação da escola e local de realização das assembleias.

Imagem 18: Escola do Projeto de Assentamento Cipó Cortado.



Fonte: Acervo da autora (2022).

Neste ponto, vale destacar que duas táticas foram fundamentais para a continuidade do acampamento e posterior destinação da área para assentamento: a participação no Encontro Nacional do MST em Brasília, o que provocou um despertar nas lideranças participantes e a reunião com a coordenadora nacional do Terra Legal, que deu esperanças quantos aos processos de desafetação. Como resultado desses eventos ocorreu a mudança do local do acampamento e a reorganização dentro dos princípios do MST.

Imagem 19: Atividade de comemoração da criação do Projeto de Assentamento Cipó Cortado.



Fonte: Acervo da Associação do Projeto de Assentamento Cipó Cortado (2013).

Vale ainda destacar, que ocorreu um novo momento de revigoração junto ao MST, isso pode ser visto pelas imagens das fotos acima, em 2012 e 2013. Praticamente todos os acampados que aparecem nas fotografias estão com a camisa e o boné, símbolos do movimento. Passando a mensagem de união e fortalecimento do MST dentro do acampamento, propagando-se no âmbito estadual e nacional a coesão do grupo em prol da conquista da Fazenda Cipó Cortado.

4.3 Mulheres, Músicas e Foguetes: performances na luta pela terra

Imagem 20: Mística em comemoração à criação do Assentamento Cipó Cortado.



Fonte: Acervo da Associação do Projeto de Assentamento Cipó Cortado (2013).

Durante a minha pesquisa de campo, escolhi algumas interlocutoras mulheres, por compreender que somos calcados em uma estrutura social desigual, e, portanto precisamos tomar partido, então as mulheres naquele contexto foram fundamentais para luta e conquista da terra, e elas enquanto protagonistas têm muito a nos contar. As minhas informantes, conforme já descrito na introdução, foram a Sra. Aroeira, residente na parte da Cipó Cortado, ocupada pelo sindicato de João Lisboa, e as Sras. Murici, Cocuri e Cajazeira, assentadas do PA Cipó Cortado, parte do imóvel ocupado pelo MST. Além das acampadas e assentadas, também realizei entrevista semiestruturada com a coordenadora regional do MST, Gilvania Ferreira, pessoa chave do MST, na luta pela terra na região.

E, como diz o ditado popular “quem canta os males espanta”, no acampamento do MST foi montada uma banda, de nome “peleja, mas não vai”, que animava as noites e dissipava as tensões da luta. Outro ponto que merece destaque é a utilização

de foguetes para transmitir mensagens simbólicas a toda comunidade, inclusive, códigos de alerta de perigo e insegurança. Portanto, neste subtítulo serão esmiuçadas as performances das mulheres, assim como as músicas e os foguetes como elementos simbólicos que marcaram a vivência coletiva no acampamento.

4.3.1 “Nunca nem pensei que eu tinha coragem de lutar o tanto que eu lutei”: Mulheres

Imagem 21: Mulheres do Assentamento Cipó Cortado preparando a decoração da festa junina.



Fonte: Acervo da autora (2022).

A fala que abre este tópico é da senhora Cocuri, uma assentada, que foi em busca de uma terra para trabalhar, com os três filhos ainda pequenos e teve que enfrentar uma série de adversidades para cuidar dos mesmos, em um acampamento sem infraestrutura mínima e numa situação de intensa tensão e insegurança, seu esposo tinha que trabalhar fora de diarista para mantê-los. A senhora Cocuri contou, que:

[Meu marido] porque ele veio pra fazer a barraca, depois ele veio pra brocar a roça, aí eu fiquei tomando de conta da roça com esses dois menino pequeno, aí pense num sofrimento, subir a ladeira com saco de feijão na cabeça, a menina no colo e o meninozin com outras coisa na cabeça atrás, era muita... era muita luta na época (COCURI, 2022).

Como já posto, o acampamento era organizado em grupos de 10 famílias, inclusive nas atividades de vigilância e as mulheres também realizavam esta tarefa, Dona Cocuri disse: “sempre tinha a vigília, sempre ficava, quando não era homem, era homem, mulher, tudo vigiando, à noite, de dia, era o tempo todo. A gente... a gente ficava muito tempo vigiando”. Isso foi também relatado pela coordenadora regional do MST, Gilvânia Ferreira (2022), sobre o papel de destaque das mulheres da Cipó Cortado, na luta pela terra, conforme abaixo:

Eu acho, assim, em relação a Cipó, tem um momento assim, muito fantástico, que é a luta das mulheres. As mulheres na Cipó, elas cumpriram assim um papel extraordinário na luta pela terra, é... teve um momento que a... a polícia foi lá pra fazer o despejo, lá no acampamento, os homens saíram, né, todos foram... senão eles seriam presos lá, na... era um monte de nome dos homens tudinho lá, não tinha o nome das mulheres, e foram as mulheres que recepcionaram a polícia, e elas ficaram lá, trancaram a estrada, era as mulheres e as crianças que trancaram lá a estrada, e a polícia não conseguiu despejar não, voltaram, “não, lá só tem mulher com menino, vamos despejar não” (risos), foi assim, esse dia foi muito extraordinário, né, aí tivemos... aí... assim, aí eles fizeram um relatório, né, a polícia, “olha, não tem como, lá só tinham mulheres e crianças, e a gente não ia derrubar as casas”, e aí colocaram tudo na situação, aí vai outras negocia... outros processos de negociação.

O enfrentamento do latifúndio, de um grileiro, no caso da Cipó Cortado, para a conquista de um pedaço de terra, era um sonho não apenas dos homens, mas também das mulheres, conforme o depoimento da Sra. Murici, “é na verdade, o, o... sempre, sempre tive um sonho de, de possuir uma terra pra mim plantar, pra mim ter o meu, o meu, minha própria terra pra mim cultivar, plantar, morar nela. Isso sempre foi meu sonho”. Mulheres que eram exploradas em fazendas, nos trabalhos de arrendamento, “morar em terra dos outros, e sempre que a gente botava uma, uma roça, tinha que dividir alimentação, e não era bom”. Mulheres trabalhadoras rurais, que já possuía esta tradição em suas linhagens:

Sim, minha mãe sempre foi, minha mãe é da roça, quebradeira de coco, e... e eu fui criada na roça, antes deu vir pra cá, eu morava aqui em Senador La Rocque, aí surgiu essa fala de ocupação. E eu tava, na época eu tava arrumada pra ir aventurar nos garimpo pra poder comprar uma terra pra mim. Pra mim deixar de trabalhar na terra dos outro. Aí surgiu essa ocupação e eu

resolvi vir, porque era meu sonho, é... possuir uma terra, então resolvi vir e tô aqui até hoje (risos) (MURICI, 2022).

Mulheres, mães, traduzem em suas narrativas, em seus corpos, marcas de resistência, física, psicológica e social. Dona Murici (2022), diz, que quando chegou no acampamento, não tinha ainda feito o barraco, “inclusive eu dormi com uma rede atada dum toco pra outro toco, com a lona por cima, e a chuva a noite toda”. As mães tinham que cuidar de seus filhos, “mais rapaz, menina, e eu que tinha que correr com menino era nas costas”, “era dentro dum saco, igual índio”, “andava com três mamadeira dele cheia de mingau, num sabia a hora que ia voltar pra casa, pra se esconder dentro do mato, medo ó”.

Portanto, merece destaque a performance dessas mulheres na proteção e segurança do acampamento e dos seus homens, as mesmas tomavam a linha de frente, contra os ataques de pistoleiros e da própria polícia, conscientes do poder simbólico do gênero feminino naquele contexto, uma vez que seria imoral para eles, confrontar com mulheres e crianças. “Tinha, tinha, a gente, às vez, vigiava junto com os homens, quando dizia assim, viu um bucado de gente, que vinha pra... pra matar nós, os homens ó, capava o gato pro mato, e as muier quem ficava na barreira, a noite todinha” (CAJAZEIRA, 2022).

É, eram muitas casas, muita gente, e assim, quando as crianças das mulheres trancaram lá, a estrada, não passava ninguém e a polícia lá e tudo, menino, foi assim, e aí eles não entravam, e aí o acampamento ele era cercado também, não entrava qualquer... eles fizeram uma organização lá que não entrava qualquer pessoa no acampamento, eles tinham todo um controle, né, de quem entrava, e a polícia ficou assim, eles tinham só criança e mulher lá, vamo... vai dar problema, e as mulher é mais valente do que os homens (risos), acho que isso foi um momento assim muito importante, né (FERREIRA, 2022).

Dona Cajazeira é a cozinheira oficial do acampamento, então, quando há necessidade de cozinhar para muitas pessoas, nos eventos, nas ocupações, ela é quem cozinha, disse que cozinha desde os 8 anos de idade e que sente um imenso prazer em cozinhar para muita gente. A mesma, foi empregada doméstica por muitos anos e babá, contudo jamais pensa em voltar para aquelas atividades, hoje ela tem a terra, tem a casa, “nesse caso aí, eu me, eu posso dizer que eu sou orgulhosa que eu dentro da minha terra, [...] e o meu sonho, é eu tirar meus dias de vida dentro do meu lote.”

Desse jeito, eu, eu falei, dando a entrevista lá, a mulher disse “mas eu sei que essa comida tá muito gostosa, porque daqui tá cheirando” eu digo “mas se você quiser comer, pode vir aqui que já tem arroz cozido, tem carne passada, tem carne cozinhada, tem feijão”, essa mulher “pois bota um pouquinho numa bacia pra mim”, eu botava, ela “rapaz, mas a senhora cozinha bem, eu acho que eu vou é lhe contratar pra você ir lá pra minha casa”, eu digo “nunquinha” (risos) (CAJAZEIRA, 2022).

Imagem 22: Mulheres do Assentamento Cipó Cortado participando de atividade de formação.



Fonte: Acervo da Associação do Projeto de Assentamento Cipó Cortado (2013).

As mulheres da Cipó Cortado acreditaram em um sonho e persistiram, durante a pesquisa de campo, vivenciei em vários momentos a integração daquela comunidade, com laços de solidariedade, como na organização da festa junina que ocorre todo ano, na escola, desde a montagem do cenário, com elementos da própria natureza, a confecção das vestimentas, a preparação das comidas e bebidas para serem vendidas na festa, os serviços de penteados nos cabelos das meninas e maquiagem, inclusive, ajudei a maquiagem uma brincante.

Imagem 23: Apresentação de quadrilha na festa junina do Assentamento Cipó Cortado.



Fonte: Acervo da autora (2022).

Nas atividades externas do MST, as mulheres da Cipó Cortado, estão sempre presentes, conforme abaixo:

E um outro momento, assim, que eu vejo, da companheirada, o tempo inteiro, muita mobilização, sempre muito atento nas lutas, né, nas atividades que tem aqui, no... é... luta das mulheres, dia 08 de março, sempre com a participação das mulheres lá, 17 de Abril né, que é o dia internacional de luta camponesa, então, assim, eles sempre tiveram muito ativos em todas as mobilizações, então isso tem uma consciência, um potencial, político muito grande, em meio a tantas contradições, mas um potencial muito grande da Cipó Cortado, né, e é uma referência de assentamento aqui na região (FERREIRA, 2022).

Ainda sobre este ponto, a performance definida por Tilly como inovação nas ações dos movimentos sociais, recebem atenção nos contextos microinterativos, pelos estudiosos James Jasper e Ron Eyerman, os quais ativistas dramática e criativamente põem em prática suas táticas, e em determinado momento agregam ao repertório de ação daquele movimento social (PEREIRA E SILVA, 2020), no caso das mulheres da cipó cortado, tomar a frente da segurança do acampamento, foi uma inovação que ganhou significado para o grupo e foi incorporado às táticas de resistências ali utilizadas.

4.3.2 “A banda pelega mais não vai”: Músicas

Imagem 24: Apresentação na Escola do Assentamento Cipó Cortado, os alunos do ensino fundamental cantaram três hinos.



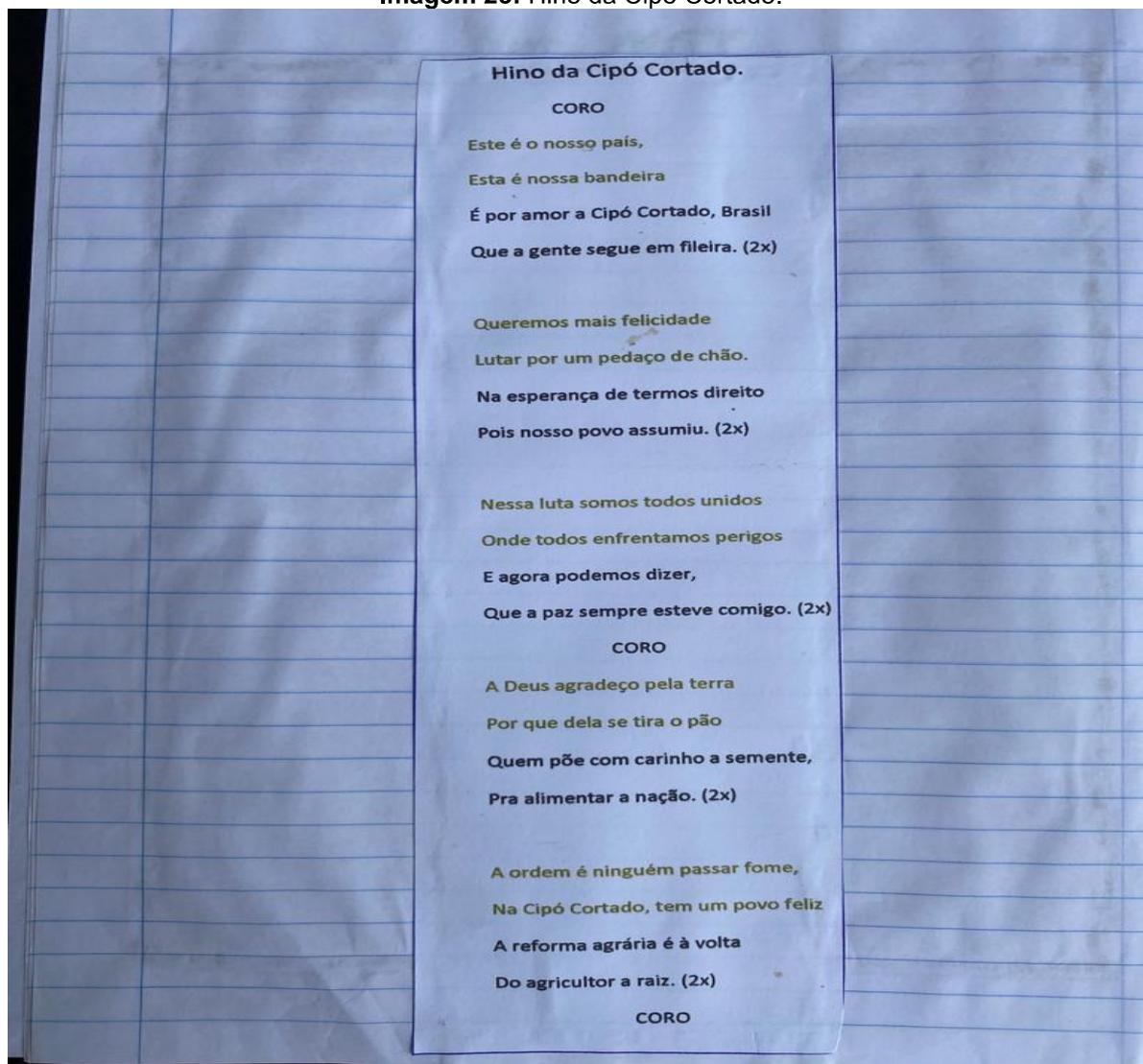
Fonte: Acervo da autora (2022).

Um dos momentos mais emocionantes durante a pesquisa de campo, foi quando fui visitar a escola do assentamento, no dia 21 de maio de 2022, era o horário matutino, horário que as crianças das primeiras séries do ensino fundamental estudam, elas cantaram três hinos para me receber, o hino da Cipó Cortado, o hino do Município de João Lisboa e o hino do Brasil. A organização me impressionou, todos em fila, do maior para o menor, ao sair da sala e ao se posicionar para cantar, assim com a energia empreendida no canto. Percebi que os valores de coletividade ali também são cultivados, o hino da Cipó fala do passado, do presente e do futuro, portanto marca a história de resistência daquela comunidade.

O hino do assentamento, é uma paródia da composição de Zé Pinto, “Ordem e progresso”, traz na sua letra a mensagem de luta pela terra, de resistência e de esperança. E a música é um elemento simbólico dos movimentos sociais, sejam como denúncia de problemas sociais, sejam como cobrança de suas demandas, sejam de sugestões de melhorias. Os movimentos sociais do campo, historicamente, se utilizam

de cânticos para animar a luta. A seguir, apresento o hino da Cipó Cortado, um elemento simbólico de coesão e identidade daquela comunidade:

Imagem 25: Hino da Cipó Cortado.



Fonte: Registro realizado pela autora, em visita a escola, em 21/05/2022.

A música também serviu para animar as noites de luta no acampamento, quando ocorreu a ocupação, foram se reunindo aqueles que sabiam tocar um instrumento. O Sr. Buriti (2022) narra como foi a formação da banda “peleja mais não vai”, “eu, na realidade, eu sempre gostei dum violão, aí a gente, quando eu... pra onde eu fui eu levei ele, aí nesses decorrer dos espaços, [...] um aparecia com um pandeiro, outro tocava sanfona, outros tocava teclado, outros, né... outros cantava, triângulo”. A música ajudava a dissipar a pressão e o medo, conforme abaixo:

Daí, a gente foi se reunindo aí na época não tinha energia, não tinha nada, era só tristeza, rapaz quer saber duma coisa, aí a gente começou, a noitezinha a gente pegava, um pegava o violão, outro pegava o pandeiro, outro o tambor, aí a gente arrojava, aí... animava mais, porque assim, quando a gente tava cantando, lá brincando, o pessoal se distraía mais, tirava aquela [pressão] (BURITI, 2022).

“Arroz deu cacho e o feijão floriô, Milho na palha, coração cheio de amor, Arroz deu cacho e o feijão floriô, Milho na palha, coração cheio de amor, Povo sem-terra / Fez a luta pela terra, Veja que não tem injustiça, E esse povo é de pegar, Cabo de foice, Também cabo de enxada, Pra poder fazer roçada, E o Brasil se alimentar”. A epígrafe que abre este capítulo é uma das canções que a banda “peleja mais não vai” cantava, e que o Senhor Buriti cantou durante a entrevista. A mesma exalta a luta pela terra, o trabalho na agricultura, a resiliência no combate às injustiças, a alegria de uma boa colheita para alimentar o Brasil. Portanto, reproduz os valores que os movimentos sociais do campo acreditam, seguem e propagam.

Conforme já citado anteriormente, o MST surge como um movimento de luta pela terra, para reforma agrária, visando atender as famílias sem-terra. No entanto, ao longo do tempo vai agregando outros objetivos, como a educação, a cultura, a alimentação saudável e a agroecologia. A partir de 1996, a sociedade passou a ter outra visão do movimento, “que era um movimento social, que não era só luta pela terra, mas luta pela educação, luta pelas políticas sociais que possam chegar em todas as comunidades, pela produção de alimentos, pela questão cultura” Ferreira (2022). O MST passa a produzir muitos CDs, muitas músicas, conforme abaixo:

O MST começou a produzir músicas, né, muitas músicas da luta, é... construir essa cultura, né, resgatar e reconstruir, construir também, né, essa cultura que a gente tem um... um campo cultural muito vasto, né, muito rico, que a gente precisava explorar, então, assim, o MST produz CDs nessa época, né, então as músicas do movimento chega nas universidades, nas comunidades rurais, mas também nas urbanas, na periferia, né, do Brasil, então assim, é um período que... eu digo assim, de 96, né, é um marco muito importante, né, onde o MST e a questão da reforma agrária no Brasil tomam uma dimensão significativa, né (FERREIRA, 2022).

Além das músicas, outro elemento de incentivo a persistência das famílias acampadas foi a fé em Deus, em muitas entrevistas, nas narrativas, estava presente a religiosidade. No assentamento tem dois prédios, das igrejas católica e da assembleia de Deus. No entanto, desde o início da ocupação, as celebrações religiosas já estavam presentes:

Sim, na, na, na época lá, tinha um companheiro nosso, que ele era religioso, né, na assembleia de Deus, e ele sempre, ele... ele ajudava, assim, no termo de alimentar os companheiro lá, que tinha uns também que era evangélico lá dentro, e eles celebrava o... a doutrina deles, nera, que era da assembleia de Deus, e quanto a nós que era os católico, a gente só reunia e rezava o pai-nosso, ave-maria, a gente sempre celebrou, todas das vezes, todas das vezes que a gente ia fazer uma reunião, como ainda hoje tem esse símbolo, a gente sempre bota Deus em primeiro lugar. A gente reza o pai-nosso, né, que é o que ele deixou, aí todo mundo religioso mesmo, os crentes, rezava junto com a gente também (BURITI, 2022).

Imagem 26: Igreja Católica do Assentamento Cipó Cortado.



Fonte: Acervo da autora (2022).

Portanto, os elementos simbólicos como a música e a religião, são utilizados como elo de coesão social daquele grupo.

4.3.3 Foguetes

Assim como descrito por Francisco Julião sobre as ligas camponesas, a tática de utilização da literatura de cordel para fazer a conscientização da luta contra os latifúndios, visto que há alta porcentagem de analfabetos entre a população rural, códigos são utilizados pelos movimentos sociais do campo como táticas de resistência. No caso da Cipó Cortado, é emblemática a utilização de foguetes para

transmissão de mensagens para o grupo. A dona Cocuri (2022), fala sobre isso: “É porque a gente já ficava de sobreaviso, se tinha um foguete é porque tava vindo a polícia, tava vindo alguém, alguém que vinha pro nosso acampamento, aí a gente tinha que ficar atento”. O Sr. Buriti (2022) explica como funcionava o código:

É assim, porque quando as coisas não era muito grave, era só uma reuniãozinha, ou alguma coisa qualquer, era um foguete, explodia era de dentro do assent... do acampamento, aí o foguete comia, a gente tinha que vir, da roça, tudo, porque tinha a hora marcada pra gente ter aquela reunião, dois foguete, tinha passado viatura na zona, três foguete a viatura tava dentro, aí o caba já tinha que vir com mais... porque assim, a gente...

Os interlocutores narraram que diversas vezes foram surpreendidos com os foguetes durante a noite, “rapaz, se a gente for contar, só se for num computador, muita das vez, a gente estava era dormindo, com pouco a taboca zoava nos foguete, era dez, doze viatura, reberando o assentamento, o acampamento”. Os foguetes serviam para informar uma situação que merecia atenção, cuidado.

Era, aí o cara já vinha com mais cautela lá, porque podia, porque assim, o terceiro, às vezes você que tava vindo de dentro, de fora pra dentro, você podia ser repreendido pela polícia, taca, alguma coisa parecida, né, porque às vezes você vinha da roça, vinha com um facão, uma foice, eles pensava que já era ameaça pra eles, aí a gente já vinha com mais cautela (BURITI, 2022).

Os códigos são apreendidos pelo grupo e caso se consiga incorporar o mesmo, passa-se a utilizá-lo. No caso dos foguetes, é uma tática já utilizada pelos movimentos sociais do campo, como sinal de alerta, e os acampados da Cipó Cortado incluíram nas suas performances de resistência. Mesmo depois do assentamento criado, os foguetes ainda são utilizados para informar que haverá uma reunião e que todos precisarão estar presentes.

Imagem 27: Atividade de formação de juventude no Assentamento Cipó Cortado.



Fonte: Acervo da Associação do Projeto de Assentamento Cipó Cortado (2015).

Os próprios objetos de trabalho na agricultura, como a enxada, a foice, o machado, a catana e o facão também são usados nas místicas, nas marchas dos movimentos sociais do campo. E nesses atos, como marchar em fileiras, gestos como levantar o punho, entoar canções, levantar bandeiras, carregar cartazes, constroem imagens que dão visibilidade às demandas dos movimentos sociais. Portanto, o grupo social deixa sua inscrição, sua identidade, através do próprio corpo e elementos simbólicos, através das performances realizadas. Isso remete aos estudos de Mauss e Bourdieu que afirmam que o corpo carrega sinais do grupo. Bourdieu (apud SUFICIER, 2021, p.895) aponta “o habitus como social inscrito no corpo, isto é, aquilo que será visto pelo outro, sua postura, sua linguagem, suas roupas, também compreende a incorporação da visão do outro sobre si”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os repertórios dos movimentos sociais do campo, na ocupação da Fazenda Cipó Cortado não se encerra por aqui. É um campo vasto e extremamente rico de informações, entremeado por várias áreas do conhecimento. Por conta disso, realizei algumas escolhas, segui um caminho, em detrimento de outros, para compreensão da problemática proposta neste trabalho.

Quanto à questão central proposta neste trabalho, quais os repertórios, táticas e performances dos movimentos sociais do campo, na ocupação da fazenda Cipó Cortado? conforme já esmiuçado na introdução, utilizei da metodologia da história oral, objetivando resgatar as memórias de agentes participantes da ocupação, assim como entrevistas com lideranças, pesquisas em arquivos do INCRA e bibliográfica, para atender a esta questão. E encontrei, a ocupação como um repertório, em consonância com a Teoria do Confronto Político, utilizado pelo MST e STTR de João Lisboa, nas disputas pelas terras da Fazenda Cipó Cortado.

Além do repertório de ocupação, verifiquei táticas e performances, que garantiram a manutenção das famílias nos acampamentos da Cipó Cortado, que enumero a seguir: a) Manter sigilo sobre o local, dia e horário da ocupação, pelas lideranças. Passar informações das ações a serem realizadas com datas diferentes das divulgadas, para não vazarem informações; b) Saber a hierarquia da equipe da polícia, para saber com quem falar, falar com o superior; c) Ter as informações sobre a área para explicar para a polícia, que as reintegrações de posses eram ilegítimas, porque se tratava de uma área da união e que, portanto, não era competência da justiça estadual atuar no caso; c) Não indicar quem eram as lideranças, para protegê-los. d) Mudança do local do acampamento, adentrando mais a fazenda; e) Participação do Encontro Nacional do MST em Brasília; O MST e STTR de João Lisboa, fazendo a discussão política externamente, fazendo f) denúncias na Defensoria Pública, no Ministério Público, na Secretaria de Direitos Humanos do Estado, na Ouvidoria Agrária do INCRA. g) Mulheres na frente da luta; h) Utilização de foguetes como meio de comunicação; i) Animação nas noites do acampamento com músicas e celebrações religiosas.

Em contraposição às táticas e performances das famílias sem-terra, os fazendeiros também fizeram o contra-movimento, durante a pesquisa identifiquei as

seguintes ações: parcelamento da fazenda na tentativa de descaracterizá-la; ações e obtenção de sentenças judiciais na justiça estadual; associação de fazendeiros visando retirar as famílias acampadas; propagação na região, que os acampados eram famílias “invasoras”; utilização de milícia, jagunços e da própria polícia para ameaçar e amedrontar as famílias sem-terra; denúncias para polícia militar inverídicas sobre os acampados, como o caso de sequestro e roubo de gado.

Durante a pesquisa também foi observado que a Criação do Programa Terra Legal gerou uma oportunidade política, ou seja, ocorreu uma alteração na conjuntura, na estrutura do estado brasileiro, que possibilitou a desafetação da Fazenda Cipó Cortado. Embora, ainda haja demandas para regularização de parte da área.

Quanto à atuação do MST e STTR de João Lisboa na ocupação e permanência na Cipó Cortado, há elementos que os aproxima, como a utilização do repertório de ocupação, e outros muitos divergentes, sobretudo quanto a táticas e performances. E neste ponto, assumo que meu trabalho se direcionou mais para o MST, por conta de inúmeras questões como a dificuldade de me deslocar para a área do Sindicato. A fazenda ocupada pelo MST já é um Projeto de Assentamento regularizado pelo INCRA, com as famílias cadastradas, com acesso a créditos de fomento e habitação. A parte do Sindicato está desafetada, mas ainda não foi criado o assentamento, as famílias ainda não estão regularizadas. Não posso afirmar, não me aprofundi neste ponto, até por não ser o objetivo deste trabalho, se a atuação do MST contribuiu para a formalização mais rápida do assentamento, porque o processo envolve muitas questões de ordem legal, ou se a inércia do INCRA contribuiu para isso.

A utilização da história oral como metodologia na pesquisa de campo me possibilitou acesso a uma imensidão de dados, informações sobre a vida daquelas famílias, daquelas comunidades. Assim como, dos processos de ocupação de terras desta região, marcados por injustiças, grilagem, expropriação dos pequenos agricultores, exploração da mão de obra de forma compulsória, violência, assassinatos. Inclusive, determinadas informações não serão tornadas públicas por conta da minha responsabilidade ética enquanto pesquisadora e segurança dos meus pesquisados.

E apesar das agruras passadas por aqueles que conhecemos como sem-terra, presente em suas narrativas, um elemento crucial para a ocupação de uma fazenda,

observado em todas as entrevistas, para ficar acampado em condições precárias, foi acreditar que iriam ocorrer melhorias em suas vidas. Conforme Sigaud (apud ROSA, 2010), algumas famílias sem-terra acreditam que a garantia de um futuro melhor passa pela lona preta. Ainda, segundo esta autora, a lona preta passa a fazer parte de um repertório dos possíveis para “melhorar de vida”, figurando como mais uma alternativa dentro de um horizonte de possibilidades.

E por último retorno a metáfora do cesto, citada na introdução, ao longo da pesquisa fui colhendo dados, informações, buscando fazer conexões, para compreensão dos movimentos sociais do campo desta região. E foi possível identificar e apresentar um apanhado das lutas por terra e cidadania, perseguidos pelos movimentos MST e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que historicamente tem enfrentado estas batalhas na fronteira amazônica, em especial o caso da Fazenda Cipó Cortado. E neste sentido, este trabalho se apresenta como uma contribuição, para esta região, para a comunidade pesquisada, para os movimentos sociais do campo, para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – PPGS – UFMA e para as ciências sociais. Carreguei o cesto e sementes foram lançadas pelo caminho, que encontrem terreno fértil em novos trabalhos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela, As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, nº.76: 49-86, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 out.2022.

_____. Repertório, Segundo Charles Tilly: História de um conceito, **sociologia&antropologia**, v.02.03: 21 – 41, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300021. Acesso em:15 out.2022.

_____. BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. **Sociologia & antropologia**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, june 2012. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752012v231>.

ALVIM, João Paulo Vieira, **Conflitos Sociais Contemporâneos no Campo Maranhense: Formação territorial e organização do espaço no assentamento Cipó Cortado em João Lisboa**. 2017. Disponível em <http://hdl.handle.net/123456789/3447>. Acesso em: 15 out.2022.

ANDRADE, Manuel Correia, **As Tentativas de Organização das Massas Rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo**. In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/Movimentos Sociais no Campo: a trama da construção conjunta de uma política no Maranhão**. 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1294>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ASSELIN, Víctor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz: Ética, 2009.

AQUINO, Rubem Santos Leão de. **Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 19 (53), 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/742>. Acesso em: 15 out.2022.

BEZERRA, Edmilson Rosa, **A Territorialidade Camponesa: Os centros agrícolas como um lugar de integração ao capital. Gleba Boca da Mata / Barreirão no Município de João Lisboa (1950-1987)**. 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7690>. Acesso em: 15 out.2022.

BLUMER, Herbert. Preconceito de raça como sentido de posição de grupo. Trad. de Benno Victor Warken Alves e Paulo de Tarso Medeiros Valério. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.20.1, 2013, pp.145-154.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. A Miséria Do Mundo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANCO, Samantha Castelo. História Oral: reflexões sobre aplicações e Implicações. **Revista Novos Rumos Sociológicos** | vol. 8, no 13 | Jan/Jul/2020.

BRASIL. Presidência da República. **Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição**. Organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Coordenador: Gilney Amorim Viana. Brasília. 2013.

_____. Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11952-25-junho-2009-589064-publicacaooriginal-113965-pl.html> Acesso em: 13 de setembro de 2022.

BRINGEL, Breno. Com, Contra e Para Além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações Coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & antropologia**, v.02.03: 43 – 67, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v2n3/2238-3875-sant-02-03-0043.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. ECHART, Enara. **Movimentos Sociais e Democracia: os dois lados das fronteiras**. Caderno CRH, 2008. Disponível em: [file:///home/veronica/Downloads/18991-Texto%20do%20Artigo-64403-1-10-20090304%20\(1\).pdf](file:///home/veronica/Downloads/18991-Texto%20do%20Artigo-64403-1-10-20090304%20(1).pdf). Acesso em: mai.2022.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

CARNEIRO, Jonatha Farias. **Inserção camponesa na cadeia produtiva do leite na microrregião de Imperatriz-MA: entre a autonomia e a subordinação**. 2022. 242 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

CARNEIRO, Marcelo S. **Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. Crítica Social e Responsabilização Empresarial: Análise das Estratégias para a Legitimação da Produção Siderúrgica na Amazônia Oriental. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.53, p. 323-336, Maio/Ago.2008.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. Imperatriz: Ética, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em Arquivos**. 1º. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. 21 ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde - a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

FERNANDES, Cláudio. **"O que foi a República Velha?"**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-republica-velha.htm>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em Busca de Um Elo**, 2ª. ed. Imperatriz: Ética, 2000.

FERREIRA, Gilvânia. **O Caráter Político-Pedagógico Da Luta Pela Terra: A Experiência Do Acampamento Cipó Cortado – Senador La Rocque (Ma)**. 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/215017/silva_gf_me_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 12 de Jun/2022.

FILHO, Alan Kardec Gomes Pachêco. **Varando Mundos: navegação no Vale do rio Grajaú (Tese de Doutorado)**. Programa de Pós-graduação em História. Niterói-RJ: UFF, 2011. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2011_Alan_Kardec_Pacheco.pdf. Acessado em 05 de jul.2021.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética. 2008.

FRENCH, John D. **Afogados em Leis: Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileira CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**, 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf. Acesso em 27 jun. 2019.

GULLAR, Ferreira. **Corpo a corpo com a linguagem**. Florianópolis: Editora UEPG, 1997.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3.ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KERVALT, Marcelo. Funrural, reforma agrária e segurança no campo: olhar do governo se volta para o agro. **GZH – Campo e Lavoura**, 18 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2019/01/funrural-reforma-agraria-e-seguranca-no-campo-olhar-do-governo-se-volta-para-o-agro-cjr0zcxm301v601ukca6yddau.html>. Acesso em: 12 de agosto de 2022.

KHOURY, Yara Aun. O diálogo na construção de solidariedades na luta por democracia. In: **História Oral: diálogos com a obra de Alessandro Portelli no Brasil**. SALES E FREITAS, Telma Bessa, Antonio Jerfson Lins (Organizadores). Sobral - CE: Sertão Cult, 2021.

LANGARO, Jiani Fernando. Espaço, Região e História Social. **Revista Percursos-NEMO**. Maringá, v. 1, n. 1 , p. 23-48, 2009.

LIMA, Regina Celia Costa. **Por caminhos de terra e de tinta: a trajetória de Carlota Carvalho, uma escritora nos sertões maranhenses (séculos XIX e XX)**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9850>. Acesso em: 25jun.2021.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de Barraco** (in) Greves , Acampamentos e Outras Formas De Mobilização Social: O legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológico**, n. 32. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>. Acesso em: 04 jul.2021.

MAINARDES, Jefferson. Pesquisa etnográfica: elementos essenciais. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Pesquisa Social: Reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 99-124

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **O cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2021.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Rejane. **Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST)-TO**: trajetória de organização e formação política. (Tese) UFG. 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7991>. Acesso em: Jun. 2022.

MELO, Rúrion. Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea, **Revista Brasileira de Ciência Política**, no15. Brasília, setembro - dezembro de 2014.

NOBRE, Marcos. “**Reconstrução em dois níveis**: um aspecto do modelo crítico de Axel Honneth”, em MELO, Rúrion (org.). A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva. 2013.

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Geografias das resistências**: batalhas camponesas do século XXI nas Regiões do Bico do Papagaio e Cerrados Sul Maranhenses. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020. 223 p.

OLIVEIRA, Wilson J. F. de. **Antropologia, Política e Etnografia**: entre fronteiras disciplinares e problemas empíricos (no prelo). In: A favor da etnografia. PERISSINOTTO, R. M. CODATO, A. Metodologia do Estudo de Elites, 2013.

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro, RelumeDumará, 1995.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Movimento Social**: Uma análise cultural dos repertórios individuais e coletivos. XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil. 04 a 07 de setembro de 2012 UFPI, Teresina –PI. Disponível em <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT30-22.pdf>. Acesso 12 out.2021.

_____. **Ditadura Militar e Direitos Humanos em São Luís-MA**: Ritos e bases de uma organização de defesa de direitos. Disponível em: www.historiaoral.org.br/.../8/1397476332_ARQUIVO_Paper-JesusMarmanillo.pdf. Acesso em 27 jun.2019.

PEREIRA E SILVA, Matheus Mazzilli, Camila Farias da. Movimentos Sociais em Ação: repertórios, escolhas táticas e performances. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, Mai./Ago 2020.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, nº14, fev. 1997. p.25-39.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e PINTO, Céli Regina Jardim (org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROSA, Marcelo Carvalho (organizador). **Greves , Acampamentos e Outras Formas De Mobilização Social: O legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais**. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2010.

SANTOS, José Murilo. **Bandeiras Verdes**. [Filme/16mm – reprodução vídeo]. Produção de Aída Marques. Direção de Murilo Santos. São Luís, 1988. 16mm, 30 min. Color.son. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Olu2Wk-pm2E> . Acessado em: 08jun2021.

_____. **Fronteiras: a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense/ José Murilo, Maristela de Paula Andrade**. São Luís: EDUFMA, 2019.

SANTOS, Raimundo. O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. **Diálogos Latino-americanos**, núm. 19, 2012, pp. 119-145, Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16229034005>. Acesso em: Jun.2021.

_____. **A construção da identidade sertaneja maranhense**. Curitiba: CRV, 2017.

_____. **O Projeto Grande Carajás e a cultura extrativista no Maranhão**. Novas Edições Acadêmicas. 2019. 1º. Edição.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

Sem-terra acampam em parque no Maranhão. **Folha On-line**. São Luís, 14 de outubro 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fof/pol/px040539.htm> Acesso em: 11 de setembro 2022.

SILVA, Daniel Neves. "Guerra Fria"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/guerra-fria.htm> . Acesso em 22 de julho de 2022.

SILVA, Felipe Maia Guimarães. Fronteira, Questão Agrária e Modernização: Revisitando Weber, Turner e Lênin. **Raízes**, v.33, n.1, jan-jun / 2012.

SIVIERO, Jéssica. **Uma nova safra de proprietários rurais?** O caso dos investimentos da Universidade de Harvard em recursos naturais no Brasil. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1ª. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SUFICIER, Darbi Masson. A Noção Bourdieusiana de Hexis Corporal em Teses e Dissertações Brasileiras. **Estud. sociol.** Araraquara v.26 n.51 p.895-914 jul.-dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br>. Acesso em: 18 fev.2022.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento:** Movimentos Sociais e Confronto Político, tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=19158>. Acesso em 03 jul. 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História Oral. 3.ed. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005 [1943].

ANEXO: Ata da 346ª Reunião da Comissão Nacional de Combate a Violência no Campo.



Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ouvidoria Agrária Nacional
SBN, quadra 01, Edifício Palácio do Desenvolvimento,
9º andar, sala 921, CEP 70057-900, Asa Norte - DF
Telefones (61) 2020.0904/0906 e fax (61) 2020.0525/0526

ATA DA 346ª REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA NO CAMPO, PRESIDIDA PELO OUVIDOR AGRÁRIO NACIONAL, DESEMBARGADOR GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO, NA SEDE DA UNIDADE AVANÇADA DO INCRA DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, NO DIA 02 DE MAIO DE 2012, ÀS 10 HORAS, QUANDO FICOU CONSIGNADO O SEGUINTE:

1. O coordenador do programa Terra Legal de São Luís, doutor Jowberth Frank Alves da Silva, esclareceu que a fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa, é constituída de área pública federal, dentro da gleba Boca da Mata/Barreirão, e encontra-se registrada em nome da União.
2. O coordenador do programa Terra Legal de São Luís, doutor Jowberth Frank Alves da Silva, esclareceu que o Programa Terra Legal fez levantamento em toda área da fazenda Cipó Cortado, quando localizou duas áreas com títulos de domínio expedidos pelo Estado do Maranhão, em nome de Vanderlei Milhomem e Antônio, conhecido como "Toinho", irmãos de Fideles.
3. O coordenador do programa Terra Legal, doutor Jowberth Frank Alves da Silva, disse que cadastrou 11 ocupantes (Augusto Milhomem Mota; Sumika de Abreu Mota; Ivone Lima de Oliveira; Veríssimo Milhomem Mota; Arnaud Milhomem Mota; Rui Milhomem Mota; Paula Sabrina Milhomem; Farilde Barros Lima; Leila Barros Lima Alves; Evandro Barros Lima; Leyvison Medrado Lima; Antônio Alves de Sousa), com pretensão de regularização das áreas que ocupam na fazenda Cipó Cortado, no município de João Lisboa, de acordo com a Lei 11.952/09.
4. O coordenador do programa Terra Legal de São Luís, doutor Jowberth Frank Alves da Silva, disse que os trabalhadores rurais sem-terras, ligados o MST, ocupam o lote 09, com área de 2.849 hectares, localizado na fazenda Cipó Cortado, cuja área não tem processo de regularização em tramitação no Programa Terra Legal.
5. O coordenador do programa Terra Legal de São Luís, doutor Jowberth Frank Alves da Silva, disse que o Incra pode criar projeto de assentamento no lote 09, com área de 2.849 hectares, localizado na fazenda Cipó

C:\Danielle Sampaio\Atas\2012\SR.12\Ata de reunião 02.05.12, às 10 horas, na sede do Incra_fazendas Cipó Cortado e Lote 7 (346 CNVC)

*Esclarecimento
Sobre a
fazenda*

CSA

[Handwritten signatures and initials]



Cortado, para fins de reforma agrária, cuja área não tem processo de regularização em tramitação no Programa Terra Legal.

6. A coordenadora do MST em Imperatriz, senhora Gilvania Ferreira da Silva, esclareceu que para assentar as 150 famílias de trabalhadores rurais sem-terras, ligadas ao MST, interessadas na fazenda Cipó Cortado, é necessário que o Incra disponibilize os lotes 09, 10 e 11, situados na mencionada área.
7. A coordenadora do MST em Imperatriz, senhora Gilvania Ferreira da Silva, esclareceu que os pretendentes à regularização fundiária dos lotes 01, 02, 03, 10 e 11, situados na fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa, não preenchem os requisitos da Lei 11.952, haja vista que são empresários e têm outras propriedades rurais.
8. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, acolhendo sugestão da coordenadora do MST em Imperatriz, senhora Gilvania Ferreira da Silva, oficiará comunicando ao Programa Terra Legal em São Luís que os pretendentes à regularização fundiária dos lotes 01, 02, 03, 10 e 11, situados na fazenda Cipó Cortado, não preenchem os requisitos da Lei 11.952, haja vista que são empresários e têm outras propriedades rurais.
9. O dirigente do MST em Imperatriz, senhor Lázaro Alves Ferreira, disse que policiais militares de Senador La Roque, sem mandado judicial, estão andando no lote 09, situado na fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa, com a finalidade de intimidar e amedrontar os trabalhadores rurais sem-terras, ligados ao MST, que se encontram acampados na mencionada área.
10. A coordenadora do MST em Imperatriz, senhora Gilvania Ferreira da Silva, disse que acredita que a ação da polícia militar, conforme descrito no item anterior, se dá em relação ao mandado de reintegração de posse do lote 09, situado na fazenda Cipó Cortado, cuja liminar ainda não foi cumprida.
11. A procuradora federal do Incra de Imperatriz, doutora Virginia Silva B. Portela, disse que o ingresso do Incra na ação de reintegração de posse da fazenda Cipó Cortado foi indeferido. Desta forma, o Incra interpôs o agravo de instrumento junto ao Tribunal de Justiça, que apresenta o Incra como agravante, sendo que a liminar está em vigor, e em poder da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão para cumprimento.
12. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, assumiu compromisso de remeter cópias desta ata ao Ministério Público Estadual (doutor Marco Aurélio Ramos Fonseca) e ao Ministério Público

C:\Danielle Sampaio\Atas\2012\SR.12\Ata de reunião 02.05.12, às 10 horas, na sede do Incra_fazendas Cipó Cortado e Lote 7 (346 CNVC)

CFD

[Handwritten signature]

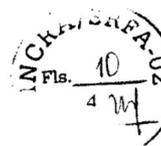
[Handwritten signature]



Federal de Imperatriz (doutor Flauberth Martins Alves), para adoção das medidas cabíveis e aplicáveis ao caso, no que se refere à possível atuação ilegal de policiais militares na fazenda Cipó Cortado.

13. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, acolhendo sugestão do superintendente regional do Incra, doutor José Inácio Sodré Rodrigues, assumiu compromisso de remeter cópia desta ata à Secretaria de Segurança Pública e ao 3º Batalhão da Polícia Militar de Imperatriz, haja vista que o mandado de reintegração de posse referente à área em tela se encontram em poder da Polícia Militar para cumprimento.
14. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, assumiu compromisso de encaminhar cópia desta ata ao desembargador relator do agravo de instrumento interposto pelo Incra no bojo da ação de reintegração de posse da fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa, com a finalidade de subsidiar a decisão que será prolatada no bojo do recurso interposto pelo Incra, cujos dados serão remetidos à Ouvidoria Agrária Nacional pela procuradora federal do Incra de Imperatriz, doutora Virginia.
15. A ouvidora agrária regional do Incra, doutora Lucélia Karla Costa Moura, disse que os juízes estaduais não ouvem o Incra no bojo de processos possessórios que envolvem áreas da União. Desta forma, pediu atuação do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, no que se refere à atuação dos juízes estaduais.
16. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, disse que o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão baixou provimento no sentido de os juízes ouvirem o Incra, o Iterma, o Ministério Público Estadual e a Ouvidoria Agrária Nacional, antes de deferir pedidos formulados no bojo de ações possessórias coletivas envolvendo imóveis rurais que se encontram ocupados por trabalhadores rurais sem-terras que demandam providências do Incra e do Iterma para a execução do programa de reforma agrária no Estado do Maranhão.
17. O representante da procuradora-geral de justiça, doutor Marco Aurélio Ramos Fonseca, disse que o Ministério Público Estadual deve intervir em ações envolvendo posse rural coletiva. Contudo, os casos concretos não chegam ao conhecimento do Ministério Público. Desta forma, pediu que os trabalhadores rurais sem-terras entrem em contato com o Ministério Público, possibilitando, assim, a agilização na atuação do MP nos feitos possessórios.

CIX



- Emp*
18. O procurador da República de Imperatriz, doutor Flaubert Martins Alves, disse que em ações possessórias não se discute o domínio e sim a posse. Desta forma, sugeriu que a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo reitere pedido do cumprimento do provimento expedido pelo Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no sentido de os juízes ouvirem o Incra, o Itema, o Ministério Público Estadual e a Ouvidoria Agrária Nacional, antes de deferir pedidos formulados no bojo de ações possessórias coletivas envolvendo imóveis rurais que se encontram ocupados por trabalhadores rurais sem-terras que demandam providências do Incra e do Itema para a execução do programa de reforma agrária no Estado do Maranhão, haja vista que se o Incra manifestar interesse nos feitos possibilitará ao juiz federal julgar o ingresso do Incra nos mencionados feitos.
 19. O representante da procuradora-geral de justiça, doutor Marco Aurélio Ramos Fonseca, registrou que a procuradora-geral de justiça, acolhendo pedido da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, encaminhou, ao Colégio de Procuradores, proposta de criação de Promotoria de Justiça Agrária, com atribuição em todo o Estado do Maranhão.
 20. O coordenador do programa Terra Legal de São Luís, doutor Jowberth Frank Alves da Silva, esclareceu que o Programa Terra Legal vai ingressar imediatamente com processo de retomada do lote 09, localizado na fazenda Cipó Cortado, o qual, embora não tenha pedido de regularização fundiária perante o Programa Terra Legal, tem ocupante, além dos trabalhadores rurais sem-terras, ligados ao MST, que se encontram acampados no local.
 21. O superintendente regional do Incra, doutor José Inácio Sodré Rodrigues, acolhendo sugestão do coordenador do programa Terra Legal de São Luís, doutor Jowberth Frank Alves da Silva, esclareceu que o Incra, depois que o Programa Terra Legal lhe destinar o lote 09, situado na fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa, criará um projeto de assentamento no local, com a finalidade de assentar trabalhadores rurais sem-terras, ligados ao MST, que se encontram acampados na mencionada área, desde que preencham os requisitos exigidos pela legislação agrária.
 22. O superintendente regional do Incra, doutor José Inácio Sodré Rodrigues, acolhendo sugestão do coordenador do programa Terra Legal de São Luís, doutor Jowberth Frank Alves da Silva, esclareceu que o Incra, depois que o Programa Terra Legal lhe destinar os lotes 10 e 11, situados na fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa, criará um projeto de assentamento no local, com a finalidade de assentar trabalhadores rurais sem-terras, ligados ao MST, que se encontram acampados na mencionada área, desde que preencham os requisitos exigidos pela legislação agrária.



23. Os trabalhadores rurais sem-terras, ligados ao MST, representados nesta reunião pelos coordenadores Gilvânia Ferreira da Silva e Lázaro Alves Ferreira, esclareceram que concordam com a proposta formulada pelo superintendente regional do Incra, doutor José Inácio Sodré Rodrigues, no sentido de criar, depois que o Programa Terra Legal lhe destinar os lotes 09, 10 e 11, situados na fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa, dois projetos de assentamento no local, sendo um no lote 09 e outro nos lotes 10 e 11.
24. O coordenador do programa Terra Legal de São Luís, doutor Jowberth Frank Alves da Silva, esclareceu que após a conclusão das vistorias nas grandes posses na fazenda Cipó Cortado, ingressará com ação judicial de reintegração de posse contra grandes posseiros que ocupam o imóvel rural denominado Cipó Cortado, localizado no município de João Lisboa, o que ocorrerá no prazo de 60 dias.
25. O chefe da unidade avançada do Incra, doutor Clóvis Gomes de Carvalho, esclareceu que o Incra fez pré-cadastro dos trabalhadores rurais sem-terras que se encontram acampados na fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa.
26. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, acolhendo sugestão do diretor de assentamento do Iterma, doutor Levi Pinho Alves, remeterá cópia desta ata ao Iterma, para examinar a questão referente à expedição de títulos de áreas pelo Iterma em nomes de Vanderlei Milhomem e Antônio, conhecido como "Toinho", irmão de Fideles, na fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa, que é território pertencente à União.
27. O subcomandante do 3º Batalhão da Polícia Militar de Imperatriz, capitão Cláudio Fábio Soares Santana, disse que os trabalhadores rurais sem-terras não especificaram as possíveis ilegalidades praticadas por policiais militares, bem como o nome dos policiais, horário e dia da atuação. No que se refere à alegação de que os policiais militares informaram que estavam no local a mando do fazendeiro, pediu que sejam identificados os policiais militares, com a finalidade de apuração competente.
28. O dirigente do MST em Imperatriz, senhor Lázaro Alves Ferreira, disse que que durante a ação na fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa, os policiais militares retiram a tarja de identificação, não podendo, em consequência, identificar os policiais militares. Desta forma, assumiu compromisso de remeter ao comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar de Imperatriz e à Ouvidoria Agrária Nacional a data e a hora da atuação da Polícia militar no lote 09, situado na fazenda Cipó Cortado.



29. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, acolhendo pedido do dirigente do MST em Imperatriz, senhor Lázaro Alves Ferreira, oficiará solicitando informação sobre o andamento do boletim de ocorrência registrado na Delegacia do 2º Distrito Policial de Imperatriz, no dia 24 de abril de 2012, referente às ameaças de morte que recebeu, através do telefone 99-8133.6951, nos seguintes termos: "tu tá com os dias contados, bandido safado, e a tua familia vai junto" e "vou descobrir qual o teu assentamento, qual o teu lote e vou te aguardar então tu vai ver o teu fim".
30. O subcomandante do 3º Batalhão da Polícia Militar de Imperatriz, capitão Cláudio Fábio Soares Santana, assumiu compromisso de, ao receber as informações no que se refere a dia e horário da atuação dos policiais militares no lote 9, situado na fazenda Cipó Cortado, instaurar procedimento para apuração dos fatos e punir, se for o caso, os policiais militares que praticaram conduta irregular.
31. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, acolhendo sugestão do representante do presidente do Inbra na citada Comissão, doutor Cláudio Rodrigues Braga, remeterá cópia desta ata ao representante da Secretaria de Direitos Humanos na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, doutor Aílson Silveira Machado, para as providências cabíveis referentes às ameaças de morte que o dirigente do MST, senhor Lázaro Ferreira, está sofrendo, conforme descrito nesta ata.
32. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, respondendo questionamento da coordenadora do MST de Imperatriz, senhora Gilvânia Ferreira da Silva, disse que, considerando que o mandado de segurança nº 28786, referente ao imóvel rural denominado fazenda Lote 07, localizado no município de Lajeado Novo, continua na Procuradoria-Geral da República, agora no gabinete do procurador-geral Roberto Monteiro Gurgel Santos, remeteu o Ofício/Aud/nº 58, datado de 21 de abril de 2012, ao referido procurador-geral da República, solicitando preferência na aprovação do parecer do subprocurador-geral da República, doutor Francisco de Assis Vieira Sanseverino, quanto à questão em epígrafe.
33. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, respondendo questionamento da coordenadora do MST de Imperatriz, senhora Gilvânia Ferreira da Silva, assumiu compromisso de agendar reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo com o procurador-geral da República, com a finalidade solicitar agilização na aprovação do parecer do Ministério Público Federal no bojo do mandado de

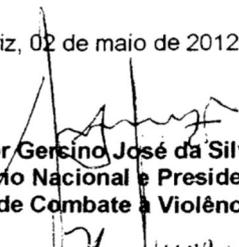


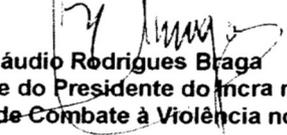
segurança nº 28786, referente ao imóvel rural denominado fazenda Lote 07, localizado no município de Lajeado Novo.

34. O superintendente regional do Incra, doutor José Inácio Sodré Rodrigues, esclareceu que tem reunião agendada com a relatora no Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, no dia 8 de maio de 2012, às 18 horas, com a finalidade de discutir a questão referente ao mandado de segurança nº 28786, referente ao imóvel rural denominado fazenda Lote 07, localizado no município de Lajeado Novo.
35. O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, acolhendo sugestão do superintendente regional do Incra, doutor José Inácio Sodré Rodrigues, assumiu compromisso de a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo acompanhar a reunião descrita no item anterior, bem como solicitar a presença do procurador-geral do Incra, assim como convidar o defensor público do Maranhão, doutor Eider.

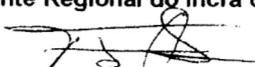
E nada mais havendo, às 12:47 horas, o ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador Gercino José da Silva Filho, mandou encerrar a presente ata, que vai assinada por mim Danielle Vieira Melo Sampaio (Assistente-Técnica da Ouvidoria Agrária Nacional), pelos interessados no presente caso.

Imperatriz, 02 de maio de 2012.


Desembargador Gercino José da Silva Filho
 Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da
 Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo


Doutor Cláudio Rodrigues Braga
 Representante do Presidente do Incra na
 Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo

Doutor Luís Inácio Sodré Rodrigues
 Superintendente Regional do Incra do Maranhão


Doutor Flaubert Martins Alves
 Procurador da República de Imperatriz



[Handwritten Signature]
Doutor Marco Aurélio Ramos Fonseca
 Promotor de Justiça e representante da Procuradora-Geral de Justiça

Doutora Virginia Silva B. Portela
 Procuradora Federal do Incrá do Maranhão

[Handwritten Signature]
Doutora Lucélia Karla Costa Moura
 Ouvidora Agrária Regional do Incrá do Maranhão

[Handwritten Signature]
Doutor Joel Nunes
 Chefe Substituto da Divisão de
 Obtenção de Terras do Incrá

[Handwritten Signature]
Doutor Levi Pinho Alves
 Diretor de Assentamento do Iterma

Doutor Clóvis Gomes de Carvalho
 Chefe da Unidade Avançada do Incrá de Imperatriz

[Handwritten Signature]
Doutor Jowberth Frank Alves da Silva
 Coordenador Estadual de Regularização
 Fundiária na Amazônia Legal

[Handwritten Signature]
Capitão Cláudio Fábio Soares Santana
 Subcomandante do 3º Batalhão da Polícia Militar de Imperatriz

Doutor Orlando de Assumpção Filho
 Gerente Executivo do Ibama de Imperatriz

[Handwritten Signature]
Gilvânia Ferreira da Silva
 Coordenadora do MST de Imperatriz

Lázaro Alves Ferreira
 Dirigente do MST

[Handwritten mark]